



Abordagens em Psicologia

Saúde Mental Cotidiana

*Organização
Resiane Paula da Silveira*



Abordagens em Psicologia

Saúde Mental Cotidiana

*Organização
Resiane Paula da Silveira*

2021 – Editora Uniesmero

editora.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Érica dos Santos Carvalho, Secretaria Municipal de Educação de Minas Gerais, SEEMG

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587a Silveira, Resiane Paula da
Abordagens em Psicologia: Saúde Mental Cotidiana / Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2021. 140 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-995233-8-0

DOI: 10.5281/zenodo.5648422

1. Abordagens. 2. Psicologia. 3. Saúde Mental. 4. Doenças Mentais. I. Silveira, Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 150

CDU: 159.9

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

AUTORES

ALESSANDRO VIEIRA DOS REIS

ANA CAROLINA ALVES BORGES

BEATRIZ MARIA MARTINS

GLAUCIA V. PINHEIRO. BRIDA

LEONORA VIDAL SPILLER

NAZARÉ GORET PASQUALI

RENATA FABIANA PEGORARO

APRESENTAÇÃO

A pandemia da Covid-19 representa um complexo desafio sanitário, social, econômico, educacional e psicológico sem precedentes na humanidade. O fator psicológico é determinante para o sucesso dos métodos adotados pela Organização Mundial da Saúde para evitar a propagação da infecção ante a inexistência de vacinas e terapias antivirais cientificamente respaldadas, os efeitos colaterais da quarentena, isolamento e distanciamento social, as perspectivas económicas e laborais posteriores a pandemia e os mitos e informações falsas sobre a doença.

A Psicologia busca a compreensão acerca de como o ser humano cria a sua história, e o papel do psicólogo é utilizar essa ciência para conduzir uma pessoa à autodescoberta, à compreensão sobre as suas dificuldades e a forma com que se relaciona com o seu “mundo interior” e exterior.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos da área de Psicologia, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A PSICOLOGIA A PARTIR DE ARISTÓTELES <i>Alessandro Vieira dos Reis</i>	8
Capítulo 2 ANÁLISE DE DADOS EM PSICOLOGIA: UM ROTEIRO PARA APRENDIZAGEM DE R E PYTHON <i>Alessandro Vieira dos Reis</i>	32
Capítulo 3 A ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO NO GRUPO FAMILIAR E SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI <i>Nazaré Goret Pasquali; Leonora Vidal Spiller</i>	48
Capítulo 4 ESTUDO ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS <i>Beatriz Maria Martins; Glaucia V. Pinheiro. Brida</i>	69
Capítulo 5 O CUIDADO SEGUNDO FAMILIARES DE PESSOAS COM PARKINSON <i>Ana Carolina Alves Borges; Renata Fabiana Pegoraro</i>	91
Capítulo 6 CRÍTICA DOS TRÊS PSICOLOGISMOS: UMA SCOPE REVIEW SOBRE ABUSOS DA PSICOLOGIA <i>Alessandro Vieira dos Reis</i>	113
Biografias CURRÍCULOS DOS AUTORES	138

Capítulo 1
A PSICOLOGIA A PARTIR DE
ARISTÓTELES

Alessandro Vieira dos Reis

A PSICOLOGIA A PARTIR DE ARISTÓTELES

Alessandro Vieira dos Reis

Bacharel em Psicologia pela UFSC. Pesquisador em Design. E-mail: alessandrovr@gmail.com

RESUMO: “Sobre a Alma”, de Aristóteles, é comumente aceito como o primeiro tratado de Psicologia. Contudo, essa obra costuma ser pouco explorada enquanto introdução à disciplina, sendo por vezes mencionada como mera curiosidade histórica. Este capítulo tem por objetivo sanar essa lacuna ao promover, a partir da psicologia aristotélica, uma reflexão crítica sobre a natureza da Psicologia, seu objeto e campo de estudo. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, neste capítulo ofereço um guia de leitura comentado para “Sobre a Alma”, acrescido de outras fontes complementares dentro e fora do *Corpus aristotelicum*¹. Em seguida, demonstro como esse tratado ainda constitui-se em uma privilegiada porta de acesso à Psicologia, uma vez que apresenta muitos dos principais desafios que psicólogos e psicólogas ainda discutem no século XXI. A saber: a relação entre mente e corpo, o papel do desejo, a análise dos sonhos, a cognição, a determinação ambiental do comportamento, as psicopatologias e, em destaque, as condições nas quais uma psicologia científica se torna possível.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; História da Psicologia; Filosofia; Aristóteles.

ABSTRACT: Aristotle's "About the Soul" is commonly accepted as the first treatise on Psychology. However, this work is often little explored as an introduction to the discipline, and is sometimes mentioned as mere historical curiosity. This chapter aims to recreate this gap by promoting, from Aristotelian psychology, a critical reflection on the nature of Psychology, its object and field of study. Based on bibliographic research, in this chapter I offer a commented reading guide for "Sobre a Alma", plus other complementary sources inside and outside the *Corpus aristotelicum*. Next, I demonstrate how this treatise still constitutes a privileged gateway to psychology, since it presents many of the main challenges that psychologists and psychologists still discuss in the 21st century. That is: the relationship between mind and body, the role of desire, the analysis of dreams, cognition, the environmental determination of behavior, psychopathologies and, highlighty, the conditions in which a scientific psychology becomes possible.

KEYWORDS: Psychology; History of Psychology; Philosophy; Aristotle.

¹ Expressão em latim que designa o conjunto formado por todas as obras de Aristóteles.

INTRODUÇÃO

Nas fases iniciais da graduação em Psicologia consta a prática comum de ensinar a História desse campo científico a partir de sua versão Moderna. Esta tem como marco inaugural a fundação, no ano de 1879, pelo alemão Wilhelm Wundt, do primeiro laboratório de Psicologia Experimental “que usufruía do uso de técnicas de experimentação e observação com o intuito de compreender a experiência consciente” (VIEIRA; NASCIMENTO; SILVA, 2020, p. 202). É, pois, na Alemanha do século XIX que a Psicologia surge enquanto ciência moderna, pautada nas concepções ontológicas de Christian Wolff, tais como o empirismo e a observação e quantificação de comportamentos em laboratório (ARAUJO, 2020). Contudo, cabe a seguinte reflexão sobre qualquer demarcamento oficial para o surgimento da Psicologia:

“É quase um consenso entre historiadores da Psicologia o estabelecimento do século XIX como marco institucional do surgimento dessa disciplina. Mas o historiador não se satisfaz com inaugurações oficiais, sempre se perguntando sobre que experiências, práticas e saberes estariam condicionando essa fundação” (JACÓ-VILLELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2018, p. 25).

Além das condições modernas que possibilitaram o laboratório de Wundt, toda a Psicologia Antiga e Medieval, ou o equivalente à Psicologia produzido nesse longo período, costuma passar por uma amnésia histórica. Mas, como disse o primeiro autor a desenvolver testes de inteligência, Herman Ebbinghaus (1908, p.3), “a psicologia tem um longo passado, ainda que sua real história seja curta”².

Bem antes de Wundt, no século IV a.C., destaca-se o tratado “Sobre a Alma”³ (ARISTÓTELES, 2013), que inaugura o estudo racional e sistemático da alma⁴. Personagem central da cultura do Ocidente, Aristóteles define a alma enquanto objeto de estudo científico, seu domínio de conhecimento e os principais temas circunscritos nesse domínio, como cognição, afetos, desejos, consciência e liberdade.

Mas para a Psicologia Moderna do século XIX a alma não era considerada um objeto de estudo científico. Talvez pela confusão entre o conceito antigo-grego de

² No original: “Psychology has a long past, yet its real history is short”.

³ No original em grego, Περὶ Ψυχῆς, pronuncia-se “péri psiquis”)O livro também é conhecido no Brasil como “Sobre as almas” e “De Anima”.

⁴ No original em grego, Ψυχῆς. Pronúncia: *psique*. Significado: “sopro” (vital)

alma (*psique*) com o medieval-religioso (do latim, *anima*). No primeiro, a alma corresponde ao ser vivo em atividade. No segundo, a um princípio espiritual, objeto das religiões e não da ciência. Por esses fatores, “Sobre a Alma” foi relegado à categoria de mera curiosidade histórica sobre as origens da Psicologia. Sendo, assim, raramente ensinado em profundidade em cursos de graduação.

O ensino da História da Psicologia partindo tão somente de sua fase moderna, com os experimentos de Wundt, põe a perder possíveis contribuições e oportunidades de reflexões críticas a respeito da Psicologia Antiga e Medieval. Nesse sentido, existe uma anedota segundo a qual a Psicologia é um dos poucos campos de saber no qual é possível se atualizar comprando livros em um sebo. Usada em tom de ironia a respeito do apego a autores tidos como ultrapassados, a anedota revela também um possível lado positivo: o da necessidade de estudar os clássicos. Seja para fundamentação, seja para refutá-los com propriedade.

Nesse contexto de reflexão histórica, este capítulo tem por objetivo resgatar a importância do antigo tratado “Sobre a Alma” enquanto porta de entrada ao estudo da Psicologia. E, com isso, enriquecer a visão acerca das origens da Psicologia e dos temas aglutinadores que a compõem desde a sua origem há 2400 anos. Contudo, é patente

“a importância de ensinarmos o passado da Psicologia (sua história) para uma formação crítica do psicólogo, o que só seria possível pela pesquisa historiográfica da Psicologia (MOTA; CARA; MIRANDA, 2018, p. 1051).

A definição da Psicologia enquanto campo científico e de seu objeto peculiar de estudo é um assunto que ainda está longe de estar resolvido. E tratar esse problema pela frente histórica pode ser uma eficaz linha de investigação para a formação de psicólogos e psicólogas com maior clareza sobre seu campo de pesquisa e atuação.

Para realizar uma imersão guiada em “Sobre a Alma” foi empreendida uma pesquisa bibliográfica em torno do tratado, seus comentaristas e outras obras de Aristóteles relacionadas com a Psicologia. Este texto encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção 1 é apresentado um panorama da relação entre Aristóteles e a Psicologia como ciência antiga e medieval, com ênfase para os temas que o filósofo classificou como psicológicos; na seção 2 são descritos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa; na seção 3 é apresentado um guia de leitura comentado para “Sobre a Alma”, pautado por cinco questões centrais presentes no

tratado; na seção 4 encontra-se uma discussão a respeito do conteúdo da seção 3, que busca contextualizar “Sobre a Alma” para o público atual; este capítulo encerra-se na seção 5, com considerações que tocam a importância do estudo da História da Psicologia e da Filosofia na formação em Psicologia.

Este capítulo tem por escopo apresentar um guia de leitura para “Sobre a Alma” especialmente pensado para graduandos em Psicologia, juntamente com discussões sobre sua importância atual para uma introdução temática à disciplina. Não faz parte do escopo da presente pesquisa oferecer uma inovação estrutural em historiografia, ou uma pesquisa filológica aprofundada sobre a obra de Aristóteles. Tarefa essa que demandaria vasta pesquisa de especialistas.

1 - ARISTÓTELES E A CIÊNCIA

Aristóteles foi um personagem decisivo para a formação da cultura científica no Ocidente. Cumpre destacar que sua concepção de ciência, contudo, é própria da Grécia do século IV a.C. Ou seja, quando Aristóteles fala de “ciência” ele tem em mente a *episteme*, isto é, um saber racional e logicamente sistematizado. Apenas no século XVII a ciência se tornou sinônimo de quantificações e experimentos, na assim chamada *revolução científica* moderna (SILVA, 2017). Aluno de Platão, rompeu com o mestre por ter uma visão mais marcada pelo realismo naturalista. Talvez por vir de uma família de médicos, Aristóteles seguiu tal linha de pensamento analítico e observacional no lugar da dialética especulativa de Platão (ADLER, 2010). Para Platão, todos os seres possuíam uma essência ou forma intangível em outro mundo, mais ou menos como um molde, e fazer ciência era estudar esses moldes abstratos em busca de regras matemáticas universais. Por sua vez, Aristóteles pensava que a forma ou essência do ser era intimamente relacionada com sua substância e individualidade, por isso tinha interesse em criar uma ciência que explicasse os particulares, que seria pautada em observações e análise lógica, e não em matemática (SHINTANI, 2018). Como exemplo de seu foco biologicista, em seus tratados científicos Aristóteles identificou e classificou mais de 500 espécies de animais e plantas, bem como realizou estudos em Embriologia (BURGOS, 2020).

Portanto, dois fatores constam como centrais na abordagem aristotélica:

- a) Ênfase na análise de particulares. Fazer ciência, para Aristóteles, era apreender as causas dos fenômenos, estabelecer seus princípios fundantes e elementos explicativos para entender o “curso natural das coisas” (DUTMER, 2020, p. 135) e para isso deve-se partir do particular para o universal (ARISTÓTELES, 2009);
- b) O mais irrestrito empirismo. Inspirado por suas investigações em Astronomia, o filósofo procurou focar nos fenômenos observáveis, visando estabelecer regras e ciclos para descrevê-los. A teoria deve descrever o fenômeno, se ajustando a ele, e não partir de hipóteses ou pressupostos que devem ser confirmados por observações. Tal princípio é enunciado da seguinte forma pelo filósofo: é preciso “salvar o fenômeno”, isto é, manter o foco no observável (PLUMBER, 2020, p. 1).

O mais famoso aluno de Platão deixou uma vasta obra, na qual encontra-se documentada a criação de diversas disciplinas científicas como a Meteorologia, a Zoologia, a Anatomia Comparada, etc (REALE; AGUIAR, 2021). E dentre elas, a Psicologia. Apesar do termo “Psicologia” ter sido cunhado apenas no século XIX pelo alemão Christian Wolf (ARAÚJO, 2020), foi Aristóteles o primeiro a estipular que deveria haver uma disciplina dedicada para a análise da alma, fundando assim o campo de estudos que hoje conhecemos como Psicologia (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2020).

1.1 - ANTIGA (OU BIOLOGIA DA ALMA?)

Os estudos que séculos depois dariam origem à Psicologia Moderna podem ser rastreados até Sócrates, que trouxe a Filosofia do cosmológico para o humano ao investigar a moral, a razão e as relações de poder (REALE, 2021). Foi Platão, contudo, quem começou a tratar da alma mais detalhadamente. No diálogo “A República”, Platão (2014) apresenta uma teoria segundo a qual a alma possuiria três partes: a) a apetitiva, guiada por desejos, instintos; b) a espiritual ou consciente, onde encontra-se a mente mundana (sensorial), as emoções; e c) a intelectual, sede do raciocínio e do autocontrole.

Mas foi Aristóteles o primeiro a dedicar uma obra inteira ao estudo da alma. “Sobre a Alma” vem logo depois do livro onde o filósofo trata da mudança e do movimento, chamado “Sobre a Geração e a Corrupção”; e é seguido de “Parva Naturalia”, onde diversos temas de “Sobre a Alma” são expandidos, como a análise

dos sonhos e da cognição, ao mesmo tempo que discute fisiologia e zoologia. Portanto, a psicologia aristotélica talvez seja melhor classificada como uma maneira especial de analisar temas biológicos (desenvolvimento, nutrição, cognição, apetites, etc), a partir de fatores peculiares aos humanos como razão, linguagem, desejo e consciência.

Some-se a isso o fato de que Aristóteles veio de uma família de dez gerações de médicos. O estudo da alma já era praticado por Hipócrates, pai da Medicina, para o qual

“o cérebro é apontado como a sede do julgamento, das emoções e de todas as atividades do intelecto, assim como a causa dos transtornos neurológicos, tais como espasmos, convulsões e desordem da inteligência” (CASTRO; LANDEIRA-FERNANDEZ, 2011, p. 802).

Ainda sobre a possível ligação entre Hipócrates e Aristóteles: o pai da Medicina especulou a existência de quatro fluídos humorais no corpo que correspondem a quatro elementos dos pré-socráticos. Sangue, fleuma, bile amarela e bile negra, que correspondem a ar, água, fogo e terra. Os quatro elementos também são apresentados por Aristóteles como formadores dos movimentos vitais, em “Da Geração e da Corrupção” (ARISTÓTELES, 2009) incluindo dos movimentos da alma. Ou seja, é possível que Aristóteles desejasse criar um fundamento mais sistematizado para a Medicina hipocrática tratar os transtornos da alma.

Aristóteles entende a alma como uma forma segundo a qual a substância vital se manifesta em constante movimento. O termo “alma humana” equivale, pois, à “forma de vida humana”; e possui uma parte semelhante à vida vegetal (extrair nutrição de alimentos), outra semelhante à vida animal (cinco sentidos, instintos e movimento), e uma parte exclusiva: a consciência que se expressa pela linguagem, razão, desejos e sonhos.

1.2 - PSICOLOGIA MEDIEVAL (SCIENTIA DE ANIMA)

A ideia de uma Psicologia viva na Idade Média pode parecer anacrônica, uma vez que a disciplina só teria tomado lugar nas condições sociais conhecidas como Modernidade, decorridas a partir do século XVII (JACÓ-VILLELA; FERREIRA;

PORTUGAL, 2018). Contudo, uma forma do que poderia ser entendida como psicologia filosófica circulava já madura:

“com base nas traduções dos textos de Aristóteles para o latim, a partir do século XII, constituiu-se nos séculos seguintes uma nova tradição de estudos psicológicos, reunidos sob a expressão scientia de anima, que consistia fundamentalmente em paráfrases, comentários e interpretações do De Anima” (ARAUJO, 2020, p. 45).

A obra de Aristóteles, da Antiguidade Grega, chegou a todo o Ocidente por meio dos pensadores escolásticos europeus. Sobretudo de Tomás de Aquino, que expandiu a psicologia aristotélica em sua obra “Suma Teológica” (CARVALHO, 2018). Pela psicologia aristotélica-tomista da Idade Média, o ser humano, sendo imagem divina, também possui uma unidade, como a Santíssima Trindade. Mas a unidade do ser humano é entre corpo e espírito, mente e corpo, eu e mundo, razão e fé, sensação e inteligência (PACHECO; MASSIMI, 2005). Os transtornos da alma se dariam, pois, quando esses elementos que deveriam ser unos se tornam desordenados.

O tema da unidade do ser humano foi desenvolvido pela Ordem Jesuíta entre os séculos XVI e XVII em obras como as *Litterae Indipetae*. Segundo Massimi (2020), essa troca de correspondências consiste em um gênero literário onde constavam exercícios meditativos e confissões, onde um tema recorrente era a análise dos desejos particulares dos religiosos visando o autoconhecimento. Ou seja, algo que no século XXI poderia ser entendido como uma forma textual de psicoterapia à distância.

A psicologia aristotélica também foi importante na civilização árabe, por meio de pensadores como Avicena (ALVARENGA, 2019). Contudo, nos países mulçumanos a disciplina conforme formatada por Avicena teve um rumo distinto, sendo mais conectada à Medicina do que na Europa (PÉREZ; ARMENTERO; HERNÁNDEZ, 2018).

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pelo propósito investigativo deste capítulo, centrado na obra aristotélica e no que ela tem a dizer para a Psicologia hoje, a pesquisa empreendida teve uma natureza básica. Isto é, consistiu em sistematizar conhecimento teórico enquanto possível modelo explicativo para futuras aplicações (GIL, 2002). Aplicações pensadas sobretudo no ensino de História da Psicologia.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, estando mais interessada na interpretação contextual de fenômenos, “a tende a colocar questões utilizando ‘o quê’, ‘como’ e ‘porquê’” (PINTO; CAMPOS; SIQUEIRA, 2018, p. 30). Quanto ao objetivo, a pesquisa foi exploratório-descritiva, pois teve por princípio oferecer um panorama da psicologia aristotélica dispersa em diversas obras do autor sem aprofundar em maiores explicações e aplicações (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O procedimento adotado foi a investigação bibliográfica centrada no livro “Sobre a Alma” (ARISTÓTELES, 2013) e complementada por: a) outras obras de Aristóteles relacionadas a temas em Psicologia: (“Ética a Nicômaco”, “Memória e Reminiscência”, “Categorias”, “ÉtiEudemo”); e por comentadores do *Corpus aristotelicum*; b) trabalhos diversos de comentaristas da filosofia aristotélica.

3 - UM GUIA DE LEITURA PARA “SOBRE A ALMA”

Torna-se oportuno questionar se Aristóteles oferece de fato uma psicologia em “Sobre a Alma”, ou se se trata de algo distinto. Para alguns olhares modernos o conteúdo do livro pode se assemelhar mais a uma *antropologia filosófica*, isto é, uma concepção ontológica geral sobre o ser humano, que expressa a necessidade do filósofo de “conhecimento efetivo de sua própria natureza, antes do conhecimento do princípio do mundo que já era almejado e alvo de formulações filosóficas” (GUERRA, 2021, p. 214). “Sobre a Alma” pode ser encarado ainda como um tratado a respeito da peculiar *biologia* do ser humano (MARTINS; MARTINS, 2007).

O tratado ocupa, no *Corpus aristotelicum*, uma posição na categoria de escritos físicos e científicos. Segundo Carvalho (2018), a obra deve ser compreendida como parte de uma trilogia iniciada com o livro “Física”, cujo tema é o ambiente natural. “Sobre a Alma” viria em seguida, investigando as formas de vida no ambiente natural. E, fechando a trilogia, “Parva Naturalia” expande os conceitos do segundo livro, começando por temas relativos a seres humanos (como memória, sonhos e envelhecimento) e fechando com análises sobre Botânica e Zoologia. Em outras palavras, a psicologia aristotélica, ao menos a princípio, além de biologicista demonstra uma ênfase na determinação ambiental dos fenômenos psíquicos.

A organização de “Sobre a Alma” se dá em três livros:

- Livro I: Consiste em um levantamento de o que os filósofos anteriores falaram sobre a alma. Aristóteles começa sua investigação com uma revisão bibliográfica;
- Livro II: É desenvolvida uma definição própria de alma;
- Livro III: Onde as funções da alma são explicadas (percepção, representação mental, memória, emoções, dor, desejo; consciência, self e moralidade).

A seguir, o conteúdo dos três livros é apresentado no formato de cinco perguntas-chave estipuladas para este texto: “O que é a alma?”, “Quais são as partes da alma?”, “Como a alma se relaciona com o corpo?”, “Como a alma se relaciona com o ambiente?” e “Como a alma pode ser saudável?”..

3.1 - O QUE É A ALMA?

Aristóteles começa o Livro I destacando como o estudo da alma é importante, dada a nobreza de tal objeto. Mas também como “é bem difícil alcançar um conhecimento sobre a alma digno de crédito” (ARISTÓTELES, 2013, p.6).

Comentando como toda ciência precisa de um objeto de estudo claramente definido, o filósofo revisa o que seus antecessores disseram a respeito: Demócrito defendia que a alma era uma energia interior, “uma espécie de fogo” (p.11); Diógenes dizia que “a alma é ar” (p.11), pois era o elemento mais sutil e de difícil apreensão; Hípon dizia que a “a alma é água” (p.12); Empédocles entendia a alma como um misto “de todos os elementos” (p.13), sendo portanto indistinta da Natureza; Platão e os pitagóricos, por sua vez, parecem concordar que a alma era formada por princípios numéricos harmônicos. Após seguir com sua revisão, citando outros pensadores, Aristóteles conclui que a alma não é nem uma energia interior, nem um corpo sutil, nem uma composição de elementos e nem se reduz à matéria: “não é certamente o corpo. Antes parece, ao contrário, que a alma unifica o corpo” (p.34).

Como segunda etapa de sua investigação, relatada no Livro II, busca uma definição baseada no que a alma é, para isso elencando seus atributos essenciais. Chega a dois: forma e movimento, que podem ser unidos em uma definição preliminar: uma alma é uma *forma de vida*, ou “forma de um corpo natural que possui vida em potência” (p. 40). Todo ser precisa estar vivo para ter alma, e se está vivo é porque possui órgãos funcionando: “um corpo desse tipo será um *organismo*” (p. 40). A alma se distingue do corpo sem vida porque uma vez animado o corpo se torna um

organismo capaz de realizar *funções* (movimentos da alma), que um corpo sem vida não pode. Funções tais como perceber, se mover, imaginar, sonhar, desejar, falar, etc. Tais movimentos compõem o *domínio psíquico* do organismo.

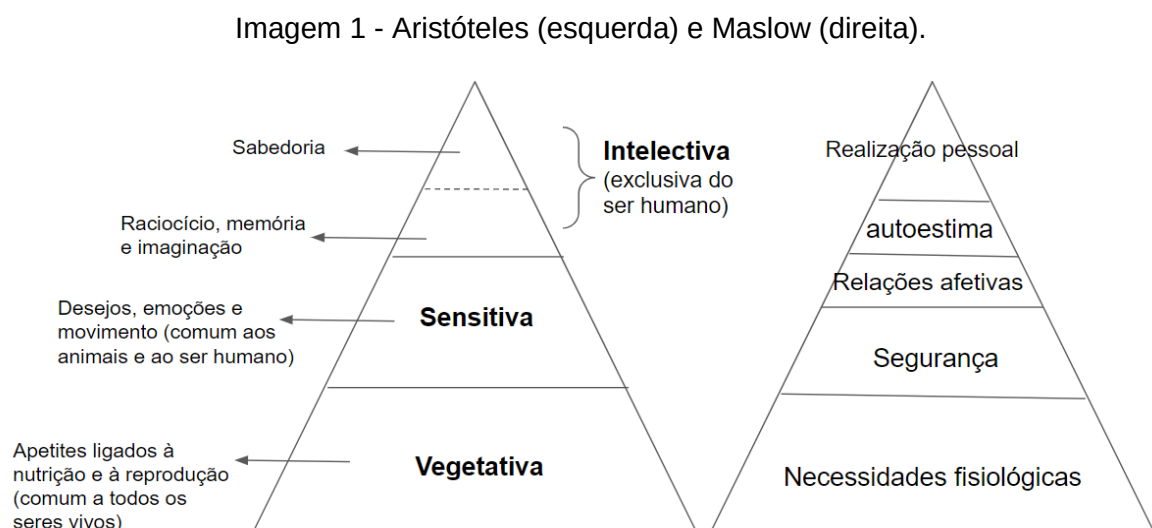
Para entender melhor o significado de alma enquanto *forma* é preciso entender os três sentidos dados pelo filósofo ao termo *substância*: “um é a forma, outro é matéria e o terceiro é o composto de forma e matéria” (p. 46). Assim, a alma é *forma* no sentido de que ela é substancial, mas imaterial, pois consiste em movimentos do corpo.

3.2 - QUAIS SÃO AS PARTES DA ALMA?

O Livro II e o Livro III prosseguem em uma longa exposição sobre a definição de alma a partir de suas funções ou movimentos. Aristóteles agrupa todas as funções da alma em três partes da estrutura psíquica:

- a) a mais fundamental é a vegetativa, cujas funções são a nutrição e a reprodução (p. 49), e todos os seres vivos possuem, desde plantas até o ser humano;
- b) a segunda é a sensitiva (p. 55), que envolve a percepção, os desejos e o movimento. Essa parte é encontrada apenas nos animais e no ser humano;
- c) a terceira parte é a intelectual (p.92), cujas funções são o raciocínio, a imaginação, a sabedoria, etc; e é tida por Aristóteles como exclusiva do ser humano.

Para fins comparativos é viável sobrepor a estrutura psíquica proposta por Aristóteles com a conhecida teoria motivacional da hierarquia das necessidades de Maslow (ABULOF, 2017), conforme a Imagem 1:



Fonte: o autor, baseado em Aristóteles (2013) e Abulof (2017).

Pela Imagem 1 nota-se que Maslow e Aristóteles estabelecem, cada um à sua maneira, uma hierarquia que parte de uma base biológica rumo a um topo existencial. Ambos parecem de acordo que uma vez atendidas necessidades fisiológicas (alimento, sono, sexo, etc) o organismo humano parte para a realização de desejos afetivos e segurança material e emocional, para em seguida adentrar no domínio exclusivo do ser humano: a sabedoria e a autorealização. Como biólogo interessado em classificar seres vivos (BURGOS, 2020), Aristóteles, assim como o humanista moderno Maslow, destaca a posição privilegiada do ser humano na Natureza, enquanto único ser portador de razão e discurso, por isso único capaz de aplicar sabedoria para mudar sua própria vida.

3.3 - COMO A ALMA SE RELACIONA COM O CORPO?

Ao longo do Livro II a problemática da relação entre alma e corpo retorna frequentemente. A alma é ato do corpo, pois consiste na realização de funções que este tem em potência: “A alma é o primeiro ato de um corpo natural que possui vida em potência” (p. 40). O corpo se apresenta como substrato material da alma, mas a alma não é transcendente, apesar de imaterial. Segundo Plumber (2020), a alma existe através do corpo, como um instrumento, ou *aparelho psíquico*, útil para a vida do corpo como sua causa eficiente (gera movimento), sua causa formal (confere um tipo de vida ao corpo) e final (movimenta o corpo rumo ao seu propósito de ser).

Tal perspectiva de imanência vital da alma consiste em uma ruptura com o dualismo platônico. Segundo o filósofo Donald Davidson (1995), a filosofia aristotélica foi uma tentativa de superar o dualismo de Platão estabelecendo que não seria possível entender a alma contrapondo-a ao corpo, pois ela é o corpo vivo exercendo funções. Portanto, ao definir a alma Aristóteles oferece uma resposta inegavelmente funcionalista à relação desta com o corpo: “Se o olho fosse um animal, a visão seria a sua alma” (p. 41). Ainda sobre o aspecto funcionalista da psicologia aristotélica, Boeri (2020) destaca como a filosofia da mente de Putnam, surgida na década de 1960, se aproxima do funcionalismo de Aristóteles. Algumas linhas de pesquisa na Neurociência atuais que estipulam a mente como o conjunto de funções do sistema nervoso também endossam o funcionalismo psíquico aristotélico (HAAN; MEADOWS, 2013).

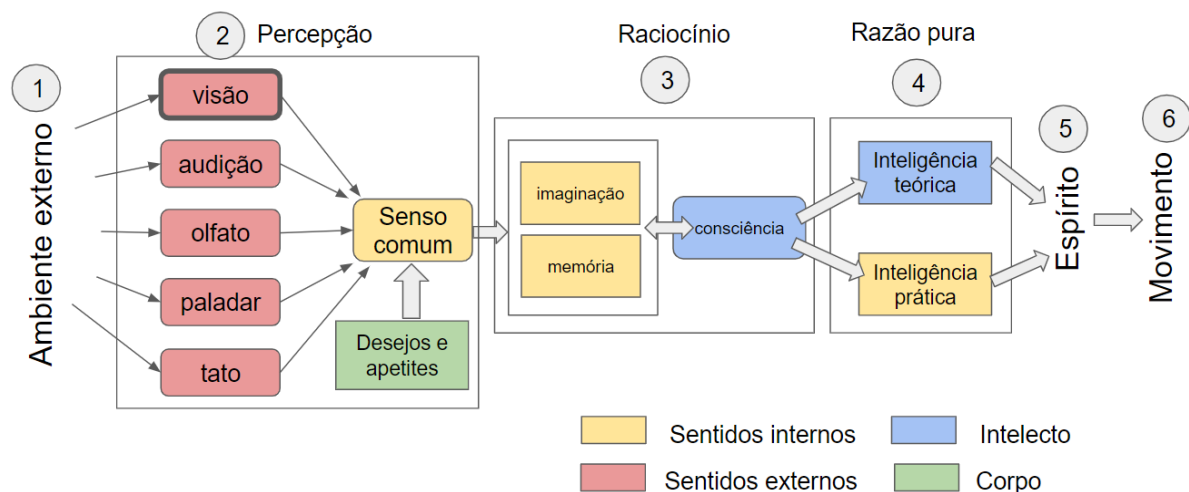
3.4 - COMO A ALMA SE RELACIONA COM O AMBIENTE?

No Livro II várias páginas são dedicadas aos cinco sentidos, tidos como vias de acesso do corpo ao ambiente. O Livro III começa tratando do *senso comum*, o módulo da sensibilidade que integra os cinco sentidos, e progride falando da inteligência propriamente dita.

Como vimos quanto às causas, o papel da alma é manter o corpo vivo e ativo, exercendo suas potencialidades visando a realização de seu propósito (PLUMBER, 2020). Para isso, a alma precisa promover relações entre duas instâncias da realidade: a espiritual e a física. Em outras palavras, o aparelho psíquico é visto por Aristóteles como uma intermediação entre o mundo material e o mundo espiritual. Mas, conforme veremos, o filósofo, mais atento ao plano da experiência natural, pouco falou do espiritual.

Diversas funções psíquicas estão envolvidas na relação do espírito com o ambiente: percepção, representação de conhecimento, memória, emoções, desejos, intencionalidade, consciência, etc. A Imagem 2 sintetiza como essas funções se organizam, conforme o modelo aristotélico do psiquismo presente no tratado “Sobre a Alma” e em outras obras do filósofo:

Imagem 2 - Aparelho psíquico humano.



Fonte: o autor, baseado em Aristóteles (2013), Castro (2017) e Lee (2019).

A seguir, explicações sobre os seis pontos destacados na Imagem 2:

1 - O ambiente externo é onde se dá a experiência. Trata-se da natureza, cujas categorias analíticas citadas pelo filósofo são 10, listadas em “Categorias” (REALE; AGUIAR, 2021): tempo, espaço, substância, quantidade, qualidade, relação, agir, receber ação, postura e estado. Assim, uma análise psicológica começaria com uma categorização completa do contexto ambiental em que está inserida a alma em análise. Importa saber onde a alma está, em que momento, recebendo influências, fazendo o quê, em que estado, etc. Contudo, Leroi (2014) aponta que para Aristóteles o organismo não percebe o ambiente como um todo, mas apenas pequenas porções que se destacam ao passar por alguma mudança (de estado, posição, disposição, etc). Tais mudanças ambientais formam estímulos, que se destacam à percepção do organismo, tal como uma figura tendo o ambiente como fundo;

2 - A primeira camada da alma, conforme o modelo da imagem 2, consiste na percepção. As mudanças no ambiente causam mudanças nos órgãos dos sentidos, formando assim as sensações. Dos cinco sentidos, Aristóteles destaca a visão como o principal pois mais influenciará a imaginação e a memória. Contudo, as sensações não chegam separadas à consciência. Conforme explicado no Livro III (p. 83), as sensações são integradas pelo senso comum, uma espécie de *sentido interno*, formando uma representação geral do ambiente. As *impressões* no senso comum são ainda influenciadas pelos instintos e apetites, como os de nutrição e de alimentação;

3 - A segunda camada da alma é intelectiva, isto é, onde se dá o trabalho de raciocinar sobre as impressões do senso comum, matéria-prima que chega ainda informe. É através de dois *sentidos internos*, a imaginação e a memória, que as impressões do senso comum ganham sentido e chegam à consciência. A imaginação e a memória funcionam como filtros geradores de sentido. A imaginação envolve a criação de imagens internas: A alma nunca pensa sem imagens: “É pelas imagens e pensamentos que estão na alma, como se estivéssemos a vê-los, que deliberamos a respeito do que há de vir, baseados em nossos fatos presentes” (ARISTÓTELES, 2013, p. 106). A memória, por sua vez, envolve o registro da experiência em imagens e a evocação desses registros (CASTRO, 2017). As imagens guardadas na memória são empregadas ainda pela consciência para realizar suposições (FERREIRA, 2017). Cumpre destacar que boa parte da memória e da imaginação tem origem cultural, consistindo em imagens, linguagens, símbolos, crenças e demais artefatos imaginários e mnemônicos que chegaram à consciência. Toda essa experiência acumulada afetará como a consciência interpreta as impressões do senso comum. Assim, os dados dos sentidos não são influenciados apenas por apetites corporais, mas também por conteúdos subjetivos e convenções sociais;

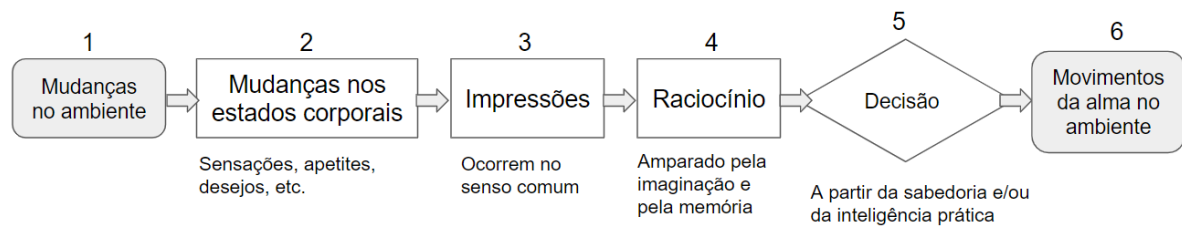
4 - A terceira camada da alma é a razão pura, abordada no final do Livro III. Ela recebe o entendimento realizado pela consciência e o pondera mediante duas vias decisórias: a inteligência teórica, ou sabedoria, que opera com conhecimentos universais abstratos (CURNOW, 2011); e a inteligência prática, ligada a desejos particulares e em geral imediatos (TROWBRIDGE, 2011). Neste ponto torna-se oportuno comparar o modelo decisório de Aristóteles com aquele proposto por Daniel Kahneman. Para esse psicólogo premiado com o Nobel de Economia em 2002, a tomada de decisão ocorre pela interação do Sistema 1, rápido e imediatista, e o Sistema 2, lento e calculista (MORONI; JUNIOR, 2021). A analogia do Sistema 1 com a inteligência teórica e o Sistema 2 com a inteligência prática torna-se patente;

5 - O espírito é o eu-interior do qual Aristóteles fala pouco, talvez por não ser um objeto tratável com a razão da mesma maneira que a alma é. Nos primeiros anos de suas investigações o filósofo escreveu o diálogo “Eudemo”, onde chega a sugerir que parte da alma sobrevive à morte do corpo (ARISTÓTELES, 2005). Mas esse tema espiritual não é desenvolvido em “Sobre a Alma”. Aristóteles, diferente de todos os outros filósofos gregos, não dedicou atenção à vida após a morte (MARTINS; MARTINS, 2007). O filósofo apenas declara que existe, ou provavelmente existe, uma parte mais elevada do ser humano, o espírito, que é livre para pensar até mesmo de forma independente do corpo, agindo ora de acordo com a via da inteligência teórica, ora de acordo com a inteligência prática, ora com as duas. Mas sobre esse espírito o filósofo prefere não se manifestar, excluindo-o assim do escopo de sua Psicologia;

6 - As decisões tomadas pelo Espírito afetam o corpo, gerando movimentos. Isto é, mudanças nos estados corporais tais como a fala, a marcha, as emoções, os sonhos, etc. Em última instância, toda a psicologia aristotélica é uma busca analítica pelas causas que explicam os diversos movimentos da alma. Estando essas causas no ambiente natural, nos apetites corporais, nos filtros imaginários ou mnemônicos, no pensamento, na volição, etc.

A Imagem 2 expressa os componentes do aparelho psíquico, a partir da leitura do autor deste capítulo. Já a Imagem 3 consiste em uma tentativa de expressar o fluxo psíquico, isto é, a sequência de atos da alma:

Imagem 3 - O fluxo psíquico.



Fonte: o autor, baseado em Aristóteles (2015).

Para exemplificar o fluxograma expresso na Imagem 3, tomemos uma pessoa que assiste a uma comédia. Cada um dos seis pontos na Imagem 3: 1) o filme está em exibição; 2) o que faz com que determinados estímulos visuais e auditivos sejam captados por seus órgãos sensoriais, que encontram seu corpo em um determinado estado (sem sono, descansado, bem disposto, etc); 3) esses estados corporais formam impressões subjetivas, pouco organizadas. As diversas impressões sobre a comédia dizem respeito aos atores, aos diálogos, à cenografia, associações com as piadas realizadas, etc; 4) as impressões são tratadas pela parte intelectual da alma, que busca entender as piadas do filme a partir de elementos formados na imaginação e resgatados pela memória; 5) o espectador classifica, a partir de sua inteligência prática, a comédia como agradável para si, apesar de sua inteligência teórica sugerir que ocupe seu tempo lendo livros; 6) o espectador assiste a comédia até o final e resolve procurar mais filmes com os mesmos atores.

3.5 - COMO A ALMA PODE SER SAUDÁVEL E FELIZ?

A psicopatologia aristotélica, ou o equivalente a uma, pode facilmente ser acusada de moralismo, sendo fundamentada na crença no livre-arbítrio, expressa no capítulo 13 do Livro III. Ou seja, a alma é saudável quando o sujeito *escolhe viver de forma virtuosa*. A alma desenvolverá transtornos quando, na ausência de virtudes, se torna desequilibrada por se deixar tomar por instintos primitivos e emoções autodestrutivas. No diálogo “Eudemo” o filósofo declara que a alma em harmonia é saudável e feliz e compara esse estado psíquico a um belo arranjo musical (VOGIATIZI, 2020).

Tendo isso em vista, “Sobre a Alma” e “Ética a Nicômaco” são dois tratados aristotélicos que se complementam, oferecendo subsídios para uma “medicina da

alma” (CARVALHO, 2018, p. 97). A vida virtuosa consiste em excelência intelectual e moral, pois virtudes são hábitos que levam ao estado de felicidade verdadeira, chamada por Aristóteles de “*eudaimonia*”, palavra grega que se traduz por “desabrochar” (FERREIRA, 2021). Em outras palavras, o pleno desenvolvimento das potencialidades positivas.

Ao relacionar as virtudes com as partes da alma, o filósofo chega ao sistema descrito a seguir:

Quadro 1 - As virtudes e as partes da alma.

Parte da alma	Virtude relacionada
Nutritiva	Não há virtudes, porque são funções vegetativas. Ou seja, não há o que controlar.
Perceptiva	
Apetitiva e locomotora	Todas as virtudes, tanto morais quanto intelectuais.
Intelectiva - Inteligência Prática	Prudência para tomar decisões equilibradas.
Intelectiva - Sabedoria	Razão para melhor entender o mundo.

Fonte: o autor, baseado em Aristóteles (2013).

As virtudes seriam de dois tipos: as éticas e as dianoéticas. As éticas são aquelas nas quais a pessoa escolhe “controlar um certo tipo de sentimento e para agir acertadamente em um determinado tipo de situação” (SILVEIRA, 2000, p. 14). Em “Ética a Nicômaco” (2015) o filósofo declara que a chave das virtudes éticas é a moderação, isto é, evitar extremos; e que a coragem é primeira virtude, sobre a qual se constroem todas as outras: temperança dos apetites, generosidade, magnanimidade, ambição, paciência, honestidade, agudeza de espírito, amabilidade, humildade e indignação com as injustiças. Ao exercer as virtudes éticas, segundo Hall (2018), o sujeito lida adequadamente com dilemas existenciais, com as relações sociais e consigo mesmo.

Já as virtudes dianoéticas, igualmente importantes para a felicidade, dizem respeito ao uso da razão superior para buscar “a verdade de como as coisas são...e

a percepção da verdade conforme desejos corretos” (SILVEIRA, 2000, p. 18). Ao exercer as virtudes dianoéticas o indivíduo ajusta suas ações para realizar os desejos calculados como sadios para si.

4 - LIÇÕES DE ARISTÓTELES PARA ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Nesta seção são discutidos alguns pontos relevantes para a Psicologia do século XXI a partir da obra aristotélica.

4.1 - UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA É POSSÍVEL (E PREFERÍVEL)

Aristóteles começa “Sobre a Alma” alertando o leitor sobre a dificuldade de encontrar informações confiáveis sobre a alma. Ao invés de desistir, parte para uma revisão crítica a fim de desenvolver uma definição racional da mesma, tida por ele como objeto de estudo “nobre” e “dos mais importantes” (ARISTÓTELES, 2013, p. 5). Uma ciência da alma, portanto, é não apenas possível para Aristóteles como desejável, preferível.

Conforme demonstrou Aristóteles, apenas depois de definido o que é, e o que não é, o objeto de estudo da Psicologia é que se torna possível criar uma ciência psicológica. Isto é, um conhecimento logicamente consistente que oferece explicações rigorosas sobre as causas dos fenômenos estudados (SILVA, 2017). O que não implica necessariamente em uma ciência natural moderna (ARAUJO, 2020).

4.2 - O QUE É E O QUE NÃO É O CAMPO PSICOLÓGICO

“Sobre a Alma” é um tratado de filosofia ou biologia da alma? É curioso como o livro que dá origem ao estudo da Psicologia oferece desafios de classificação. O campo psíquico estaria na intersecção entre biológico e filosófico ainda ou seria hoje encarado como algo independente dos dois?

Por “psíquico” entende-se em Aristóteles tudo aquilo que organismo vivo pode fazer em sua interação com o ambiente, envolvendo perceber, raciocinar, sentir, desejar, falar, etc (Ver Imagem 2). Além da definição do objeto de estudo torna-se importante também estabelecer limites do campo psíquico com o biológico (que trata do corpo) e com o filosófico (que trata da realidade em si mesma). Isso remete à relação da Psicologia com outras disciplinas. Conforme visto, Aristóteles possivelmente foi influenciado pela Medicina de Hipócrates (CASTRO; LANDEIRA-

FERNANDEZ, 2011), e muito da psicologia medieval foi uma espécie de ferramenta médica (ALVARENGA, 2019).

Além do desafio das fronteiras entre disciplinas existe a dos temas que estão, supostamente, para além do campo psicológico. Um deles, sugerido por Aristóteles, é o da imortalidade da alma. O espírito, no núcleo ou parte mais elevada da alma, estaria além da alçada do aparelho psíquico, e sobre este Aristóteles parece ter preferido não opinar (MARTINS; MARTINS, 2007). O que remete à necessidade dos psicólogos e psicólogas do reconhecimento dos limites da atuação. Conforme diz o Código de Ética da profissão:

“Ao psicólogo é vetado: (...) b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014, p. 9).

O Conselho Federal de Psicologia reconhece, portanto, que a Psicologia é neutra quanto a *convicções religiosas*. Dentre outras.

4.3 - COMO ANALISAR A ALMA

Tanto na Psicologia Antiga quanto na Moderna a análise da alma é centrada nos dados da experiência e não em especulações. Sobretudo em observações das funções psíquicas do organismo, como discurso, decisões, sonhos, motivações emocionais, etc. O começo mais indicado para esse tipo de análise está nas impressões do sujeito a respeito da situação em que vive. Impressões formadas a partir dos dados dos sentidos juntamente com seus instintos e apetites.

A Psicologia não pode ignorar a importância do corpo, tal como o papel do cérebro. Caso contrário realizará análises dualistas, isto é, que não encaram a alma como forma de vida onde diversas funções se unificam.

Mas além dos aspectos corporais e cognitivos, a Psicologia lida com a subjetividade. Nesse ponto entram as emoções, a vida afetiva, os desejos e demais funções psíquicas que criam entes não observáveis diretamente, mas ainda parte do objeto de estudo da Psicologia. Um exemplo desses entes, ostensivamente estudados por Aristóteles em mais de um tratado, são os sonhos.

Contudo, vale destacar que a “psicologia clínica aristotélica” funda-se na crença no livre-arbítrio e na felicidade como fruto das virtudes morais. Tais princípios parecem poucos sintonizados com as psicoterapias contemporâneas. Salvo poucas exceções, como a Logoterapia de Frankl (LANDAU, 2019; RYAN, 2019).

4.4 - OS PRINCIPAIS DILEMAS DA PSICOLOGIA

Ao longo do tratado “Sobre a Alma”, Aristóteles expressa os principais conflitos sobre os quais psicólogos e psicólogas passariam 2400 anos discutindo:

- Qual o objeto de estudo da Psicologia?
- É possível criar uma Psicologia efetivamente científica?
- Estrutura versus Função: A alma deve ser entendida a partir de suas partes internas ou de como funciona no ambiente?
- Biológico versus Cultural: De que maneira os códigos sociais e os instintos corporais interagem na alma?
- Mente versus Corpo: Como a alma se expressa substancialmente como forma?
- Razão versus Emoção: De que maneira os estados corporais e os processos mentais geram a tomada de decisão?
- Livre arbítrio versus Determinismo: Há mesmo possibilidade para autonomia do sujeito diante dos determinantes biológicos, culturais, psíquicos, etc?

É digno de nota como tais dilemas, que dividem tanto a Psicologia contemporânea em diversas escolas, estão todos na fronteira entre a Filosofia e a Ciência Moderna. Sobretudo no que diz respeito à Ontologia e à Epistemologia científica.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento histórico é condição necessária para a formação da identidade, seja de uma nação, seja de uma classe profissional. A identidade do pesquisador e profissional de Psicologia passa, portanto, pelo saber das origens de sua disciplina. Saber esse que deve lhe proporcionar maior clareza sobre seu objeto de estudo e capacidade de operacionalizar suas competências diante de tal objeto.

Uma melhor formação em Psicologia, portanto, passa por um melhor ensino de História da Psicologia.

Nesse sentido é que o tratado “Sobre a Alma” precisa ser mais estudado. Mesmo que seja apenas para ter seus problemas apontados. Ser um “psicólogo aristotélico” em pleno século XXI soa anacrônico e até absurdo. Mas ser um profissional de Psicologia que passou pelo crivo aristotélico de questionamentos sobre a ciência psicológica e desenvolveu suas próprias respostas para ele, soa *necessário*.

Destaca-se como a Psicologia avançou formidavelmente no século XX, mas não por isso superou ou abandonou as questões levantadas em “Sobre a Alma”. Algumas escolas em Psicologia enfatizam a determinação ambiental do comportamento. Outras, o papel do corpo, ou cérebro, no psiquismo. Outras, o discurso, a subjetividade. E outras ainda, o imaginário cultural e relações sociais. Mas de um modo geral todas ainda parecem discutir temas aristotélicos, como a relação entre a alma e o corpo, entre a alma e o mundo, as funções psíquicas, os transtornos afetivos, a razão (e sua perda) e, acima de todos, as condições de possibilidade de um estudo (*logos*) da alma (*psiqué*).

Este capítulo teve por objetivo promover uma reflexão crítica sobre a natureza da Psicologia, seu objeto e campo de estudo, partindo da obra de Aristóteles. Entendo que o objetivo foi cumprido à medida que a abordagem histórica tenha suscitado uma série de questionamentos ao leitor parcialmente respondidos na seção 4. A pesquisa que fundamentou este capítulo contou com algumas limitações. O intento era o de oferecer um apanhado geral da Psicologia de Aristóteles, e o que se ganha em abrangência costuma-se perder em profundidade. Ao mesmo tempo, a pesquisa bibliográfica pode ter falhado em captar as melhores publicações a respeito do tema de pesquisa em outras línguas.

Constam como sugestões para estudos futuros: a) a Filosofia na formação em Psicologia, em especial o papel da análise ontológica, seja na Antropologia Filosófica, seja na Filosofia da Ciência; b) outras obras importantes, mas injustamente esquecidas, na História da Psicologia; c) a influência direta, mas muitas vezes pouco atentada, de filósofos modernos em escolas psicológicas, tais como Descartes, Kant e Hegel.

REFERÊNCIAS

- ABULOF, U. *In* Introduction: **Why We Need Maslow in the Twenty-First Century**. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s12115-017-0198-6.pdf>. Acesso em 17/09/2021.
- ADLER, M. **Aristóteles para todos**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ALVARENGA, J. As concepções de alma de Avicena e o que se sucede do “experimento do homem suspenso no ar”. *In* **Investigação científica nas ciências humanas 3**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
- ARISTÓTELES. **Ética a Eudemo**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- ARISTÓTELES. **Física I-II**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.
- ARISTÓTELES. **Sobre a Alma**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- ARISTÓTELES. **Sobre a geração e a corrupção**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2009.
- ARAUJO, S. F. A ideia de uma ciência da alma: Christian Wolff e o surgimento da psicologia científica na Alemanha. **Dois pontos**, v. 17, N. 1, São Carlos, 2020
- CARVALHO, M. S. **O curso aristotélico jesuíta conimbricense**. Disponível em: [O curso aristotélico jesuíta conimbricense.pdf \(uc.pt\)](#). Acessado em 17/09/2021.
- CASTRO, S.O. **O conceito de memória em Tomás de Aquino a partir da obra "A memória e a reminiscência" de Aristóteles**. Monografia de conclusão de curso na Universidade Federal Fluminense, 2017, 39 p.
- CASTRO, F.S.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Alma, corpo e a antiga civilização grega: as primeiras observações do funcionamento cerebral e das atividades mentais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Ano 24, n. 4. Porto Alegre: 2011
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do psicólogo**. Disponível em: [Código-de-Ética.pdf \(cfp.org.br\)](#). Acesso em 17/09/2021.
- CURNOW, T. *Sophia and Phronesis: Past, Present, and Future*. **Research in Human Development**, Ano 8, n. 2. Louisiana: 2011.
- HAAN, D. D.; MEADOWS, C. *In* **Aristotle and the Philosophical Foundations of Neuroscience**. Acessado em; [Aristotle and the Philosophical Foundations of Neuroscience - Daniel D. De Haan, Geoffrey A. Meadows - Proceedings of the American Catholic Philosophical Association \(Philosophy Documentation Center\) \(pdcnet.org\)](#) Disponível em: 17/09/2021.
- DAVIDSON, D. Laws and cause. **Dialectica**, ano 49, n. 2. Genebra: 1995.
- DUTMER, E. Aristotle's Methodology for Natural Science in Physics 1-2: a New Interpretation. **Journal of Ancient Philosophy**, Ano 14, n. 2. São Paulo: 2020.
- EBBINGHAUS, H. *Psychology - A Elementary Textbook*. Disponível em: [The Project Gutenberg eBook of Psychology, by Hermann Ebbinghaus](#). Acesso em 17/09/2021.
- FERREIRA, V. D. **Percepção e imaginação em Aristóteles**. Dissertação em Filosofia na Universidade Federal da Bahia, 2017, 86 p..
- FERREIRA, L. **A moral na Ética Nicomaquéia de Aristóteles**. Dissertação - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.
- GUERRA, J. B. Antropologia filosófica como antropologia do espírito. **Pólemos**, ano 10, n. 19. Fortaleza: 2021.
- HALL, E. **Aristotle's Way**. 1a ed. London: The Bodley Head, 2018, 143p.

- JACÓ-VILELA, A.M; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F.T. **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. 3a ed.. São Paulo: Editora NAU, 2013, 720 p.
- LANDAU, I. Viktor Frankl on all people's freedom to find their lives meaningful. **Journal of Human Affairs**, ano 29, n. 4, Nova Iorque: 2019.
- LEE, N. **Phenomenological Interpretation of the Phronesis in Aristotle**. Disponível em: [Instinct and Value \(memphis.edu\)](http://Instinct.and.Value(memphis.edu)). Acesso em: 17/09/2021.
- LEROI, A. M. **The Lagoon: How Aristotle Invented Science**. 2a. Ed. Nova Iorque: Viking Editorial, 2014, 213p.
- MARTINS, R.A.; MARTINS, L.A.P. **Uma leitura biológica do 'De Anima' de Aristóteles**. Disponível em: [Uma leitura biológica do De Anima de Aristóteles \(abfhib.org\)](http://Uma.leitura.biológica.do.De.Anima.de.Aristóteles(abfhib.org)). Acesso em: 17/09/2021.
- MASSIMI, M. Psychological Knowledge and Narratives of Experiences in Epistolary Correspondence. In **Psychological Knowledge and Practices in Brazilian Colonial Culture**. 1a. Ed. São Paulo: Springer, 2020, 154p.
- MORONI, J.; JUNIOR, A. P. A teoria dos dois sistemas de Kahneman. Uma crítica a partir da perspectiva ecológica gibsoniana. **Princípios: Revista de Filosofia**, ano 28, n. 55, Natal: 2021.
- MOTA, A. M.; CARA, B.S; MIRANDA, R.L. História da Psicologia, por quê? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, ano. 18, n. 4. Rio de Janeiro: 2018.
- PACHECO, P.R.A; MASSIMI, M. O conhecimento de si nas Litterae Indipetae. **Estudos de Psicologia**. Ano 10, n. 3. São Paulo: 2005.
- PÉREZ, A.J.J.; ARMENTEROS, C.J.K; HERNÁNDEZ, O.L.M. Avicena, príncipe de los médicos. Vida, obra y legado para la medicina contemporánea. **Revista Cubana de Medicina**. Ano 57, n. 1. Havana: 2018.
- PINTO, I.F.; CAMPOS, C.J.; SIQUEIRA, C. Investigação Qualitativa. **Acta Portuguesa de Nutrição**. Ano 14. N.1. Lisboa: 2018.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.
- PLUMBER, A. **The Phainomena in Aristotle's De Anima**. Disponível em: [Microsoft Word - Document7 \(jh.edu\)](http://MicrosoftWord-Document7(jh.edu)). Acesso em 17/09/2021.
- REALE, G.; AGUIAR, E. **Introdução a Aristóteles**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.
- RYAN, W.F. The Elements of Ethics in Viktor Frankl. In **Viktor Frankl: Philosophical Themes in Logotherapy**. Ano 36, n.2. Toronto: 2019.
- SILVA, L.C.K. Perspectivas em História da Ciência: A Revolução Científica e sua Relação com o Cristianismo. In **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. Ano 9, n. 20. Porto Alegre: 2017.
- SHINTANI, R.M. **Um estudo sobre o que é a ciência matemática: nas filosofias platônica e aristotélica**. Trabalho de conclusão de curso em Matemática. Universidade Estadual Paulista, 2018. 89 p.
- SILVEIRA, D. **As Virtudes em Aristóteles**. Disponível em: [372 \(uri.br\)](http://372(uri.br)). Acesso em 17/09/2021.
- STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. **Aristotle's Psychology**. Disponível em: [Aristotle's Psychology \(Stanford Encyclopedia of Philosophy\)](http://Aristotle'sPsychology(StanfordEncyclopediaofPhilosophy)). Acesso em: 17/09/2021.
- TROWBRIDGE, R.H. Sophia and Phronesis in Psychology, Philosophy, and Traditional Wisdom. In **Research in Human Development**. Ano 8, n.2. São Paulo: 2011.
- VIEIRA, E.S.; NASCIMENTO, R.B.; SILVA, M.S. Breve exposição da produção científica brasileira sobre a obra de Wilhelm Wundt. In **Revista Sítio Novo**, v.5, n.1. Palmas: 2021.

VOGIATZI, M. Aristotle on the Soul as Harmony. *In* **Elenchos**, ano 41, n. 2. Roma: 2020.

Capítulo 2
ANÁLISE DE DADOS EM
PSICOLOGIA: UM ROTEIRO PARA
APRENDIZAGEM DE R E PYTHON
Alessandro Vieira dos Reis

ANÁLISE DE DADOS EM PSICOLOGIA: UM ROTEIRO PARA APRENDIZAGEM DE R E PYTHON

Alessandro Vieira dos Reis

Bacharel em Psicologia pela UFSC. Pesquisador em Design. E-mail: alessandrovr@gmail.com

RESUMO: A Análise de Dados consiste na transformação de dados em informações úteis para tomadas de decisão, e inclui competências como programação, estatística, design de visualização, etc. De importância central para a pesquisa científica em geral, a Análise de Dados gera, assim, a demanda de habilidades de programação por parte de pesquisadores também da Psicologia. Contudo, estudantes de Psicologia costumam apresentar resistências e dificuldades no que diz respeito à programação de computadores. Diante de tal desafio, esta pesquisa tem por objetivo levantar os principais recursos de programação das linguagens mais populares para Análise de Dados, R e Python, voltados para estudantes de Psicologia. Para isso foi realizada uma pesquisa documental no site do Projeto R e da Fundação Python. A pesquisa resultou em um roteiro de estudos sobre R e Python alinhado com tópicos de Psicologia, sobretudo Psicometria e Psicologia Experimental, e desenvolvido especificamente para estudantes que: a) já possuam conhecimentos elementares de Algoritmos e Estrutura de Dados, pré-requisitos para a programação; b) estejam interessados em pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa em Psicologia; Análise de Dados; Programação; R; Python.

ABSTRACT: Data Analysis consists of transforming data into information useful for decision making, and includes skills such as programming, statistics, visualization design, etc. Of central importance for scientific research in general, Data Analysis thus generates the demand for programming skills by researchers also in Psychology. However, psychology students often present resistance and difficulties in acquiring computer programming skills. Faced with this challenge, this research aims to raise the main programming resources in the most popular languages for Data Analysis, R and Python, aimed at psychology students. For this, a documentary research was carried out on the Website of Project R and the Python Foundation. The research resulted in a script of studies on R and Python aligned with psychology topics, especially Psychometrics and Experimental Psychology, and developed specifically for students who: a) already have elementary knowledge of Algorithms and Data Structure, prerequisites for programming; b) are interested in research.

KEYWORDS: Psychology Research; Data Analysis; Programming; R; Python.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica no século XXI é marcada pelo uso de “linguagens de programação, software e modelos matemáticos de previsão” (BRITO, 2020, p. 137). Nesse contexto, desponta a Análise de Dados, um “campo de atuação de competências interdisciplinares em ascensão”, que “proporciona a extração de informação útil a partir de imensas bases de dados” (RAUTENBERG, CARMO, 2019, p. 59). Por seu caráter intrinsecamente interdisciplinar, a Análise de Dados demanda competências como programação, estatística e design de ilustrações, e um domínio específico de aplicação em que são realizadas as análises. Este último pode ser a Educação (DANIEL, 2020), a Política eleitoral (JACINTHO et al., 2020), a Economia (NOVIKOV, 2020), a Medicina (MCGOWAN; LEEK, 2020), a Epidemiologia do COVID-19 (LEUNG et al., 2020), etc. Assim, um Analista de Dados em contexto de pesquisa científica é especializado em um domínio de aplicação sobre o qual possui conhecimento teórico e metodológico, sendo capaz de realizar análises fundamentadas em programação e estatística, para em seguida empregar técnicas de design de visualização dos resultados de suas análises.

Em Psicologia, a Análise de Dados pode ser empregada em experimentos (MAIER; DEFRANCO; MCCOMB, 2019), em psicometria (MELHADO; RABOT, 2021), e mesmo em tratamento de dados qualitativos, como a interpretação de discurso (RIZK; ELRAGAL, 2020), dentre outras áreas possíveis. A pesquisa científica em Psicologia cada vez mais fará uso da Análise de Dados e, portanto, da programação de computadores (CARDOSO; NEVES; FREITAS, 2018). Portanto, os pesquisadores do campo da Psicologia, sobretudo formandos e mestrandos, veem diante de si a necessidade profissional da aquisição de competências em programação e em Análise de Dados. Diante de tal perspectiva, destacam-se duas linguagens de programação como as mais empregadas entre pesquisadores: R e Python (ZHANG, 2021). Ambas disponíveis gratuitamente na internet, possuem vastas comunidades de desenvolvedores, dentre outros recursos para facilitação da aprendizagem. A linguagem R, por exemplo, oferece “pacotes” de funções especializadas para pesquisa em Psicologia; enquanto o Python possui “bibliotecas” pensadas para facilitar o processo de Análise de Dados para psicólogos.

Contudo, a aprendizagem de programação por estudantes de Psicologia apresenta-se como um desafio devido os déficits comumente associados a tal

graduação em termos de Estatística, pesquisa experimental e afins (BANDEIRA, 2021). Diante de tal problemática, esta pesquisa assumiu como objetivo levantar os principais recursos de programação em R e Python que devem ser aprendidos por estudantes de Psicologia interessados em pesquisa quantitativa, bem como criar um roteiro de aprendizagem para facilitar tal processo. Esta pesquisa pretende contribuir para a formação de pesquisadores em Psicologia mais alinhados com as práticas científicas atuais relacionadas à Análise de Dados.

Para cumprir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa documental no site de descrição de pacotes de R (THE PROJECT R, 2019) e no site de documentação de bibliotecas de Python (PYTHON, 2019). Os itens levantados foram ainda analisados pelos tópicos que cobrem, estrutura temática, utilidade prática nos campos da Psicologia, etc. A busca resultou em um roteiro de estudos de tais materiais, classificando-os conforme temas de estudo em Psicologia e dispondo-os em uma sequência lógica de aprendizagem.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na seção 1 é apresentado como a Análise de Dados se relaciona com a Psicologia, com ênfase na programação, descrevendo as linguagens R e Python; na seção 2 são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa documental realizada; na seção 3, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos; e, por fim, na seção 4, encontram-se considerações finais sobre o papel da Análise de Dados na pesquisa em Psicologia e a importância de programação para pesquisadores da área.

Esta pesquisa tem por propósito criar um roteiro de aprendizagem geral para pesquisadores em Psicologia diante do desafio da programação para Análise de Dados. Não faz parte do escopo desta pesquisa oferecer tutoriais detalhados de desenvolvimento mais avançado de software, como por exemplo a criação de aplicativos.

1 - PROGRAMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS EM PSICOLOGIA

1.1 - PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Computabilidade é a propriedade de um problema segundo a qual ele possui ao menos uma solução lógica (ALMEIDA et al., 2018). Programar computadores consiste em tratar problemas computáveis por meio de instruções para a máquina.

Instruções dadas em um linguagem “compreensível” de forma lógico-matemática pelo computador:

“A programação é, como seu nome já implica, desígnios de rotina. Uma máquina segue uma programação, um código pré-definido. Na computação, a programação é o que faz computadores desempenharem suas funções” (NEVES; FREITAS; QUINTA et al, 2018, p. 4).

No que diz respeito à análise dos problemas para fins de computabilidade, o estudo sobre como os componentes do problema se organizam consiste na *estrutura de dados*; e o passo a passo da resolução do problema em questão é chamado de *algoritmo* (PREISS, 2001). Assim, a programação de computadores se baseia na estruturação de dados do problema e na consequente criação, por parte do programador, de um algoritmo para resolvê-lo. O algoritmo é em seguida traduzido para um código numa dada linguagem de programação, tornando-se assim o programa propriamente dito, ou *software*.

Pode-se dizer que um programa de computador é tanto um meio para se resolver um problema quanto uma expressão lógico-verbal do conhecimento do programador a respeito daquele problema e do domínio de realidade do qual este faz parte: “programas também podem errar, pois não passam de instruções feitas por outros humanos. No entanto, um programa bem construído e testado, fará exatamente aquilo para quê foi elaborado” (NEVES; FREITAS; QUINTA, 2018, p. 6).

A programação pode ser compreendida a partir de uma analogia culinária. Tomemos o preparo de um bolo:

- Trata-se certamente de um problema computável. Tanto é assim que há múltiplas formas de fazer um bolo, que assumem a forma de receitas que podem ser anotadas e transmitidas;
- Os ingredientes, o funcionamento dos instrumentos da cozinha e demais requisitos necessários para fazer o bolo formam a estrutura de dados do problema. Ex.: ovos, farinha, manteiga, fôrma, forno, recipiente, batedeira, etc;
- A receita de bolo é o algoritmo assumido para resolução;

- Cada instrução portadora de sentido na receita corresponde a uma linha de código. Ex.: “1 - Misturar os ingredientes no recipiente”, “2 - Bater a massa até se tornar homogênea”, “3 - Untar a fôrma”, “4 - Depositar a massa na fôrma pré-aquecida por 10 minutos”, etc;
- O idioma no qual a receita foi escrita corresponde à linguagem de programação das linhas de código.

O estudo da criação de algoritmos e dos tipos de estruturas de dados é a base lógica da Computação, sem a qual o aprendizado de linguagens específicas de programação não pode ocorrer (PREISS, 2001). A partir dessa base, a aprendizagem de uma ou mais linguagens de programação toma lugar. Há linguagens especializadas em determinados tipos de problemas. Por exemplo, a linguagem R é especializada em tratamento estatístico de dados. E há linguagens mais versáteis, como Python, que podem tanto resolver problemas estatísticos, quanto criar aplicativos desktop, jogos, etc. Mas todas as linguagens de programação dependem da capacidade *lógica e criativa* do programador em termos de resolver problemas a partir da análise da estrutura dos dados, bem como de projetar um algoritmo capaz de obter a solução desejada.

1.2 - PROGRAMAÇÃO PARA ANÁLISE DE DADOS

A programação de computadores pode tratar problemas nas mais variadas áreas. No que tange problemas de Análise de Dados, além de habilidades de programação são também demandados conhecimentos em Estatística e de Design. Este último para visualização dos resultados da análise, de modo que sejam mais estéticas e compreensíveis.

Segundo Avinash, Fandango e Idris (2021), a Análise de Dados consiste em um processo com as seguintes fases:

Quadro 1 - Fases da Análise de Dados.

Fase	Descrição	OBS
1 - Coleta de dados	Obtenção dos dados brutos.	Fase pré-analítica que poderá determinar a estrutura dos dados disponíveis para análise.
2 - Processamento dos dados	Processamento no qual os dados brutos são formatados	Exploração inicial do conjunto de dados e pré-visualização. Costuma ser chamada de

	para se tornarem mais estruturados e úteis.	“exploração inicial dos dados”.
3 - Tratamento dos dados	Envolve limpeza, enriquecimento e tratamento aprofundado dos dados, com a criação de relatórios, testes de hipóteses, etc.	Frequentemente é a fase mais trabalhosa e demorada. Costuma ser chamada de “ <i>data wrangling</i> ”.
4 - Visualização dos resultados	Onde as informações obtidas do tratamento dos dados são transformadas em gráficos que ajudam no entendimento	Demanda habilidades em design gráfico.
5 - Construção de modelos	Consiste em modelar como os dados devem ser coletados, tratados e entendidos para um satisfatório suporte à tomada de decisão.	Costuma envolver simulações e modelagem matemática avançada.

Fonte: o autor, baseado em Avinash, Fandango e Idris (2021).

Para uma melhor compreensão dos achados de suas análises, os analistas de dados muitas vezes são especialistas em um domínio de conhecimento externo à Análise de Dados, ou trabalham em conjunto com tais especialistas. Constam como exemplos de tais domínios: Economia, Educação, Medicina, Marketing, etc.

A Análise de Dados também pode ser feita sem programação, a partir de softwares que utilizam interfaces gráficas para facilitar operações estatísticas sem a necessidade da criação de linhas de código. Dentre esses softwares, um dos mais usados no mundo é o Microsoft Excel (MICROSOFT, 2021). Para fins de pesquisa científica, consta também o SPSS (IBM, 2021). Contudo, a realização de Análise de Dados no contexto de pesquisas científicas costuma demandar problemas melhor resolvíveis com programação. Isso se explica pela necessidade da criação de soluções personalizadas, de documentação científica para os projetos, dentre outros fatores (MULLER et al, 2021). A programação aplicada à Análise de Dados é ainda uma condição *necessária* para a realização da *Open Science*, filosofia que preconiza a democratização da ciência por meios digitais (VICENTE-SAEZ; MARTÍNEZ-FUENTES, 2018).

1.3 - PROGRAMAÇÃO EM PSICOLOGIA

O psicólogo deve aprender a programar para “participar dos desenvolvimentos científicos e profissionais do século XXI” (NEVES; FREITAS; QUINTA, 2018, p. 8). Contudo, a programação de computadores é um tópico que recebe pouquíssima ou virtualmente nenhuma atenção na Psicologia brasileira. No que diz respeito à importância conferida a essas tecnologias na formação de psicólogos:

“Em momento algum no levantamento dos autores, é mencionada alguma preocupação dessas matrizes curriculares com tecnologias, o impacto do advento de novas tecnologias na ciência e profissão, e muito menos qualquer vislumbre de preocupação com programação como um repertório básico de um psicólogo ou psicóloga”. (CARDOSO; NEVES; FREITAS, 2018, p. 157).

Na pesquisa em Psicologia, a programação de computadores não se limita à resolução de problemas de Análise de Dados. Também são desenvolvidos simuladores de experimentos para fins educacionais, como o Sniffy (GRAHAM; ALLOWAY; KRAMES, 1994); e aplicativos para coleta de dados em observações e experimentos, como o BORIS (FRIARD; GAMBA, 2016) e o PyGaze (PYGAZE, 2021). Entretanto, a maior parte do uso de programação de computadores em Psicologia envolve o tratamento de dados em pesquisas. Levando em conta o período em que esta pesquisa foi realizada, as linguagens mais populares para coleta e análise de dados no mundo são R e Python (ZHANG, 2021).

A linguagem R foi criada em 1991, no departamento de Estatística da Universidade de Auckland. Especializada em tratamento estatístico de dados, sua primeira versão pública foi de 1993 (THE PROJECT R, 2019). Hoje conta com um ambiente de interface gráfica que facilita sua operação: o RStudio (RSTUDIO, 2019). O R também conta com centenas de *pacotes*, que são funções especializadas que podem ser adquiridas livremente. A linguagem Python foi criada em 1991 pelo cientista da computação Guido van Rossum (ROSSUM; DRAKE, 1995). Por ser versátil e de fácil aprendizado, Python conquistou grande popularidade mundial. Possui inúmeras *bibliotecas*, que são conjuntos de códigos pré-prontos especializados em determinados tipos de problemas. Algumas dessas bibliotecas foram especialmente desenvolvidas para Análise de Dados científicos.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresentada neste capítulo é de natureza teórica, pois envolve a formação de conceitos para uso prático posterior (GIL, 2002). Trata-se ainda de uma pesquisa do tipo qualitativa pois visa interpretar informações de um dado campo e criar conceitos a respeito (PINTO; CAMPOS; SIQUEIRA, 2018). Por fim, a pesquisa adotou uma abordagem exploratório-descritiva, uma vez que o objeto de estudo foi analisado e descrito sem o objetivo de aprofundamentos em termos de explicações (MARCONI; LAKATOS, 2018).

O procedimento metodológico adotado foi o de pesquisa documental, que consiste em levantar documentos oficiais, isto é, de fonte primária (MARCONI; LAKATOS, 2018). Foram levantadas documentações nos sites oficiais das duas linguagens de programação: a respeito de pacotes de R, no site [The Comprehensive R Archive Network \(r-project.org\)](https://www.r-project.org/) (THE PROJECT R, 2019); e de bibliotecas de Python, no site [Our Documentation | Python.org](https://docs.python.org/3/) (PYTHON, 2019). As buscas visaram documentos onde a palavra “*psychology*” ou “*psicologia*” constavam. O levantamento foi realizado entre os dias 9 e 10 de outubro de 2021.

Em seguida, foram selecionados pacotes de R e bibliotecas de Python a partir dos seguintes critérios: 1) os resumos dos materiais atestam que estes são voltados para a realização de Análise de Dados em Psicologia; 2) a documentação atualizada; 3) o material encontra-se disponível gratuitamente.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura da documentação encontrada demonstrou, conforme esperado, que a Análise de Dados em Psicologia é majoritariamente voltada para pesquisa quantitativa, como Psicometria e Psicologia Experimental. Não foram encontrados recursos especializados para, por exemplo, a análise de discurso em Psicologia (RIZK; ELRAGAL, 2020). Problemas como a compreensão de texto são tratados por bibliotecas e pacotes que envolvem Inteligência Artificial, um tópico mais avançado de Análise de Dados (AGGARWAL, 2018, p. 492), e não são constaram nos resultados da busca realizada. Portanto, é possível inferir que a melhor porta de entrada à programação para estudantes de Psicologia seja o conjunto de problemas estatísticos da pesquisa experimental e/ou psicométrica.

O primeiro passo seria aplicar princípios de Estrutura de Dados e de design de Algoritmos para compreender os problemas que essas disciplinas oferecem (PREISS, 2001). Só depois dessa fase inicial, onde o conteúdo das disciplinas é tratado com princípios de Computação, é que passa a fazer sentido o aprendizado de linguagens de programação propriamente ditas, como o R e o Python.

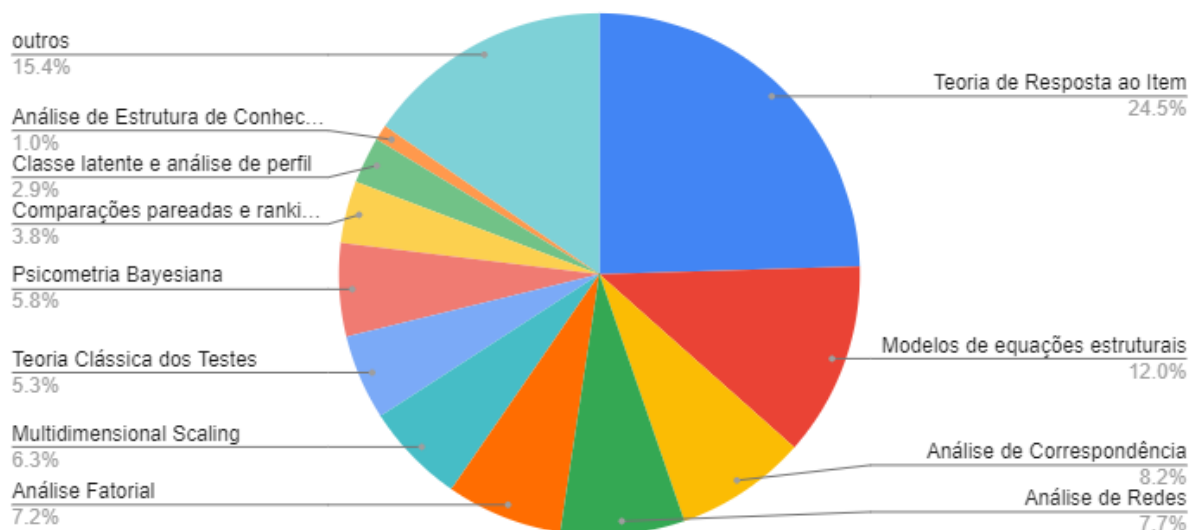
3.1 - PACOTES DE R

No site do projeto R encontra-se a *Comprehensive R Archive Network*, i.e., “Rede completa de arquivos de R”, (THE PROJECT R, 2019), um espaço dedicado ao compartilhamento gratuito de pacotes e outros recursos. No CRAN destaca-se, para a comunidade da Psicologia, a iniciativa “*Data science for psychologists*” (DS4PSY, 2018), curso gratuito voltado para a resolução de problemas quantitativos em Psicologia utilizando R.

Diferente da linguagem Python, o ambiente de aprendizagem do R oferece suporte acadêmico em termos de publicações científicas disponibilizadas. Em se tratando de Psicologia Experimental, além de pacotes, o CRAN disponibiliza artigos como o de Singmann e Kellen (2019) e de Baron e Li (2003), que buscam esclarecer questões especializadas do uso de R para tratamento de dados de experimentos.

Os pacotes de R desenvolvidos para a Psicologia podem ser encontrados na revisão promovida por Mair (2021) e disponível no CRAN, somando 208 pacotes:

Imagem 1 - Pacotes de R para Psicologia.



Fonte: o autor, baseado em Mair (2021).

Nota-se, na Imagem 1, como a maioria dos pacotes de R diz respeito a problemas de Psicometria, como os de Teoria de Resposta ao Item (24,5%), abordagem de criação de questionários baseada na teoria do traço latente (PASQUALI, 2020); de modelagem de equações estruturais (12%), análise de redes (7,5%) análise fatorial (7,2%), psicometria bayesiana (5,8%), etc. Encontram-se em menor número, na categoria “outros”, pacotes para experimentos comportamentais, como o [RSSA](#) e o [psychTestR](#). A linguagem R tem, portanto, como característica essencial o tratamento de dados, não a coleta deles, isto é, a fase 1 da Análise de Dados (AVINASH, FANDANGO; IDRIS, 2021). No que diz respeito às outras fases do processo de Análise de Dados, constam como principais pacotes de R, tomados pelo critério de popularidade no CRAN:

- Para a fase 2, de processamento dos dados: [dplyr](#) e [tidyr](#);
- Para a fase 3, de tratamento dos dados: [data.table](#), [caret](#), [knitr](#);
- Para a fase 4, de visualização dos resultados: [ggplot2](#), [shiny](#), [plotly](#).

Além do processo geral de Análise de Dados, existem outros processos de utilidade para pesquisadores de Psicologia, que contam com pacotes disponíveis no CRAN. Dentre eles, destaca-se o de revisão sistemática de literatura:

- para auxiliar em estudos bibliométricos, o pacote [Bibliometrix](#), p.e.;
- para auxiliar em metanálises, o [psymetadata](#), [meta](#) e [metasens](#).

3.2 - BIBLIOTECAS DE PYTHON

Para o processo geral de Análise de Dados, o Python conta com diversas bibliotecas:

- Fase 1, coleta de dados: diferente do R, o Python oferece recursos para coleta de dados. Sendo uma linguagem mais versátil, algumas de suas bibliotecas permitem criar experimentos:
 - experimentos em geral: [OpenSesame](#)
 - Psicofísica: [Psychopy](#), [PsyUtils](#), [mPsy](#), [PyEPL](#);
 - Neuropsicologia: [Expyriment](#);
 - experimentos envolvendo movimento ocular: [PyGaze](#), [VisionEgg](#)

OBS: Vale destacar que nem todos os projetos de pesquisa em Psicologia necessitarão destas bibliotecas, mas apenas os de pesquisa experimental;

- Fase 2, processamento dos dados: a biblioteca [pandas](#) é uma das mais populares, não sendo especializada para problemas de Psicologia;
- Fase 3, tratamento dos dados:
 - O Python também conta, assim como o R, com recursos específicos para tratar problemas de Psicometria. Consta como exemplo o [pypsiafit](#), e uma série de bibliotecas para tratamento de dados em Neuropsicologia ([Kabuki](#), [MNE](#), [NiPy](#)).
 - para computação científica em geral, a [Numpy](#);
 - para problemas especialização de *Machine Learning*, a [scikit-learn](#), [TensorFlow](#), [PyTorch](#);
- Fase 4, visualização dos resultados: [ggplot2](#), a [plotly](#), a [Matplotlib](#). Estas consistem em bibliotecas populares, também não especializadas em problemas de Psicologia.

Diferente do R, contudo, o site da fundação Python não disponibiliza publicações científicas e cursos gratuitos para pesquisadores. Mas o Python oferece uma óbvia vantagem sobre o R, conforme visto, no que diz respeito ao design de experimentos para coleta de dados.

Para estudantes de Psicologia mais interessados em Psicometria a linguagem R talvez seja a alternativa mais acertada para início da aprendizagem. Já os mais dedicados à pesquisa experimental teriam possibilidades com Python. Contudo, entende-se que ambas devem estar no escopo de aprendizagem para a formação de um pesquisador completo.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em Psicologia tende a ser drasticamente transformada por tecnologias que possibilitarão novos meios de coleta e tratamento de dados. Nesse contexto, a Análise de Dados consta não apenas como uma necessidade, mas também como uma urgência profissional. Psicólogos e psicólogas, para se integrarem ativamente em equipes multidisciplinares desenvolvedoras de soluções, devem possuir competências de Análise de Dados tais como programação, estatística e design de visualização. Caso contrário, verão diminuídas suas chances de atuação e de pesquisa.

A formação em Psicologia para Análise de Dados deve começar no início da graduação, com o tratamento dos problemas de disciplinas como Psicometria, Estatística e Psicologia Experimental, a partir do prisma da Computação. Tais tópicos devem ser analisados como tópicos de Estrutura de Dados e Algoritmos, que são fundamentos lógicos da programação de computadores. Em seguida, os alunos que demonstrem interesse na pesquisa científica podem aprender de forma autodidata via cursos de R, Python ou quaisquer outras linguagens. E, caso exista disponibilidade, cursar disciplinas de programação e/ou participar de projetos de extensão para aprender tal competência. Formandos, pós-graduandos e profissionais não-acadêmicos também podem aprender a programar de forma autodidata. E para esses o fundamento de Estrutura de Dados e Algoritmos a partir de problemas da Psicologia também constitui-se em uma ótima porta de entrada.

No que diz respeito à escolha entre R ou Python, entende-se que esse é um pseudo-problema. Um programador bem fundamentado em termos de lógica de Estrutura de Dados e Algoritmos não terá dificuldade em aprender as duas. Mas caso decida começar por uma, é oportuno destacar que R oferece recursos mais especializados em tratamento de dados para psicólogos. Ao passo que Python, por ser mais versátil, proporciona a criação de experimentos e outras formas de coleta de dados, além do tratamento destes. A escolha de por qual linguagem começar depende dos interesses do estudante, portanto.

Diante disso, entende-se que os objetivos da presente pesquisa foram realizados, uma vez que um roteiro pensado para a introdução da Análise de Dados na Psicologia foi oferecido. Tal roteiro foi baseado em uma pesquisa documental, tendo por fonte os sites oficiais das duas linguagens mais populares no mundo. Outras linguagens de programação foram deixadas de lado, como Java, MATLAB, Scala, Julia, etc. A pesquisa também se restringiu a documentos oficiais das linguagens, e não a publicações acadêmicas a respeito delas. Contudo, tais restrições justificam-se pelo escopo da pesquisa, que não objetivava desenvolver uma grade curricular completa de programação.

Constam como sugestões para estudos futuros: a) um acompanhamento longitudinal de estudantes de Psicologia durante a aprendizagem de Análise de Dados para pesquisa científica; b) levantamento das principais resistências e dificuldades atitudinais, bem como lacunas de conhecimentos, para a aprendizagem de programação por parte de psicólogos e psicólogas em formação; c) criação de roteiros

de aprendizagem de Algoritmos e Estrutura de Dados baseados em problemas de Psicometria e/ou de Psicologia Experimental; d) mapeamento de áreas de pesquisa em Psicologia que mais empregam Análise de Dados, juntamente com as linguagens, ferramentas e demais recursos empregados por tais profissionais.

REFERÊNCIAS

- AGGARWAL, C. C. **Machine learning for text**. 1. ed. Cham: Springer, 2018. p. 492.
- ALMEIDA, D. et al. **Teoria da Computação: Máquinas, Programas e suas Equivalências**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180423183521id_/http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/revistaeletronica/article/viewFile/5420/1158>. Acesso em: 11 out. 2021.
- AVINASH, N.; FANDANGO, A.; IDRIS, I. **Python data analysis : perform data collection, data processing, wrangling visualization, and model building using Python**. Birmingham: Packt Publishing, 2021.
- BANDEIRA, D. R.; ANDRADE, J. M. DE; PEIXOTO, E. M. **O Uso de Testes Psicológicos: Formação, Avaliação e Critérios de Restrição**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. spe1, 2021.
- BARON, J.; LI, Y. **Notes on the use of R for psychology experiments and questionnaires**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/doc/contrib/Baron-rpsych.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BRITO, A. M. S. **Ciência de dados: Ferramentas para o combate à Covid-19**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 135-147. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tecnologia/ciencia-de-dados>
- CARDOSO, R. M.; NEVES, H. B.; FREITAS, L. A. Ensino e pesquisa no século XXI: Um manifesto pelo ensino de programação na graduação em Psicologia. Em H. B. Neves Filho, L. A. B. Freitas & N. C. C. Quinta (Orgs.). **Introdução ao desenvolvimento de softwares para analistas do comportamento** (pp. 156-173). Campinas: ABPMC. 2018.
- DS4PSY. **Data science for psychologists**. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/web/packages/ds4psy/readme/README.html>>. Acesso em: 12 out. 2021.
- FRIARD, O.; GAMBA, M. BORIS: a free, versatile open-source event-logging software for video/audio coding and live observations. **Methods in Ecology and Evolution**, v. 7, n. 11, p. 1325–1330, 28 maio 2016.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.
- GRAHAM, J.; ALLOWAY, T.; KRAMES, L. Sniffy, the virtual rat: Simulated operant conditioning. **Behavior Research Methods, Instruments, & Computers**, v. 26, n. 2, p. 134–141, jun. 1994.
- IBM. **Software SPSS**. Disponível em: <<https://www.ibm.com/br-pt/analytics/spss-statistics-software>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- JACINTHO, L. H. M. et al. Brazilian Presidential Elections: Analysing Voting Patterns in Time and Space Using a Simple Data Science Pipeline. **Anais do Symposium on Knowledge Discovery, Mining and Learning (KDMiLe 2020)**, 20 out. 2020.

- LEUNG, C. K. et al. Big Data Science on COVID-19 **Data**. 2020 **IEEE 14th International Conference on Big Data Science and Engineering (BigDataSE)**, dez. 2020.
- MAIR, P. **CRAN Task View: Psychometric Models and Methods**. Disponível em: [CRAN Task View: Psychometric Models and Methods \(r-project.org\)](https://cran.r-project.org/web/packages/psychometric/index.html). Acesso em: 11 out. 2021.
- MAIER, T.; DEFRANCO, J.; MCCOMB, C. An analysis of design process and performance in distributed data science teams. **Team Performance Management: An International Journal**, v. 25, n. 7/8, p. 419–439, 14 out. 2019.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018. 354 p.
- MELHADO, F.; RABOT, J.-M. Análise de Sentimentos: Da Psicométrica à Psicopolítica. **Comunicação e Sociedade**, v. 39, p. 101–118, 30 jun. 2021.
- MCGOWAN, L. D.; LEEK, J. T. Medicine is a data science, we should teach like it. **OSF Preprints e8tgp, Center for Open Science**, 2 mar. 2020.
- MICROSOFT. **Excel - Planilha eletrônica** | Microsoft Excel. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/excel> Acesso em: 11 out. 2021.
- MULLER, M. et al. **How Data Scientists Improve Generated Code Documentation in Jupyter Notebooks**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://ceur-ws.org/Vol-2903/IUI21WS-HAIGEN-10.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.
- NEVES, H. B.; FREITAS, L. A. B.; QUINTA, N. C. C. Por que estudantes, profissionais e pesquisadores de psicologia deveriam aprender programação? Em H. B. Neves Filho, L. A. B. Freitas & N. C. C. Quinta (Orgs.). **Introdução ao desenvolvimento de softwares para analistas do comportamento** (pp. 1-12). Campinas: ABPMC. 2018.
- NOVIKOV, S. Data Science and Big Data Technologies Role in the Digital Economy. **TEM Journal**, p. 756–762, 27 maio 2020.
- PASQUALI, L. **Teoria de Resposta ao Item: teoria, procedimentos e aplicações**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris Ltda, 2018. v. 1p. 243.
- PINTO, I.F.; CAMPOS, C.J.; SIQUEIRA, C. Investigação Qualitativa. **Acta Portuguesa de Nutrição**. Ano 14. N.1. Lisboa: 2018.
- PREISS, B. R. **Estruturas de dados e algoritmos : padrões de projetos orientados a objetos com Java**. Rio De Janeiro Campus: Elsevier, 2001.
- PYGAZE. **PyGaze: Open source eye-tracking software and more**. Disponível em: <http://www.pygaze.org/> Acesso em: 11 out. 2021.
- PYTHON. **Welcome to Python.org**. Disponível em: <https://www.python.org/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- RAUTENBERG, S.; CARMO, P. R. Big Data e Ciência de Dados: complementaridade conceitual no processo de tomada de decisão. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. p.56-p.67. v. 13, n. 1. 2019.
- RIZK, A.; ELRAGAL, A. Data science: developing theoretical contributions in information systems via text analytics. **Journal of Big Data**, v. 7, n. 1, 9 jan. 2020.
- ROSSUM, G.; DRAKE, F. L. **Python reference manual**. Amsterdam: Centrum voor Wiskunde en Informatica. 1995.
- RSTUDIO. **RStudio**. Disponível em: <https://www.rstudio.com/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- SINGMANN, H.; KELLEN, D. **An Introduction to Mixed Models for Experimental Psychology**. In D. H. Spieler & E. Schumacher (Eds.), *New Methods in Cognitive Psychology* (pp. 4–31). Psychology Press. 2019.
- THE PROJECT R. **The Comprehensive R Archive Network**. Disponível em:

<<https://cran.r-project.org/>>. Acesso em: 11 out. 2021.

VICENTE-SAEZ, R.; MARTINEZ-FUENTES, C. Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. **Journal of Business Research**, v. 88, p. 428–436, jul. 2018.

ZHANG, N. **A Tour of Data Science : Learn R and Python in Parallel**. [s.l.] Milton Crc Press Llc, 2021.

Capítulo 3
**A ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO
NO GRUPO FAMILIAR E SOCIAL E
SEUS REFLEXOS NA VIDA DO
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM
A LEI**

*Nazaré Goret Pasquali
Leonora Vidal Spiller*

A ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO NO GRUPO FAMILIAR E SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Nazaré Goret Pasquali

Advogada, formada pela Unoesc-Chapecó/SC, Acadêmica de Psicologia na Unoesc

Xanxerê/SC, e-mail: nasapas@yahoo.com.br

Leonora Vidal Spiller

Mestre em Psicologia pela UFPR, Professora na faculdade de Psicologia na Unoesc

Xanxerê/SC, e-mail: leonora.spiller@unoesc.com.br

Resumo: Esta pesquisa procura compreender como a função paterna implica na estrutura do sujeito, como afeta a forma como este se coloca na sua própria trajetória de vida, como influencia a vida do adolescente em conflito com a lei, bem como qual é o papel da educação e do Estado na formação deste indivíduo. A adolescência é a fase na qual começam aparecer os conflitos pessoais e sociais. É na adolescência que o indivíduo começa a manifestar e lutar por seus desejos, iniciando uma busca pela sua afirmação e reconhecimento, como sujeito de suas vontades. O perfil desse adolescente tem origem em famílias em desarmonia, que apresentam um histórico de desajuste e exclusão social, a qual falhou na formação desse indivíduo, e a partir dessas informações, procuramos saber qual é o papel do Estado e da educação na construção desse sujeito. Buscamos algumas estatísticas em órgãos oficiais, relacionadas ao perfil da família do adolescente em conflito com a lei, bem como realizamos pesquisas bibliográficas que consistem em trabalhos científicos sobre o presente tema, as quais concluem que a desorganização familiar, a falha na função paterna e materna desorienta a vida do adolescente, como consequência de uma série de omissões desse pais no momento em que deveriam ter exercido sua função.

Palavras-chave: Adolescente. Função paterna. Constituição psíquica

Abstract: This research seeks to understand how the paternal role implies in the structure of the subject, how it affects the way he/she places himself in his own life trajectory, how it influences the life of adolescents in conflict with the law, as well as what is the role of education and of the State in the formation of this individual. Adolescence is the phase in which personal and social conflicts begin to appear. It is in adolescence that individuals begin to manifest and fight for their desires, starting a search for their affirmation and recognition, as the subject of their will. The profile of this adolescent comes from families in disharmony, which have a history of

maladjustment and social exclusion, which failed in the formation of this individual, and from this information, we seek to know the role of the State and education in the construction of this subject. We searched for some statistics in official bodies, related to the profile of the adolescent's family in conflict with the law, as well as we carried out bibliographical researches that consist of scientific works on the present subject, which conclude that the family disorganization, the failure in the paternal and maternal function it disorients the adolescent's life, as a result of a series of omissions on the part of these parents when they should have exercised their function.

Keywords: Adolescent. Paternal function. Psychic constitution.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasceu da necessidade de buscar algumas respostas relacionadas a um tema que afeta a toda sociedade, direta ou indiretamente. As indagações sobre a função paterna e sua implicação na constituição psíquica do sujeito, sobre a qual nos debruçamos, já é resultado de muitos estudos científicos na psicologia, o que nos leva a buscar esses estudos foi a reflexão sobre o que afeta o adolescente e o jovem ao ponto destes ingressarem na criminalidade, ou apresentarem um comportamento desajustado ao ponto de influenciar nas decisões mais importantes da vida, como a forma como vão se orientar nos estudos, no trabalho, nos relacionamentos, no momento de assumir a responsabilidade por suas vidas.

A literatura tem apresentado como um dos fatores de risco para esse desajustamento ou dificuldade de orientação para vida, no caso do jovem e adolescente, a falha na função paterna. Segundo Benczik (2011), estudos alertam para a importância da figura paterna no desenvolvimento e no psiquismo infantil.

Trentin (2012, p. 18), em sua dissertação, conclui que:

A instituição familiar formada pelas interações de seus membros é responsável pela socialização do indivíduo e exerce influências no comportamento humano ao longo da vida. Pais negligentes não cumprem o papel de agentes socializadores, logo, uma família omissa de suas funções parentais acarreta um deficiente desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, facilitando, assim, aderirem à prática de atos infracionais.

Para Winnicott (2014, p. 258), o fato de a criança agir de modo antissocial, significa, por vezes, um pedido de socorro para ser controlada por pessoas “fortes,

carinhosas e confiantes.” Porém, o autor entende que a maioria dos delinquentes são, “até certo ponto”, jovens doentes, sendo que a palavra “doença” é adequada na medida em que, na maioria dos casos, “o sentimento de segurança não chegou à vida da criança” cedo o bastante para ser introjetado às suas “crenças e convicções” .

Por meio da presente pesquisa, buscamos compreender o quanto a aludida falha na estruturação do sujeito influencia a forma como ele se relaciona com o mundo, a partir do momento que passa a se integrar na vida social, seja na família ou em qualquer grupo em que transite ao longo de sua vida.

Procuramos entender como a função paterna implica na constituição psíquica do sujeito, e como esta, consequentemente, influenciará a vida do adolescente em conflito com a lei. Por ser pertinente ao universo no qual transita o adolescente, buscamos ainda, compreender o papel da educação e do Estado no processo de inserção e socialização do sujeito no grupo social.

A delinquência do adolescente tem sido objeto de inúmeras pesquisas, sob vários olhares, demonstrando a complexidade do tema e a dificuldade de investigação. Procuramos compreender o quanto determinados processos familiares têm sido fatores de desestruturação psíquica da criança, e quais complicações enfrentará ao iniciar sua imersão social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva que busca identificar como a falha na função materna e paterna implica na estruturação psíquica do sujeito, no grupo familiar e social, e seus reflexos na vida do adolescente em conflito com a lei.

Os instrumentos e coleta de dados foram pesquisas em trabalhos científicos publicados no período de 2001 a 2021. Foram encontrados 11.300 trabalhos, dos quais foram pesquisados quinze estudos pois respondiam às indagações propostas neste trabalho. A busca pelo material, se deu através das palavras “função paterna”, “constituição psíquica do sujeito” e “adolescente em conflito com a lei”. A base consultada foi o Google acadêmico. O embasamento teórico escolhido foi o psicanalítico.

Foram realizadas ainda buscas nas últimas estatísticas publicadas pelos órgãos governamentais, como o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos, responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas, a fim de apurar o perfil familiar do adolescente em conflito a lei.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, dispostos nas seguintes categorias: as normas e a estruturação do sujeito e sua relação com a função paterna, a função paterna sendo exercida pelo Estado, a função paterna exercida pela educação e Perfil da família do adolescente e do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As normas e a estruturação do sujeito e sua relação com a função paterna

A vida em sociedade não é possível sem um conjunto de normas capaz de nortear e organizar a vida do ser humano. A psicanálise e a psicologia, em algumas linhas teóricas, ensinam que essa normatização é introjetada na vida do indivíduo a partir das interações da criança com os pais.

Para Benczik (2011, p. 69):

É pressuposto da teoria psicanalítica o papel estruturante do pai, a partir da instauração do complexo de Édipo. Na trama familiar, o sujeito se constrói e sai do estado de natureza para ingressar na cultura. Freud⁸, em seu trabalho *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância*, afirma: "*na maioria dos seres humanos, tanto hoje como nos tempos primitivos, a necessidade de se apoiar numa autoridade de qualquer espécie é tão imperativa que seu mundo desmorona se essa autoridade é ameaçada*". Para Aberastury⁹, o pai representa a possibilidade do equilíbrio pensado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real. A necessidade da figura paterna no processo de desenvolvimento infantil ocorre entre seis e doze meses, quando a criança se vê inserida no triângulo edípico, denominado organização genital precoce, e, na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação, havendo um movimento mais intenso na adolescência para que o filho alcance maior autonomia.

O autor acima afirma que estudos reconhecem a importância do papel do pai "no desenvolvimento da criança e a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a capacidade de

aprendizagem e a integração da criança na comunidade” (BENCZIK, 2011, p. 68). E acrescenta que a prática clínica revelou que, na idade adulta, as representações das experiências vividas com o pai, surgem nas demais vivências de “construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais” (BENCZIK, 2011, p. 69).

Para Vorcaro, Mazzini & Monteiro (2008, *apud* Pedro e Neves, 2015, p. 6), a Psicanálise destaca a singularidade de cada história de vida e considera que alguns acontecimentos influenciarão a vida do sujeito a partir da forma como o ele se apropria dos fatos. Assim, a ausência da figura do pai poderá ou não implicar na conduta infracional e, nesse aspecto, cada adolescente será afetado de maneira particular.

Xavier *et al.* (2011) procura fazer uma reflexão sobre a função materna, especificamente quanto ao discurso da mãe, nomeando ou não o pai, em casos de adolescentes em conflito com a lei. Considerando-se as configurações familiares contemporâneas, as quais não se identificam com aquelas do contexto da teorização do Complexo de Édipo, é comum que esses adolescentes tenham origem em famílias nas quais a mãe é “a chefe da família”, responsável por prover o sustento do clã, ainda que exista um cônjuge, ou, até mesmo, casos em que o filho adolescente seja o maior provedor da família, sem estudo, sem experiência laboral, trabalhando na informalidade, e acaba se envolvendo com o comércio de drogas ilícitas, constatação de Kodato (2000, *apud* Xavier *et al.*, 2011) em sua pesquisa com adolescentes institucionalizados.

Xavier *et al.* (2011) entende que uma característica presente em famílias como a do contexto citado acima refere-se à “volatilidade da figura paterna”, pois, quando o adolescente conhece o pai biológico, logo o casal se separa, o pai não aparece mais, não presta assistência material e deixa de exercer sua função paterna, abandonando a família. A mãe logo encontra outro, por quem a criança desenvolve laços paternos, mas, em seguida, separa-se, e novamente a família retorna à modalidade monoparental. É comum que as separações sejam motivadas por consumo de álcool ou violência física perpetrada pelo companheiro.

Ainda segundo Xavier *et al.* (2011), quando o resultado acima não acontece, é porque os sintomas da mãe não a permitem separar-se do companheiro, aceitando a forma patológica estabelecida por ele, e lembra que Feffermann (1997, p. 124, *apud* Xavier *et al.*, 2011) em pesquisa com meninas da periferia de São Paulo, constatou

que “a desagregação destas famílias torna difícil a identificação com o modelo parental. Mesmo assim notamos que a figura feminina é sempre mais forte que a masculina, em função do papel da mulher na sobrevivência da família”.

Quando a pessoa em formação não encontra regras, inicialmente na relação pai/mãe, em seguida no convívio com os demais membros do grupo familiar, ela não tem contato com sua identidade, não identifica seu papel no grupo, passando a empreender essa busca ao longo da sua vida no confronto diário com o outro, tanto no seio da família como nos demais grupos sociais no qual vai se inserindo, como a escola e a comunidade.

Winnicott (2014, p. 258) ensina que:

Quando uma criança rouba fora de sua casa, está procurando sua mãe, mas o faz com um maior sentido de frustração e precisando cada vez mais ao mesmo tempo, de encontrar a autoridade paterna que possa pôr e, de fato ponha um limite ao efeito positivo de seu comportamento impulsivo e à concretização de ideias que assaltam a criança quando se encontra num estado de excitação. Na delinquência total é difícil uma observação fidedigna, pois nos deparamos com a necessidade aguda da criança de encontrar um pai rigoroso, que proteja a mãe quando ela é encontrada, O pai rigoroso que a criança evoca pode ser também carinhoso, mas, em primeiro lugar deve ser severo e forte. Só quando a figura paterna, severa e forte, está em evidência é que a criança recupera seus primitivos impulsos amorosos, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se. A menos que caia em dificuldades graves, o delinquente só poderá tornar-se cada vez mais inibido no amor e, por consequência, cada vez mais deprimido e despersonalizado, acabando, finalmente, por ser incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência. (WINNICOTT, 2014, p. 258).

O adolescente busca intensamente por desafios, limites e prazer, e nessa busca envolve-se em alguns problemas, inclusive judiciais, quando, na verdade, o que se revela nesse comportamento, é um pedido de socorro. Perceber esse apelo, por trás dos atos infracionais por ele cometidos, é uma forma de auxiliar o adolescente na sua busca por limites, por se conhecer, vê-lo como sujeito que é, dando diretrizes para sua organização mental e para o desenvolvimento de sua criatividade. (ARAÚJO, 2006).

Podemos afirmar que, ao transgredir, o adolescente chama para si o controle social, através da aplicação da medida socioeducativa, como uma forma de a autoridade aplicar-lhe o limite que necessita, como uma forma de ser visto e orientado. (ARAÚJO, 2006).

Para Araújo (2006, *apud* Silva e Araújo, 2013, p. 39), “(...) a função paterna é fundamental no processo de formação do Superego, pois possibilita à criança e ao adolescente a interiorização de uma série de regras que são essenciais para sua vida social.” Segundo o autor citado, a falta dessa estrutura responsável por introduzir o aprendizado de valores e limites na formação inicial do sujeito, dificulta o amadurecimento da criança e do adolescente, e, em consequência, estabelece no indivíduo uma dificuldade de absorver e aceitar as leis que regulamentam a sociedade.

Para Winnicott (2000, *apud* Silva e Araújo, 2013, p. 40), quando o sujeito não se identifica com a lei, estabelece-se o conflito interno, que, com caráter essencialmente destrutivo, e origem na “impossibilidade de internalização da lei”, ou seja, decorre da inexistência da atuação da função paterna na vida do sujeito, leva-o a buscar um substituto para exercer essa função, e, nessa empreitada inconsciente, poderá encontrar paradigmas com o qual se reconhecerá e que o levem ao confronto com as regras sociais, e a um recorrente conflito com a lei positivada.

Silva e Araújo (2013, p. 40) lembram que “quando a criança ou adolescente encontra no pai uma fonte de suporte e limite, ele terá maior facilidade em internalizar as leis e regras que regem a sociedade”. Winnicott (1982/1992, p. 184, *apud* Silva e Araújo, 2013, p. 40) afirma que “um pai forte capacita a criança a correr o risco, ao se pôr no caminho ou se achar lá para corrigir as coisas ou impedi-las através da sua fúria”

Refosco (2012), em sua dissertação de mestrado, cujo tema é a configuração das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei, concluiu que, apesar das alterações nas configurações familiares através do tempo, a família e as funções parentais desempenham um papel fundamental na constituição psíquica do sujeito.

Segundo a autora, a partir do relato das histórias de vida dos participantes da pesquisa, perpassados por experiências de abandono, os pais dispunham de poucos recursos psíquicos capazes de oferecer os cuidados e afeto que exigem a relação com a prole. Verificou-se que, em famílias que existem adolescentes em conflito com a lei, a relação entre pais e filhos é de “frouxidão na autoridade parental e na

assimetria necessária quanto ao reconhecimento de lugares geracionais distintos”. (REFOSCO, 2000, p.137).

Em seu trabalho, Refosco (2012, p. 137) constata “dificuldades parentais em exercer um lugar de autoridade frente aos filhos e de promoverem a apresentação e a representação clara de limites.” Nesse aspecto, a autora observou sensíveis diferenças entre os atores parentais e os filhos, sem que existisse hierarquia ou que houvesse uma divisão de papéis. “Logo, o necessário reconhecimento e exercício da autoridade simbólica, imprescindível para a construção do psiquismo de um sujeito que reconheça na lei um valor protetivo e marca de alteridade, mostrou-se frágil.” (REFOSCO, 2012, p. 137).

Segundo Araújo (2006) quando não encontra regras, inicialmente na relação pai/mãe, e, em seguida no convívio com os demais membros do grupo familiar, a pessoa em formação não tem contato com sua identidade, não identifica seu papel no grupo, passando a empreender essa busca ao longo da sua vida no confronto diário com o outro, seja no seio da família ou nos demais grupos sociais no qual vai se inserindo, como na escola e na comunidade, sendo nesses momentos em que emergem alternativas de superação da falta e do desamparo de origem familiar, representadas pelo Estado, através do judiciário, da escola e das políticas sociais, como estratégias de adequar e promover na vida desse adolescente a assimilação da lei e o reaprender a confiança no outro e na coletividade

O lugar do pai, portanto, significa a função de aplicar a interdição, de orientar a vida social da criança. Ao exercer essa função, o filho assimila a lei que corresponde aos limites, mantendo-o na realidade social que é regulada pela lei, estruturada em normas de imposição de limites, que permitem a convivência grupal.

Logo, a lei do pai, levada à efeito através da imposição de limites, tais como dizer “não” quando necessário, de forma direcionada à criança, adequadamente e sem violência, para que haja aceitação, é o que viabiliza a existência grupal.

A função paterna sendo exercida pelo Estado

A família contemporânea passou a se organizar de forma diversa da família nuclear. Na nova família, os papéis são diferentes, apesar de existir uma constante busca pela separação desses papéis. Fernandes (2005) lembra que, muitas dessas famílias não apresentam a estrutura pai/mãe, mas os respectivos papéis são preenchidos por outros membros, como avós, tios, ou outras, considerando a multiplicidade de configurações familiares hoje existentes. (FERNANDES, 2005).

Segundo Fernandes (2005), seja qual for a constituição da família, é dela a tarefa de “estruturar edipicamente” o sujeito, pois, existindo o desejo do outro, haverá a constituição do sujeito.

Segundo Emídio (2014), podemos considerar que o pai ocupa um lugar simbólico com a função primordial de dizer a lei, a autoridade, de transferir a cultura, além da função de mediador entre o desejo da mãe e da criança, ocupando o lugar de castrador na cena edípica, conferindo os elementos necessários à constituição do sujeito, fundamentada na existência do falo e sua função, que, por fim, permite ao sujeito o acesso ao simbólico e à experiência da alteridade, construindo, assim, um sujeito desejante, capaz de negociar diante da falta.

O autor acima, afirmam ainda que, a mãe não necessita exatamente do pai/genitor para criar seu filho, pois, para a constituição psíquica da criança, é necessário apenas um terceiro na relação entre ela e a mãe. O objeto de amor da mãe não pode ser apenas o bebê, instituindo-se, assim, a interdição do incesto, que é promovida por esse terceiro. (EMÍDIO, 2014).

Emídio (2014) lembra que, no processo de desenvolvimento do filho, o pai representa dois papéis, o de base da civilização enquanto organização do laço social, e o da estruturação psíquica do sujeito. Desse modo, figura como quem sustenta o pacto social, lembrando que a civilização tem origem na opressão coletiva do “nosso desejo de assassinar e ocupar o lugar do pai”. Para a autora, “o pai é a ordem simbólica que nos impõe a necessidade de uma renúncia pulsional a fim de vivermos em sociedade, pondo-nos a interdição do incesto e o estabelecimento de regras de reciprocidade” (EMÍDIO, 2014).

No cenário contemporâneo, lembra Emídio (2014), a figura do pai aparece debilitada, representando a perda de importantes referenciais que implicam na construção de um sujeito narcísico incapaz de aceitar o outro e viver sua alteridade,

novas subjetivações, responsáveis pelas compulsões, drogadição, banalização da violência, todos recursos do sujeito na tentativa de lidar com a falta e o desamparo.

Por outro lado, afirma Emídio (2014), emergem nesses casos, outras alternativas de superação da falta e desamparo, representada pela ação política, social, e pelo sentimento de fraternidade na busca de outras estratégias para lidar com o mal-estar, oportunidade que se nos apresenta de revermos “o pacto civilizatório a partir dos laços de reciprocidade e de uma retomada da confiança do sujeito no outro e nas formações coletivas.” (EMÍDIO, 2014).

Araújo (2006, p. 9), em sua tese, cuja ideia de pesquisa surgiu num grupo de pais chamado “Projeto Fênix”, expôs que, neste, percebeu que os pais se apoiavam na justiça como esperança de resgatar a autoridade perdida junto aos seus filhos em conflito com a lei. Concluiu, assim, que os juízes e promotores, ao exercerem sua função estatal, se substituem, naquele ato, na função paterna, a qual chamou de “Pai Jurídico”, junto ao menor infrator e suas famílias. Porém, constatou que esses profissionais da lei sentem necessidade de um maior suporte social e político, fundamental para assegurar uma maior eficácia na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A tese de Araújo (2006) mostra que ao investigar a função paterna, pai simbólico que o judiciário desempenha, ou “Pai Jurídico”, nome que a autora adotou em sua tese, constatou ser essa a significação dos papéis dos juízes e promotores quando o jurisdicionado é a criança ou adolescente, seja pelo apelo tácito ou explícito dos pais biológicos como última esperança em internalizar a lei na vida de seus filhos, seja pelo pedido de socorro manifestado pelo adolescente quando este pratica o ato ilícito, ou ainda, pela força da lei que atribui uma condição específica de pessoa em desenvolvimento com especial proteção do Estado.

Em seu trabalho, a autora acima citada questiona se os atores jurídicos refletem sobre o papel estruturante que exercem na vida dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, uma vez que este é o significado dos papéis atribuídos aos juízes, quando o adolescente em conflito com a lei é levado à presença da justiça, sendo que esta, ao exercer sua função, apresenta ao adolescente a Lei, que não foi eficientemente apresentada, seja na esfera privada, familiar ou na social (ARAÚJO, 2006).

Para Araújo (2006) a sociedade se sente ameaçada pela atuação do adolescente em conflito com a lei, indica-o como autor da violência social, lança-o fora, como sobra, condena-o à exclusão, negando-se a refletir sobre a violência que produz com sua ação excludente, arruinando indivíduos, anulando subjetividades, cujo discurso é autorizado pela lei e pela ordem social.

Barros (2001) lembra que, se abordar um adolescente infrator e usuário de drogas, e perguntar pelos seus pais, ele responderá que é filho do mundo, das ruas. Ele sabe que a Lei existe, porém, desconhece seu dizer. Não existiu alguém ou alguma autoridade próxima que o orientasse quanto aos limites. Carentes da construção que promove o “Não” pedagógico daquele que, com um abraço diz a lei, é inevitável que busque nas ruas, no narcotráfico, uma palavra que lhe de o norte.

Barros (2001) acrescenta que, nessa senda, o adolescente se torna filho da exclusão social, vive à margem até ser encontrado pelo juizado da infância e juventude, pela palavra do juiz ou promotor, que, sem “fala mansa”, vão tentar estabelecer a ordem no caos que é a vida desse indivíduo. Alguns acatam os ensinamentos, outros, ao virar as costas procrastinam, e outros, nunca interiorizam a lei.

Nesse universo da falta, a maior delas é a falta da família, da função paterna, de alguém que fosse o corte, a interdição, dissesse a lei para esse sujeito, de alguém próximo a mostrar um norte. Porém, nesses casos, o comum é ausência ou a desestrutura familiar.

Nunes *et al* (2013), em sua pesquisa de revisão bibliográfica, cujo tema foi o adolescente em conflito com a lei e família, conclui que os atos infracionais devem ser interpretados como forma inadequada de demonstrar que os problemas familiares, nesse momento não podem ser resolvidos por regras habituais da família, bem como que o ato infracional tem a função de denunciar os desajustes familiares.

Zape e Dias (2012), em estudo de casos, cujo tema foi a violência e fragilidades nas relações familiares, refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei, concluem que a demanda desses adolescentes passa pela questão de saúde e desenvolvimento psíquico, o que implica na necessidade de ações preventivas que envolvam crianças, adolescentes, família e comunidade, enquanto rede social

Zape e Dias (2012) a partir de alguns trabalhos consultados, na mesma linha de pesquisa, percebe que quando se identifica a falta de referências familiares enquanto esteio ao desenvolvimento desses jovens percebe-se a importância de trabalhos que promovam ambientes de proteção favoráveis ao desenvolvimento.

Contudo, o mais comum é que o adolescente, fruto de um contexto familiar desestruturado, seja alcançado pelo Estado, através do Poder Judiciário, que vai tentar introjetar a lei na vida desse sujeito, de forma a dar as diretrizes que o menor não recebeu no contexto familiar.

A função paterna exercida pela educação

A partir de meados do século XX, o mundo passou por grande transformação sociocultural. Segundo Araújo (2006, p. 24), “uma destas mudanças se deu na estruturação objetiva e subjetiva do papel materno, refletindo no papel paterno” provocando, involuntariamente, significativas modificações nas famílias, que passaram a registrar um maior número de divórcios, recasamentos e famílias com as mais diversas configurações constitutivas, fato que refletiu na educação dos filhos.

A autora acima lembra que todo esse universo de transformações tem feito parte do cotidiano da criança, do adolescente e do jovem, ser humano em especial condição de formação, crescendo em meio ao discurso contemporâneo da permissividade, apresentando um comportamento social com grande dificuldade de observação de valores e normas, repercutindo no aumento do suicídio, depressão, violência, gravidez na adolescência, entre outros, o que nos mostra como os pais estão desorientados acerca da educação dos filhos, o que acaba por influenciar negativamente no comportamento destes. (ARAÚJO, 2006).

Segundo Araújo (2006) a família contemporânea distancia-se da família tradicional, movimento que ganha força pelas novas configurações familiares, responsáveis pelo discurso que dispensa a figura paterna. É função da educação, da sociedade, dos pais, orientar as crianças para essa realidade, no sentido de favorecer a estruturação do sujeito, considerando que se trata de um ser humano em formação, em busca da sua afirmação enquanto indivíduo e sujeito de direitos.

É função da educação situar o adolescente no contexto social em que ele vive, já que tem função orientadora, e também o compromisso de demonstrar a dinâmica social no que tange as transformações na família ao longo da história, desde a família tradicional às diversas configurações que se apresentam.

Cabistani (2007, fl. 11), em sua tese de doutorado, trabalhou com a premissa de que a função paterna está diretamente ligada à educação. Segundo a autora a educação produz laços sociais, e é a trajetória nela percorrida que leva o ser humano a tornar-se sujeito de sua história, dono de seus desejos e responsabilidades perante o outro.

Para a autora, a educação “depende de uma função que situa o sujeito no campo do simbólico, no universo da linguagem e da cultura, a saber, a função paterna” (CABISTANI, 2007, p. 11). Para estudar a educação na perspectiva do laço social, a autora se socorreu na psicanálise de Freud, o qual se dedica a pensar o homem na cultura, em Lacan, e outros contemporâneos que deram um lugar de destaque à noção de laço social para pensar a subjetividade humana (CABISTANI, 2007, p. 11-12).

Cabistani (2007, fl. 12) recorda que as transformações na família e no exercício da parentalidade têm sido objeto de muitos questionamentos a partir do discurso social acerca da forma como as pessoas organizam suas próprias representações de família. A partir daí a questão importante é se esses discursos provocam mudanças ao nível do complexo de Édipo e, por consequência, se provocam mudanças na função paterna, como responsável pela estrutura edipiana.

A autora considera que é importante para a criança, quem incorpora a função paterna, ao passo que, muitas pessoas, dependendo da família, podem ocupar esse lugar, e se há efetivamente quem se responsabiliza nesse papel, pois muitas pessoas podem exercê-lo, já que tem crianças que convivem com vários maridos da mãe, com a companheira do pai, com avós que o criam, quando, por alguma contingência os pais biológicos são ausentes ou criados por tios, parentes próximos ou não. (CABISTANI, 2007, p. 12).

A autora acima lembra que, existem ainda, as crianças adotadas, as abandonadas, as retiradas de suas famílias pela perda do poder familiar, lançadas ao poder do Estado, que vivem em alguma instituição de acolhimento ou internadas em entidades de cumprimento de medidas socioeducativas. Cada uma dessas pessoas

ou instituições assume a responsabilidade e tem a função de cuidar, ensinar os limites, amar e proteger, se substituindo na função parental. (CABISTANI, 2007).

Cabistani (2007, p. 13) assevera que a estrutura subjetiva da criança depende do que a família pode transferir a ela, “de sua história, tradição e filiação.” O frequente desamparo à que são lançadas essas crianças implica na pergunta sobre o papel da educação nas suas vidas, questionamento que une educação e psicanálise.

Nesse complexo contexto e a partir das mudanças nas várias modalidades de exercer a função parental, seu papel social, segundo a autora, é um tema muito debatido pela educação em suas inúmeras nuances, quanto à presença ou ausência do pai e a eficácia de sua autoridade e inoperância (CABISTANI, 2007, p. 13).

Ocupa-se a educação com várias preocupações e intervenções possíveis e de sua abrangência. O debate da crise de autoridade permeia vários campos e pode ser pensado a partir da educação.

Observa Cabistani (2007, p. 13) que “a crise de autoridade do mundo moderno afeta profundamente a educação, que precisa repensar o conceito de autoridade no qual esteve apoiada e que não possui mais validade geral.”

Perfil da família do adolescente e do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos publicou, em 2019, uma pesquisa realizada pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), através do levantamento anual de 2017, que revela dados estatísticos referente a adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade e demonstram o perfil do adolescente em conflito com a lei no território nacional (BRASIL, 2019).

Os dados referentes ao ano de 2017 indicam que existiam 24.803 (vinte e quatro mil, oitocentos e três) adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos atendidos em estabelecimento educacional e semiliberdade (BRASIL, 2019, p. 12).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou, em 2012, pesquisa realizada para, dentre outros objetivos, traçar o perfil dos 17,5 mil jovens infratores que, à época, cumpriam medidas socioeducativas no Brasil, com base nos dados do programa Justiça ao Jovem. Na pesquisa, foram entrevistados 1.898 adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade em todas as regiões do país, revelando dados sobre o perfil dos adolescentes e jovens inclusos no sistema socioeducativo.

Apurou-se que a idade média desses adolescentes é de 16,7 anos, a maioria cometeu o primeiro ato infracional entre 15 e 17 anos (47,5%), sendo que em 9% dos casos, o primeiro ato infracional ocorreu ainda na infância, entre os sete e os onze anos de idade (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p.10).

Os atos infracionais cometidos, nos casos de reincidência, demonstraram de maior gravidade, com morte da vítima, em 11% dos internados, conforme dados a fl. 13. O percentual de adolescentes internados não alfabetizados atingiu o índice de 8% (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p.15).

No que tange as relações familiares, a pesquisa revelou que 14% dos jovens tem filhos. Dos jovens entrevistados 43% foram criados pela mãe, 4% pelo pai sem a presença da mãe, 38% foram criados por ambos e 17% pelos avós. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p.16).

A pesquisa averiguou que é comum entre os adolescentes infratores, o uso de substâncias psicoativas na medida em que 75% dos entrevistados fazem uso de drogas ilícitas. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p.19).

No Brasil quase a totalidade do adolescente em conflito com a lei apresenta baixa escolaridade, na medida que se evadem da escola muito cedo, afirma Gallo (2006, p. 12/13).

Segundo Giusti, Sañudo e Scivoletto (2002 *apud* Gallo, 2006), a evasão escolar do adolescente implica em maior probabilidade de problemas emocionais e envolvimento em comportamento de risco (como atividade sexual precoce, violência e uso de substância química).

Straus (1994, *apud* Gallo, 2006, p. 18) afirma que existem inúmeras pesquisas que sugerem que o vínculo pouco afetivo com a família, pouca disciplina ou disciplina

ineficiente aplicada pelos pais, estão diretamente associados ao comportamento delituoso. Os estudos constataram ainda que os pais dos adolescentes em conflito com a lei, são mais suscetíveis a deficiência de supervisão, disciplina incoerente e inadequada dos seus filhos, sendo que com maior probabilidade não sabem onde os filhos estão ou com quem (Straus, 1994; American Psychological Society, 1997, *apud* Gallo, 2006, p. 18).

Ficou comprovado ainda, pela mesma pesquisa realizada por Straus (1994, *apud* Gallo, 2006, p. 18) acima citada, que os pais que cometem crime ou contravenção, consomem álcool e drogas, praticam violência física e sexual aos filhos, e apresentam psicopatologia severa, comprometem suas funções parentais.

Outra pesquisa realizada por Loeber, & Stouthamer-Loeber (1998 *apud* Gallo, 2006, p. 18) demonstra que são elevados os índices de violência física, abandono, negligência e punições severas aplicadas pelos pais em adolescentes em custódia do Estado.

Outro estudo baseado em pesquisa com adolescentes e seus pais realizados por Snyder (2002, *apud* Gallo, 2006, p. 18) apontou que o tipo de relação familiar coercitiva influencia diretamente na prática de comportamentos agressivos.

Uma das conclusões apresentadas na tese de Gallo (2006, p. 193) é que “famílias monoparentais de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade podem representar um risco maior para a conduta infracional, devido ao nível de estresse maior que elas enfrentam.” Além do que, aqueles de nível educacional mais elevado viviam com o pai e a mãe, já os de “nível educacional mais baixo viviam em famílias monoparentais.”

Tomasi e Macedo (2015, p. 57), em estudo realizado sobre adolescência em conflito com a lei e a relação com a história de vida, constata o abandono real materno e paterno implicando na falha no exercício de suas funções essenciais para o desenvolvimento psíquico da criança, além das dificuldades que encontram esses adolescentes com relação a figura paterna. Segundo as autoras, “os comprometimentos envolvem lacunas no que diz respeito à identidade do pai, confusão de sentimentos frente à possibilidade de estabelecimento de vínculo com ele e falta de compreensão da situação de abandono” (TOMASI; MACEDO, 2015, p. 57).

Predebom e Giongo (2015, p. 92), com base em literaturas analisadas, apontam fatores de risco para o desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, dos quais destacamos a negligência parental, o distanciamento entre pais e filhos, pouca coesão familiar, a existência de relações hierárquicas disfuncionais, violência familiar, entre outras.

Gallo (2006, fl. 16), em sua tese de doutorado, coloca como alguns dos fatores de risco para se tornar um adolescente em conflito com a lei, segundo estudos de interações social, a baixo-autoestima, pouca habilidade social, baixa capacidade de resolução de problema, colocando que são pessoas acometidas de sentimento de inferioridade e adotam um padrão de comportamento muito diverso da pessoa que respeita a lei.

Segundo Straus (1994, *apud* Gallo, 2006, fl. 11), o desempenho em testes de Q.I. em adolescentes em conflito com a lei é menor do que adolescentes não infratores, independente da classe social e etnia, apesar de opor ressalva a essas medidas de inteligência considerando não saber quais testes foram utilizados. Contudo, ressalta que outros autores também analisaram o quesito grau de escolaridades desses adolescentes, e ficou confirmada a maior dificuldade de aprendizagem e que um grau intelectual mais alto é fator de proteção, afastando os jovens de criminalidades.

Percebemos pelos estudos científicos pesquisados que a relação familiar conflituosa, o abandono dos pais, o distanciamento dos filhos, violência, entre outros fatores, estão associados a dificuldade de aprendizado, de relacionamento social e evasão escolar, além de aproximar o adolescente das drogas e da violência urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi encontrado um número significativo de trabalhos sobre o tema, e daqueles analisados, foi possível concluir que são vários os fatores de risco que atravessam o problema do adolescente em conflito com a lei, sendo a desestruturação familiar um dos fatores presente na quase totalidade dos casos, fator esse, que implica também na defasagem escolar, e lançam a criança ou adolescente no desamparo, que os leva

a buscar um lugar no mundo, sendo facilmente encontrado pela contravenção e uso de substâncias psicoativas.

Sabemos que a fase da adolescência comporta muitos significados, comportamentos e papéis, sem dúvida representa uma fase de transição importante na vida do sujeito.

O adolescente em conflito com a lei enfrenta todo esse universo de conflitos internos e externos, na fase de constituição psíquica, e caso não tenha encontrado o suporte necessário para que nesse momento saiba discernir, certamente que, nessa fase da vida ele poderá, enquanto membro do grupo social, sucumbir aos seus conflitos com a norma que rege esse grupo.

Segundo Araújo (2006, p. 38), é na fase da adolescência que se vive o conflito da “separação psíquica e afetiva dos pais”, pois até esse momento, em condições normais, é o que o referenciou. Essa fase implica numa certa independência, mas também num certo desamparo e abandono e apesar de optar por deixar para trás o amparo familiar, o mundo exterior lhe causa atração, pois não poderá resistir. E sedento de outras referências, ele se lança em novas conquistas e experiências.

A autora acima concluiu ainda que, caso o adolescente tenha uma constituição psíquica sólida, com importantes referenciais, adquiridos na família de origem, através da função paterna, no mundo onde ele se lançar, terá sempre um norte a serviço da formação de novos e nobres valores. Quanto maior o suporte recebido da família de origem, menores os conflitos vividos no grupo familiar, menores serão os conflitos vividos nos demais grupos, como escola, trabalho e sociedade. Por essa razão, o adolescente em conflito com a lei tem todo um amparo estatal a fim de que lhe seja oportunizado um suporte psicossocial.

Logo, todos os trabalhos analisados concluíram que a falha na função parental, pai/mãe e a desestrutura familiar é um dos fatores de risco para a desorientação do adolescente nas suas relações sociais, familiares e escolares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandra Maria Baccara. **Pai, aproxima de mim esse cálice: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da**

justiça. Orientador: Maria Fátima Olivier Sudbrack. 2006. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARROS, Fernanda Otoni de. Do direito ao pai. **Belo Horizonte: Del Rey**, ed. 2, 2001.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28/10/2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento Anual SINASE 2017.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em 17/10/2021.

CABISTANI, Roséli Maria Olabarriaga. **Sentidos da função paterna na educação.** 2007. Orientadora: Prof. Dra. Nadja Hermann. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional – A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação – Programa Justiça ao Jovem.** Brasília: 2012. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2012/07/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf. Acesso em 17/10/2021.

DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise.** Tradução: Dulce Duque Estrada; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

EMÍDIO, Thassia Souza. O Pai e a Psicanálise: um estudo sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo. **Colloquium Humanarum**, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 1212-1220, 2014.

FERNANDES, Waldemar José. Psicanálise dos vínculos: como trabalho com grupos hoje. **Revista da SPAGESP**, v. 6, n. 2, p. 53-60, 2005.

GALLO, Alex Eduardo. **Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção.** 2006. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; DE SOUSA ANDRADE, Anne Graça; MORAIS, Normanda. **Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura.** Contextos Clínicos, v. 6, n. 2, p. 144-156, 2013.

PEDRO, Júlia Campos; NEVES, Ana Maria Silva. A família e o adolescente em conflito com a lei: vínculos, estratégias e recursos afetivos. **Horizonte Científico**, Vol. 9, n. 1., mai. 2015.

PREDEBON, Juliana; GIONGO, Cláudia. A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. **Pensando famílias**, v. 19, n. 1, p. 88-104, 2015.

REFOSCO, Lísia da Luz. **Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei**. Orientadora: Mônica Medeiros Kother Macedo. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Ricardo Alves da; ARAUJO, Sandra Maria Baccara. A representação da função paterna para instituições de auxílio a adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 37-52, jun. 2013

TOMASI, Laura Oliveira; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, p. 53-63, 2015.

TRENTIN, Angela Corrêa. **Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar**. 2012. 18 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais). Orientador: Alfredo Cataldo Neto. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WINNICOTT, Donald Woods (1896-1971) **A criança e o seu mundo**. Tradução: Álvaro Cabral. 6. ed. reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2014. (Trabalho original publicado em 1964).

XAVIER, Rejane Botelho Teodoro; DE LIMA FERREIRA, Cláudio Vital; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Adolescentes em conflito com a lei: função materna e a transmissão do nome do pai. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, v. 11, n. 1, p. 41-64, 2011.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Violência e fragilidades nas relações familiares**: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. Estudos de psicologia (Natal), v. 17, p. 389-395, 2012.

Capítulo 4
ESTUDO ACERCA DAS
CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA:
CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS
Beatriz Maria Martins
Glaucia V. Pinheiro. Brida

ESTUDO ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS

Beatriz Maria Martins⁵

Graduanda no curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Glaucia V. Pinheiro. Brida⁶

Psicóloga, docente no departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Resumo

O abuso sexual infantojuvenil é uma forma de violência contra crianças e adolescentes em que uma pessoa adulta, ou mais velha, a utiliza para obter satisfação sexual por meio de diferentes práticas, com ou sem contato físico, ou seja, trata-se de uma relação assimétrica e de poder e pode acontecer tanto no meio intrafamiliar, quanto no meio extrafamiliar. Esse fenômeno complexo é reconhecido pela OMS como um problema de saúde pública, devido as suas consequências, ela acomete ambos os sexos, no entanto, os relatórios do Disque Denúncia apresentam que as meninas estão entre os casos mais notificados no Brasil. A presente pesquisa objetiva compreender as consequências do abuso sexual na infância a curto e a longo prazo. Trata-se de um estudo exploratório de revisão bibliográfica. Os dados foram sistematizados e analisados a partir das contribuições de Ferenczi. Os resultados revelam que o abuso sexual infantil é um fenômeno complexo e plural, em que as repercussões nas vítimas também são singulares, seja a curto ou longo prazo. As consequências se apresentam como: sinais e sintomas psicológicos, repercussões orgânicas e na vivência da sexualidade. Refere-se a uma situação traumática marcada pelo sentimento de culpa, resultante da identificação com o agressor e clivagem egóica.

Palavras-chave: Violência Sexual. Psicanálise. Trauma. Ferenczi. Repercussões Psíquicas.

Abstract

Child and adolescent sexual abuse is a form of violence against children and adolescents in which an adult or older person uses it to obtain sexual satisfaction through different practices, with or without physical contact, that is, it is an asymmetrical and power relationship and can happen both in the intrafamily environment and in the extrafamily environment. This complex phenomenon is recognized by the WHO as a public health problem, due to its consequences, it affects

⁵ Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: beatrizmartins98@gmail.com

⁶ Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. E-mail: glauciabrida@gmail.com

both sexes, however, the Hotline reports present that girls are among the most reported cases in Brazil. This research aims to understand the consequences of child sexual abuse in the short and long term. This is an exploratory study of literature review. The data were systematized and analyzed from Ferenczi's contributions. The results reveal that child sexual abuse is a complex and plural phenomenon, in which the repercussions on victims are also unique, whether in the short or long term. The consequences are presented as: psychological signs and symptoms, organic repercussions and the experience of sexuality. It refers to a traumatic situation marked by the feeling of guilt, resulting from identification with the aggressor and egoic cleavage

Keywords: Sexual Violence. Psychoanalysis. Trauma. Ferenczi. Psychic Repercussions.

1 Introdução

De acordo com o Disque Direitos Humanos em seu relatório referente às denúncias do ano de 2017, diariamente inúmeras crianças e adolescentes sofrem algum tipo de violência, sejam elas físicas, psicológicas ou sexuais (MDH, 2018). Segundo a publicação “Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças” de autoria da jornalista Letícia Mori publicado no site de notícias BBC Brasil em São Paulo, cerca de 9 mil denúncias de violência sexual infantil foram feitas no primeiro semestre de 2017 através do disque denúncia e outros canais da rede de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Tal fenômeno acomete ambos os sexos e embora não se restrinja a um grupo social, constata-se que marcadores sociais da diferença (idade, gênero, classe social, raça e etnia etc) relacionados às desigualdades de poder em nossa sociedade estão relacionados às vulnerabilidades à este tipo de violência e sua visibilidade. Um exemplo é a suposta maior incidência da violência dentro das famílias mais empobrecidas enquanto na verdade o que ocorre é a maior notificação, esse fato só é mais comum, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) chega com mais facilidade para as pessoas com menor poder aquisitivo (SAURET et al. 2011). Por esse motivo, os casos registrados em famílias de baixa renda aparentam ser mais numerosos.

A violência sexual, para Chauí (1985), não é somente,

uma violação, ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio. (apud NEVES et al. 2010, p. 100)

Ou seja, “uma situação complexa, desencadeada por um ato sexual, não necessariamente o coito, no qual uma pessoa estranha ou familiar utiliza-se do corpo de uma outra pessoa, ou ameaça fazê-lo, sem seu consentimento consciente” (CROMBERG, 2001 apud CHAGAS et al. 2013 p. 56).

A violência sexual contra criança e adolescente podem ser classificadas em dois tipos: o abuso sexual e a exploração sexual. O abuso sexual é definido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2002) como uma situação em que uma criança ou adolescente é utilizado para satisfação sexual de um adulto, ou mesmo de um adolescente que é mais velho. O abuso sexual é comumente, mas não exclusivamente, praticado por pessoas com quem a criança ou adolescente possui um laço de confiança e que participam de seu convívio diário.

A exploração sexual, que não será objeto deste trabalho, se refere ao uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo. A especificidade deste tipo de violência e a diferença em relação ao abuso sexual, é a presença de uma rede criminosa e o objetivo de obter lucro (LIBÓRIO, 2007 apud BRIDA, 2013).

De acordo com o contexto que a criança está inserida e sua relação com o agressor, o abuso sexual pode ser classificado em, intrafamiliar e extrafamiliar. O abuso intrafamiliar é descrito por Cohen (1992) como um abuso sexual com ou sem violência, marcado por uma estimulação sexual, realizada por pessoas do ciclo de convivência dessa criança ou que possui um grau de parentesco com ela, “pelo qual lhe é negado o matrimônio.” Já o abuso extrafamiliar é cometido por algum adulto que não possui parentesco, podendo ser conhecido ou não da família ou da criança (DE ANTONI et al. 2011).

O abuso sexual infantil, seja dentro do contexto familiar ou extrafamiliar, faz com que as crianças vivenciem uma experiência traumática que atinge especialmente seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (HABZANG, et al. 2005 apud LIMA et al. 2015).

Além do mais, o abuso sexual infantil não se refere necessariamente às práticas que incluem contato sexual físico. A criança também poderá ser afetada em seu desenvolvimento se for exposta a conteúdos sexuais sem contato físico, entre estas práticas estão: o exibicionismo (exibição de órgão genitais), o voyeurismo (quando o adulto sente prazer ao ver a criança/adolescente nu e/ou se masturbando), exibição de material pornográfico etc. (BRIDA, 2013) Já as práticas que envolvem

contato físico são: carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, até o ato sexual com ou sem penetração (KRINDGES, et al. 2016).

Diante da complexidade da configuração do abuso sexual infantil, acredita-se que são diversas as consequências apresentadas pelas vítimas. Pois tais configurações podem atenuar ou intensificar o impacto da experiência.

Por outro lado, há carência de estudos longitudinais acerca das repercussões do abuso sexual na infância e:

A primeira coisa a ser dita acerca dos efeitos a longo prazo do abuso sexual é que não conhecemos praticamente nada sobre eles. A literatura contém poucas avaliações retrospectivas de pessoas que foram abusadas sexualmente na infância e um número ainda menor de relatos da observação longitudinal de crianças abusadas sexualmente acompanhadas durante os anos subsequentes à infância. Mesmo aqueles que foram acompanhados, os efeitos do abuso acabaram sendo modificados significativamente, graças ao interesse e intervenção do meio ambiente, distorcendo assim o que teria sido a “história natural” do abuso sexual. (STEELE; ALEXANDER, 1981 apud AZEVEDO; GUERRA, 2015, p. 190)

Quando a criança é exposta ao abuso sexual infantil é provocado nela consequências, que causam variações de ordem psicológica e funcional, de maneiras e intensidades diferentes no curto e longo prazo (AZEVEDO; GUERRA, 2015). Pois “conforme a menina vai ficando mais velha, algumas alterações provenientes do abuso sexual tendem a diminuir, enquanto outras surgem ou se intensificam.” (LIRA, et al. 2017) Diante da constatação de que as repercussões do abuso sexual não se restringem ao momento da violação, mas repercute ao longo de sua vida, no Manifesto dos Sobreviventes do Incesto (1989) afirma-se que “quem viola uma criança, viola seu próprio futuro” (AZEVEDO; GUERRA, 2005, p.206 apud CORRÊA, 2011), já que todas aquelas crianças que foram vítimas do abuso sexual infantil carregam consigo muita angústia e culpa, entre outros fatores prejudiciais a elas.

Embora o abuso sexual infantil, aconteça em ambos os sexos, a violência sexual contra os meninos são de fato menos notificados do que em meninas, como foi apontado na matéria intitulada “70% das vítimas são crianças e adolescentes: oito dados sobre estupro no Brasil” (BBC Brasil, 2017). Essa subnotificação relaciona-se à cultura machista em nossa sociedade. Diante da escassez de publicações científicas sobre o abuso sexual em meninos, o objetivo deste trabalho é compreender as consequências do abuso sexual infantil contra meninas e mulheres.

2 Fundamentação Teórica

Para compreender as repercussões da violência sexual infantil em meninas e mulheres, partiremos das contribuições teóricas do psicanalista húngaro Sandor Ferenczi. A partir de seus estudos clínicos, o autor constata que eram muito comuns os relatos sobre traumas e choques que tinham sido vivenciados durante a infância. Ferenczi em 1930 escreve que os traumas “são sempre transtornos reais e conflitos com o mundo exterior os que traumatizam ou têm efeito de choque, produzindo um primeiro impulso à criação de direções anormais no desenvolvimento.” (FERENCZI, 1930, apud CASADORE, 2012, p.115-116)

O autor escreve que no abuso sexual infantil a confusão de sentimentos que ocorre entre adulto e criança trata-se também de uma “confusão de desejos”. No texto “Confusão de língua entre adultos e a criança”, Ferenczi (1933) escreve que mesmo aquelas crianças que pertencem a famílias respeitáveis, “ditas de bem”, são com grande frequência, vítimas de violência e abusos.

São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças. (FERENCZI, 1933, p. 101)

As seduções incestuosas acontecem normalmente com um adulto e uma criança que se amam, e essa criança possui sonhos em relação a esse adulto, como, por exemplo, o de desempenhar um papel maternal. Essa situação pode ter uma forma erótica, mas continua, no entanto, sempre no padrão de ternura para ela (FERENCZI, 1933).

Não é o que acontece com os adultos ainda mais se tiverem problemas psicopatológicos, eles enxergam as brincadeiras das crianças como se fossem brincadeiras de pessoas adultas que são desenvolvidas sexualmente, entendendo aquela sedução como se fossem pertencentes a o que ele denomina como “linguagem da paixão” deixam-se levar então para as práticas sexuais sem pensar nas repercussões que serão causadas naquela criança.

Nesse encontro, entre a demanda de ternura da criança e de paixão do adulto, ocorre o que Ferenczi denomina punição passional (1933):

Os delitos que a criança comete, de brincadeira, só passam a ter um caráter de realidade pelas punições passionais que recebem de adultos furiosos, rugindo de cólera, o que acarreta numa criança, não culpada até então, todas as consequências da depressão (p.104).

Essa dimensão delituosa observada na punição passional não irá reconhecer o desejo do adulto mas sim o desejo da criança, possibilitando que haja nesse momento uma responsabilização da criança pelo abuso sexual, gerando nela culpa pelo abuso que ela foi exposta e em seguida a depressão.

De acordo com as ideias postuladas por Ferenczi (1933), Casadore (2012) escreve que algo que não é fácil de identificar são as formas de comportamento e quais sentimentos passam pelas crianças depois da execução de tais atos. Geralmente seu primeiro movimento contra o ato abusivo seria sentir ódio, repulsa, mas como as crianças são inibidas em relação a isso elas somente sentem medo, acreditando que estão mentalmente e fisicamente indefesas diante dessa situação.

Elas não possuem uma personalidade formada para que consigam questionar de fato o que estão vivenciando, Ferenczi escreve sobre a impossibilidade da criança questionar de forma contrária à autoridade dos adultos que as calam, fazendo com esqueçam o ocorrido: “[...] mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor” (FERENCZI, 1933, p. 102).

Acontece uma introjeção do agressor, e os mecanismos psíquicos da criança fazem com que o agressor desapareça como realidade exterior, a agressão é percebida como ternura. Se tornando intrapsíquico, ficando numa condição de proximidade com o sonho e com isso de acordo com o princípio de prazer, pode ser modificada de forma que seja como uma alucinação, sendo esta positiva ou negativa, fazendo com que a agressão deixe de existir, e a criança consiga manter a ternura sentida anteriormente, abordando de fato a confusão que ocorre com ela. Com isso:

A identificação com o agressor parece instalar duas figuras no psiquismo, representantes da cena da agressão: a criança abusada e maltratada, que representa o ego fragilizado, e o agressor, atuando de forma semelhante ao superego sádico. Os resultados que advêm da interação entre essas duas figuras psíquicas podem originar diferentes arranjos. (MENDES; FRANÇA, 2012. p. 127)

Enquanto o adulto acredita que a criança irá esquecer-se da agressão ocorrida, deslegitima a vivência da criança.

Tem-se então “a ideia de que a confusão de línguas parece colocar em jogo o problema da multiplicidade de línguas. Muitas vezes os adultos e as crianças não falam a mesma língua, eles são estrangeiros entre si.” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 331)

Prosseguindo com os conceitos de Ferenczi (1933) os autores continua postulando que o trauma é constatado no estado de choque, pois criança que sofreu o abuso se torna uma criança que obedece a tudo ou que se concentra em apenas uma atitude teimosa, sem que possa explicar o porquê de estar agindo desta maneira. “Diante do grande desprazer gerado, uma possibilidade de escape é oferecida pela autodestruição: uma “desorientação psíquica”, gerada pela destruição do que mantém a coesão das formações psíquicas em uma entidade.” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 332).

Depois do choque vivenciado pela criança ela se encontra num estado confuso e não pode dizer sobre o que aconteceu, em vista disso, ela vai buscar alguém de confiança para compartilhar o que ocorreu, ou alguém que testemunhe o que está acontecendo com ela, e é aí então que se dá o segundo momento do trauma, o desmentido. Este é o momento em que o adulto que ela recorreu não reage visando ajudar essa criança, ao invés disso o adulto pune a criança ou reage de forma a manter o silêncio, sem de fato prestar ajuda a ela. Esse episódio, do desmentido irá colaborar para que o trauma se torne patológico, pois:

O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos. (FERENCZI 1931 apud OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 332)

Os autores afirmam, ainda a partir das considerações do Ferenczi que na fase em que a criança se encontra não pode dispensar a ternura, principalmente a materna, elas não poderiam suportar a solidão caso não tivessem essa ternura necessária, Ferenczi (1933) observou com isso que esses choques podem ser superados se houver compreensão e ternura dada a criança. Quando a reação do adulto não foi o desmentido e sim o acolhimento, o trauma patológico não vai acontecer.

Após isso Ferenczi (1933) escreve que a demanda de amor que é direcionada aos pais, inclusive as demandas edípicas, quando elas estão nesse momento e o

amor que lhes é dado é um amor diferente do que elas desejam/precisam, esse fato pode acarretar a elas problemas patogênicos, da mesma forma se não fosse dado o amor que lhes são necessários, tendo como resultados um ser inocente sentindo muita culpa.

Diante do trauma o psiquismo infantil abandona o mecanismo da clivagem da personalidade. Essa personalidade retrocede ao momento pré-traumático como aponta Ferenczi (1933) em busca de tornar o choque irreal. Ele também postula que “essa clivagem é a divisão da subjetividade numa parte sensível que foi destruída e outra parte que “sabe tudo mas nada sente” (FERENCZI, 1931 apud OSMO; KUPERMANN, 2012. p. 333).

Ferenczi (1933) defende que se essa criança recuperar a memória da violência sexual “ficará sentindo, no entanto, uma enorme confusão; a bem dizer, já está dividida, ao mesmo tempo inocente e culpada, e sua crença no testemunho de seus próprios sentidos está desfeita.” (FERENCZI, 1933 apud MENDES; FRANÇA, 2012. p. 126)

A criança que sofreu uma agressão sexual pode de repente manifestar todas as emoções que um adulto maduro possui “No plano não só emocional, mas também intelectual, o choque pode permitir a uma parte da pessoa amadurecer de repente.” (Ferenczi, 1933. p. 104). As autoras utilizam a ideia de Kupermann para completar as palavras de Ferenczi (1933) de que essa prematuração é:

Responsável pela destruição da sensibilidade e pela incorporação de um saber alheio à produção de sentido por parte do sujeito, o que se pode reconhecer na pobreza erótica e no enfraquecimento da potência de fantasias e de imaginar presente em muitos dos que recorrem hoje à clínica, para os quais o peso do real é esmagador. (KUPERMANN, 2008, apud MENDES; FRANÇA, 2012. p. 128)

Ferenczi (1933) explicita que, além do amor apaixonado e das punições passionais, aborda o terceiro meio que se refere ao “terrorismo no sofrimento”, que é o momento em que a criança é obrigada a resolver os problemas em sua família e carrega em seus ombros o peso de todos outros integrantes da família. Uma mãe que reclama muito de seu sofrimento acaba fazendo com que seu filho seja transformado em um ajudante que cuide dela, tornando-o um substituto materno, desconsiderando os interesses que essa criança possui.

Essas teorizações realizadas por Ferenczi (1933) permitem abordar o que existe de afetuoso no erotismo infantil e a paixão que há no erotismo adulto.

Essas contradições fazem-nos pressentir, entre outras coisas, que o sentimento de culpabilidade, no erotismo adulto, transforma o objeto de amor em objeto de ódio e de afeição, ou seja, um objeto ambivalente. Na medida em que essa dualidade inexistia na criança no estágio de ternura, é justamente esse ódio que surpreende, assusta e traumatiza a criança amada por um adulto. Esse ódio transforma um ser que brinca espontaneamente, e com toda inocência, num autômato, culpado do amor, e que, imitando ansiosamente o adulto, esquece-se por assim dizer de si mesmo (FERENCZI, 1933. P 106).

Com isso, verificamos que os conceitos desmentido, a clivagem e identificação com o agressor, entre outros que são trabalhados por Ferenczi (1933) no texto “confusão de línguas” contribuem para uma melhor compreensão sobre o que ocorre no psiquismo da criança vítima de violência sexual, de como é dada a confusão que acontece quando ela está em busca de ternura e recebe um “amor” (paixão) diferente do que elas esperam causando muitas consequências para sua vida, tanto de imediato, quanto na vida adulta.

3 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória de revisão bibliográfica. Segundo a definição de Gil (2002),

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

Nesta pesquisa bibliográfica foi realizado um levantamento de artigos publicados entre os anos 1998 e 2018, por meio da base de dados Scielo e Pepsic a partir das palavras chaves: sintomas, repercussões, consequências, abuso sexual, infância, intrafamiliar, criança, extrafamiliar, meninas, violência sexual. Foram encontrados sete artigos científicos que abordavam as consequências da violência sexual na infância contra meninas e mulheres.

Após o levantamento dos materiais que descreviam as consequências (físicas, psicológicas, morais e sociais) à curto e longo prazo foram realizadas leituras e fichamentos dos artigos. Os dados foram sistematizados em categorias e analisados, a partir dos mecanismos psíquicos postulados no texto “Confusão de língua entre adultos e a criança” de Sandor Ferenczi (1933).

4 Análise de Dados

Os sete artigos selecionados para análise demonstram que os abusos sexuais cometidos contra crianças independentemente de suas características vão deixar alguma consequência negativa para a vítima, em diferentes intensidades e diversos aspectos da vida (físicos, psicológicos, sociais etc) ao longo do ciclo vital.

Esses autores em seus trabalhos encontrados (Lira et. al (2017), Florentino (2015), Amazarray e Koller (1998), Borges e Dell’Agli. (2008), Sant’Anna e Baima (2008), Platt et al. (2018) e Krindges et al. (2016), deixam sempre explícito que existe uma pluralidade em relação a essas consequências, mas que não é possível prever exatamente quais serão estas, pois trata-se de uma situação complexa, pois a gravidade e a extensão dessas repercussões irá depender da individualidade de vivência de cada vítima (FLORENTINO. 2015). Com isso não é possível antecipar quais consequências ocorreram e em que momento elas vão aparecer. No entanto, raramente uma criança vítima de abuso sexual não desenvolverá sintomas (AMAZARRAY; KOLLER. 1998).

Diante da complexidade do fenômeno, os dados levantados nas publicações sobre o tema abuso sexual infantil foram sistematizados em quatro categorias: a primeira categoria intitulada *Configuração do Abuso*, versa sobre os fatores presentes no abuso sexual na infância e seu enfrentamento, e sua relação com o grau de severidade das consequências; a segunda categoria intitulada *Sinais e Sintomas Psicológicos*, aborda desde sinais e sintomas indicadores de sofrimento psíquico até quadros psicopatológicos; a terceira categoria intitulada *Sexualidade* engloba as consequências relacionadas à vivência da sexualidade pela mulher; A quarta categoria, intitulada *Repercussões orgânicas*, inclui: gravidez, as infecções sexualmente transmissíveis (IST’S), lesões genitais e anais, hematomas, contusões e fraturas.

4.1 Configuração do Abuso

As consequências do abuso sexual infantil irá depender do arranjo dos fatores que influenciaram nos danos provocados por essa experiência. Os autores Platt et al. (2018), Amazarray e Koller (1998), Florentino (2015), Krindges et al. (2016), Borges e

Dell'Agli. (2008), Sant'Anna e Baima (2008) apontam os seguintes aspectos que irão determinar o nível do impacto para a criança que foi violada, como: idade da vítima, grau de parentesco com o agressor, as topografias do ato sexual, grau de violência empregada, diferença de idade entre a vítima e o agressor, o suporte dado às vítimas antes e depois da revelação, a duração do abuso e a frequência dos episódios de abuso sexual. Com isso, a gravidade das consequências irá variar de acordo com a configuração do abuso sexual.

Quanto à idade da criança, ainda não se sabe em qual idade a vivência do abuso sexual trará mais prejuízos para as vítimas. Quando o abuso sexual acontece entre a faixa etária de 5 à 10 anos, corresponde à um importante período em que a personalidade está se consolidando e sua inserção no meio social extrafamiliar, proporcionando o aumento de distúrbios psíquicos com efeitos maléficos inclusive na vida adulta (SANT'ANNA; BAIMA, 2008). Quando o abuso sexual ocorre na fase em que a criança ainda é imatura, existe a possibilidade de que essa violência ocorra por mais tempo, considerando que essas crianças menores encontram mais dificuldade em entender a situação abusiva que elas foram inseridas pelo adulto devido a "imaturidade emocional da criança e à presença de atos menos severos e intrusivos" (PFEIFFER; SALVAGNI, 2006 apud BORGES; DELL'AGLI, 2008 p. 533).

Amazarray e Koller (1998) concordam com os estudos mencionados, e afirmam que em crianças e adolescentes essa vivência assustadora tem efeitos mais severos do que em adultos, já que não possuem as funções afetivas e cognitivas do sistema nervoso central completamente amadurecidas.

Quanto à diferença de idade entre quem cometeu o abuso e a pessoa em situação de violência, os autores concordam que é um fator que corrobora muito com o grau dessas consequências pois quanto maior for essa diferença mais graves serão também as consequências para a vítima. Além da diferença de geração, Araújo apud Platt et al. (2018) apontam as desigualdades de gênero, destacando que:

A dominação masculina e a submissão feminina, cristalizadas, naturalizam a produção e repetição de comportamentos abusivos por parte do homem detentor do poder de pai, provedor material e chefe da família. Ao se colocarem na condição de inferioridade, as próprias mulheres delegam poderes a seus maridos, companheiros e pais. E é nesse lugar que eles reproduzem comportamentos abusivos. (p.1026)

A frequência do abuso sexual, a duração e grau de parentesco com o agressor também são fatores mencionados pelos estudos ao abordar as consequências.

Quanto maior a frequência, a duração do abuso e o grau de parentesco, maior a severidade das consequências para as vítimas.

Outro fator que também poderá acentuar as consequências é o modo de como a família vai lidar com a descoberta, como acolherá essa criança, como lidará com o agressor, ou se a dinâmica familiar será marcada pelo “pacto do silêncio”. Diante do pacto de silêncio, apesar da família ter conhecimento sobre o abuso, não consegue interromper o ato incestuoso (MAIO et. al. 2009 apud BRIDA, 2013). Diante da revelação da criança, este não reconhecimento da família acerca da violência vivenciada pela criança, constitui o que Ferenczi (1933) denomina “desmentido”. O desmentido familiar, desconsidera o sofrimento e a violência vivido pela criança e impede o acesso a rede de proteção, aumentando a duração e frequência da violação. E esse

Comportamento do adulto em relação a criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do Trauma. Eles dão, em geral, e num elevado grau, prova de incompreensão aparente. A criança é punida, o que, entre outras coisas, age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa. A expressão húngara que serve para as crianças, “katonadolog” (a sorte do soldado) exige da criança um grau de heroísmo de que ela ainda não é capaz. Ou então os adultos reagem com um silêncio de morte que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja. (FERENCZI, 1993, p. 111)

Deste modo Borges e Dell’Agli (2008) utilizam-se dos escritos de De Antoni & Koller, 2000; Masten & Garmezy, 1985; Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004, apresentando que a proteção individual, familiar ou social irá aumentar ou diminuir os impactos causados pelo abuso sexual infantil. Direcionando-os em bom ou ruim seu ajustamento psicológico (BORGES; DELL’AGLI, 2008).

Constata-se que na configuração do abuso sexual na infância e suas repercussões devem ser considerados: os marcadores identitários de gênero e geração enquanto fatores de desigualdade de poder; o modo como a família lida com a violação no sentido da proteção ou da manutenção da violação; e a vivência do abuso em relação ao tempo, duração, grau de parentesco com agressor e a concomitância de outras formas de violência. Na próxima seção abordaremos as consequências encontradas.

4.2 Sinais e Sintomas

Alguns sintomas em comum citados pelos autores nos textos selecionados foram: tentativa de suicídio, transtorno de comportamento, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), medo, depressão, ansiedade, pesadelo, comportamento sexual inadequado, baixa auto-estima e sentimento de culpa.

Entre os quadros mencionados pelos autores nos artigos científicos selecionados estão, transtornos mentais e de comportamento, como aponta Platt et. al. (2018) concordando com Amazzaray e Koller (1998) que menciona o comportamento suicida e o abuso de substâncias. Florentino (2015) irá abordar transtornos psiquiátricos e cita: dissociação afetiva, pensamentos invasivos, fobias mais agudas, quadros obsessivo-compulsivo, sintomas psicóticos. A depressão e o transtorno de estresse pós-traumático são os mais mencionados nos estudos.

O Transtorno de humor (depressão) é uma das consequências mais frequentes em crianças que foram alvo da violência sexual. Amazzaray e Koller (1998) afirmam que as mulheres que sofreram abuso sexual quando crianças manifestam comportamentos de depressão. Que está intimamente ligado com a punição passional “(...) o que acarreta numa criança, não culpada até então, todas as consequências da depressão” (FERENCZI, 1933, p.104). Citadas anteriormente. Por outro lado, nenhum dos estudos apresentam uma compreensão clínica do abuso sexual na etiologia e dinâmica da depressão em mulheres adultas abusadas sexualmente na infância.

Quanto ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático, os autores Florentino (1998) e Amazzaray e Koller (2015) concordam com as ideias expostas por Gabbard (1992) que o transtorno de estresse pós-traumático está inerente às práticas incomuns da existência humana, que provocam um impacto severo na criança em situação de violência. Deixando consequências que irão afetar sua saúde física e mental. Florentino (2015) ainda sistematiza os efeitos causados pela desorganização do transtorno de estresse pós-traumático em:

reexperimentação de memórias intrusivas e persistentes ligadas ao trauma; exposições compulsivas a situações que lembram o trauma; impedimento incessante à exposição de situações específicas, usualmente ligadas à emoção do trauma experimentado e um entorpecimento às reações emocionais (FLORENTINO, 2015, p. 141)

E conclui que todas as vítimas após sofrerem o abuso sexual passam pelo estresse pós-traumático. Ackerman, Newton, McPherson, Jones, & Dykman, 1998;

Nurcombe, 2000; Paolucci et al., 2001 apud Borges e Dell’Agli (2008) indicam que o transtorno de estresse pós traumático tem sido tratado como o quadro mental mais encontrado nas vítimas de abuso sexual infantil variando em até 70% dos casos. Esse diagnóstico é feito após a pessoa ter presenciado um ou mais eventos traumáticos, será descrito por ele em três categorias, assim como apresentado por Florentino (2015).

Além da presença de quadros psicopatológicos, em especial na vida adulta, a curto prazo há sinais e sintomas que apresentam grande relevância na identificação de sofrimento decorrente de abuso sexual, são: indicadores de sofrimento e alterações no comportamento. Entre esses sinais e sintomas estão: pesadelos e transtorno do sono, sérias dificuldades na aprendizagem e de concentração, irritabilidade, hipervigilância e o medo do abusador ou de pessoas do mesmo sexo do abusador e choro frequente (AMAZARRAY; KOLLER, 1998, FLORENTINO; 2015, BORGES; DELL’AGLI, 2008) .

4.3 Repercussões na Sexualidade

A partir do momento em que as crianças sofrem o abuso sexual elas podem desenvolver alguns conhecimentos relacionados ao sexo impróprio para sua idade, desenvolvendo sua sexualidade de forma precoce e exagerada.

De acordo com Amazarray e Koller (1998) uma das consequências que estão presentes nas vítimas de abuso sexual infantil são os comportamentos sexuais inapropriados, incluindo sexualização com brinquedos, em geral bonecas, a introdução de objetos ou dedos no ânus ou na vagina, conhecimento sexual impróprio para sua idade também pode acontecer de a criança pedir estimulação sexual para algum adulto ou para outra criança. Tem possibilidade de possuir uma alta atividade sexual quando criança, adolescente e adulto. Dificuldade em se satisfazer sexualmente, ansiedade sexual, impotência, evitação sexual, etc (WRIGHT; SCALORA, 1996 apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Florentino (2015) explica que pessoas que sofreram violências sejam elas sexuais tendem a evitar o sexo ou contato físico, possuindo disfunções sexuais como a falta de desejos sexuais incluindo: “frigidez, falha de resposta genital, disfunção orgástica, vaginismo não orgânico (espasmos do músculo que envolve a vagina e causa obstrução da abertura vaginal),

dor durante a relação sexual e a ninfomania (impulso sexual excessivo).” (FLORENTINO, 2015, p. 143)

Lira et. al (2017) e Amazarray e Koller (1998) afirmam que a vivência de uma experiência abusiva pode contribuir para uma confusão em sua identidade sexual e Transtorno da Identidade de Gênero (TIG), caracterizado por:

intensa identificação com o gênero oposto ao nascimento, desconforto e inadequação no papel social com o seu sexo. Nesse contexto, alguns estudiosos ao identificarem TIG e depressão em uma mulher com problemas de identidade de gênero constataram a associação entre esses transtornos e a sua história de exposição prolongada ao abuso incestuoso. (LIRA, et. al, 2017. p. 6)

Segundo Krindges et. al de acordo com os outros autores o abuso sexual é um fator que pode influenciar no funcionamento sexual, que é a capacidade do sujeito conseguir responder sexualmente ou experienciar uma satisfação sexual (APA, 2014 apud KRINDGES, et. al. 2016), “como desejo e excitação sexual, nível de dor durante a atividade sexual, lubrificação e experiência de orgasmo” (Stephenson et al., 2012 apud KRINDGES et. al. 2016 p. 63).

O estudo de Niehaus *et al.* (2010) é citado por Krindges et al. (2016) e, em contraponto, demonstra que as mulheres que vivenciaram uma experiência abusiva quando crianças tendem a ter um aumento no interesse sexual quando são comparadas com as mulheres que não foram vítimas, tendo menos vergonha nos relacionamentos sexuais. Krindges et al (2016) utiliza o modelo de trauma de Finkelhor e Browne (1985) que pressupõem que a criança vítima de abuso sexual pode relacionar a atividade sexual a memórias e emoções negativas, em suas relações futuras.

“Inferiu-se a desassociação entre sexo e prazer em função do pareamento entre estimulação sexual e intenso medo e ansiedade.” (RELLINI; MENSTON, 2011 apud KRINDGES et al. 2016. p. 64)

Assim temos que,

A dissociação está relacionada a outras formas de abuso e pode comprometer a sexualidade saudável de mulheres sobreviventes, por interferir na capacidade de consentimento e de negociação de preferências, como o uso de preservativo durante o ato sexual (Sutherland *et al.*, 2014), o que pode levar as vítimas a propensão de comportamento sexual de risco (Reid e Sullivan, 2009) (KRINDGES et al. 2016 p. 65).

O resultado dos estudos realizado por Fergusson et al. (2013) (apud KRINDGES et al. 2016) demonstraram que quanto maior for a gravidade desses abusos sexuais sofridos na infância maiores serão as chances de um comportamento sexual de risco na vida adulta.

4.4 Repercussões Orgânicas

Nesta categoria serão apresentadas as repercussões físicas do abuso sexual. Os estudos mencionam: gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis (DST'S)⁷ que “devido os comportamentos promíscuos e de risco maior exposição às doenças sexualmente transmissíveis” (RIVERA-RIVERA; ALLEN; CHÁVEZ-AYALA, ÁVILA-BURGOS, 2006 apud SANT'ANNA; BAIMA, 2008, p. 730), as lesões genitais e anais, hematomas, contusões e fraturas.

A vítima comumente sofre ferimentos genitais não somente pela penetração, mas também pela inserção de dedos e de objetos que são colocados no interior da vagina das vítimas, fazendo com que elas sofram sangramento genital, etc. As lesões anais estão relacionadas com a perda de controle dos esfínteres, laceração na mucosa anal e sangramentos (FLORENTINO, 2015).

Diversas queixas somáticas que são frequentemente mencionadas após o ato do abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluem:

mal-estar difuso; impressão de alterações físicas; persistência das sensações que lhe foram impingidas; enurese e encoprese; dores abdominais agudas; crises de falta de ar e desmaios; problemas relacionados à alimentação como náuseas, vômitos, anorexia ou bulimia; interrupção da menstruação mesmo quando não houve penetração vaginal (GABEL, 1997 apud FLORENTINO, 2015, p. 141).

Existem alguns estudos escritos por Florentino (2015) e Krindges et al. (2016) que apontam que as crianças vítimas do abuso sexual apresentam danos temporários ou definitivos na estrutura do cérebro. Para identificação desses danos foram realizados eletroencefalogramas com alguns voluntários “saudáveis” e outros que possuíam histórico de abuso sexual. As crianças voluntárias que já tinham sofrido violência sexual apresentaram o córtex direito mais desenvolvido e aquelas que eram consideradas “saudáveis” tinham o lado esquerdo do córtex com mais desenvolvimento. (TEICHER, 2002 apud ROMARO; CAPITÃO, 2007 apud

⁷ Manteve-se a nomenclatura utilizada pelos autores, no entanto o termo doenças sexualmente transmissíveis (DST's) está em desuso, substituída por infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

FLORENTINO, 2015). Concluindo que “A hipótese resultante foi a de que as crianças maltratadas teriam armazenado suas memórias perturbadoras no hemisfério direito e a ativação de tais memórias poderia ativá-lo preferencialmente” (TEICHER, 2002 apud ROMARO; CAPITÃO, 2007 apud FLORENTINO, 2015 p. 141).

Essas variações no volume cerebral e no desenvolvimento das estruturas de emoções e memórias no hipocampo e no sistema límbico demonstraram “comprometimento dos processos pelos quais diferentes estruturas cerebrais se relacionam e funcionam em situações de condicionamento e aprendizagem.” (PEREDA; GALLARDO-PUJOL, 2010 apud KRINDGES, et. al. 2016 p. 64)

A gravidez resultante de um abuso sexual é uma consequência apenas mencionada pelos autores quanto a especificidade da vivência da gravidez decorrente de abuso sexual incestuoso, no livro “cena incestuosa” a autora Cromberg (2012) identifica na menina: intenso sentimento de culpa, confusão de papéis, um conflito ambivalente em relação ao seu filho (quando tenta amá-lo, tem uma recusa pois acredita que se amá-lo entenderam que ela aprovou o abuso que aconteceu com ela, tendo em vista que o próprio amor pelo filho implica no desejo dela pelo pai). Os apontamentos de Cromberg (2012, concordam com Ferenczi (1992) ao escrever que a criança que consegue se recuperar dessa agressão sente-se confusa, como se tivesse dividida em inocente e culpada.

Levar-nos-ia muito longe falar aqui de todas as neuroses e das consequências caracterológicas que podem resultar do enxerto prematuro de formas de amor passional e recheado de sentimentos de culpa num ser ainda imaturo e inocente. A consequência só pode ser essa confusão de línguas a que fiz alusão no título desta conferência. (FERENCZI, 1933, p. 103)

Essas repercussões orgânicas constituem evidências empíricas violência sexual, pois são mais visíveis e com isso mais difíceis de serem desmentidas. Ao evidenciar a violação, funcionam como uma marca que produz efeito e serve como pano de fundo na ampliação do sofrimento psíquico e social por conta da marca/visibilidade contidas nas vítimas do abuso sexual.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório de revisão bibliográfica que não teve a intenção de esgotar possibilidades de consequências do abuso sexual

na infância. Embora a princípio houvesse a intenção de diferenciar as consequências a curto e longo, constatou-se a escassez de estudos longitudinais e poucos estudos que mencionam diferenciações neste sentido. Também não foi possível especificar as diferenças das consequências entre o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar. Por outro lado, os estudos mencionam o aumento da gravidade no abuso intrafamiliar, devido a sua configuração.

Tendo em vista a escassez de especificidade das consequências do abuso sexual, os resultados demonstraram que o abuso sexual infantil é um fenômeno complexo que pode ocorrer de várias maneiras e configurações. Diante desta pluralidade, as repercussões nas vítimas também serão diversas e particulares seja a curto ou longo prazo.

O ponto em comum entre os autores é a constatação de que abuso sexual na infância sempre deixa alguma consequência negativa, mas a vivência traumática depende tanto dos elementos presentes na vivência do abuso (idade, frequência e duração, outras formas de violência, vínculo com o agressor), quanto na vivência após a revelação do abuso (reconhecimento da violação pela família, pacto de silêncio etc.).

Essa vivência traumática é marcada pelo sentimento de culpa, resultante da identificação com o agressor e clivagem egóica. Dessa forma, o enfrentamento a violência sexual na infância exige a qualificação de profissionais que atuam no atendimento e nas políticas públicas.

Diante da diversidade de consequências, é necessária a atuação interdisciplinar, escuta qualificada e, mesmo nos indicadores de menos gravidade, ter manejo em relação ao trauma para não revitimizar a criança/adolescente, evitar julgamentos morais, em especial quanto aos sintomas relacionados à sexualidade. O atendimento deve incluir a família, tendo em vista que esta pode ser fator de proteção ou revitimização.

Referências

ABRAPIA, **Abuso sexual, contra crianças e adolescentes**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002.

AMAZARRAY, M. R; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, vol. 11, n.3, p. 559-578, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=pt> Acesso em: 21 mar. 2019.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BORGES, Jeane Lessinger; DELLAGLIO, Débora Dalbosco. Abuso sexual infantil: indicadores de risco e conseqüências no desenvolvimento de crianças. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 528-536, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL, Bbc. **70% das vítimas são crianças e adolescentes: oito dados sobre criança e adolescente no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36401054?SThisFB&fbclid=IwAR3WGQ5W5KavBvkgmRXxuhLGr8LUrj06RSgkrcw8QSPSecNJD9WJux-O2GI>> Acesso em: 16 nov. 2018.

BRIDA, Glaucia Valéria Pinheiro de. **Da paixão à perversão: um estudo psicanalítico acerca das repercussões do abuso sexual incestuoso na constituição psíquica feminina**. Tese de doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

CASADORE, Marcos Mariani, Sándor Ferenczi e a psicanálise: pela errância das experimentações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CHAGAS, Luciana Ferreira et al. A violência sexual e a repetição: a importância da função do segredo para a clínica psicanalítica e o tratamento na instituição de saúde. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 54-72, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2019.

COHEN, C. **O incesto, um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

CORRÊA, I. E. MAIO, E. R. Gênero, Direito e Diversidade Sexual: Trajetória Escolares. In: II **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES**, 2011. Maringá.

CROMBERG, Renata Audler. **Cena incestuosa: Clínica Psicanalítica**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

DE ANTONI, Clarissa et al. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 97-106, março de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de agosto de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100010>.

FERENCZI, S. **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. In: S. Ferenczi (1992), Obras Completas. v. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia** São João, v.27, n.2, p.139-144, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>> Acesso em: 9 out. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348, set. dez. 2005.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 60-71, jun. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 28 mar. 2019.

LIMA, J. A; ALBERTO, M. F. P; O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. **Psicologia: Ciência e Profissão** Brasília, v.35, n.4, p. 1157-1170, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lang=pt#B13> Acesso em: 5 de nov. 2018.

LIRA, M. O. S. C; RODRIGUES, V. P; RODRIGUES, A. D; COUTO, T. M; GOMES, N. P; DINIZ, N. M. F. Abuso sexual na infância e suas repercussões. **Texto & Contexto - Enfermagem** Florianópolis, vol.26, no.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lang=pt> Acesso em: 9 de out. 2018.

MENDES, Anna Paula Njaime; FRANCA, Cassandra Pereira. Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 121-130, Mar. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100014>.

Ministério dos Direitos Humanos. Balanço anual. Ouvidoria: disque 100-2017. MDH, 2018.

MORI, L.; Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças, BBC Brasil, São Paulo, 21 de fev. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109>> Acesso em: 5 ago 2019.

NEVES, A. S. et al. Abuso sexual contra criança e o adolescente: Reflexões Interdisciplinares. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009>. Acesso em: 13 jun. 2019.

OSMO, Alan; KUPERMANN, Daniel. Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. **Psicol. estud.** Maringá, v. 17, n. 2, p. 329-339, junho de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-7372201200020001616&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de agosto de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000200016>.

PLATT, V. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciênc. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 4, p. 1019-1031, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000401019&lang=pt> Acesso em: 21 mar. 2019.

SANT'ANNA, Paulo Afrânio; BAIMA, Ana Paula da Silva. Indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 28, n. 4p. 728-741, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a06>> Acesso em: 28 mar. 2019.

SAURET, G. V. CARNEIRO, R. M. VALONGUEIRO, S. VASCONCELOS, M. G. L.; Representações de profissionais da saúde sobre famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, v.11, n.3. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292011000300007> Acesso em: 10 ago 2019.

Capítulo 5
O CUIDADO SEGUNDO FAMILIARES
DE PESSOAS COM PARKINSON

Ana Carolina Alves Borges
Renata Fabiana Pegoraro

O CUIDADO SEGUNDO FAMILIARES DE PESSOAS COM PARKINSON

Ana Carolina Alves Borges

Psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia, e mail:

anacarolalvesborges@gmail.com

Renata Fabiana Pegoraro

Doutorado em Psicologia pela USP, Professora da Universidade Federal de

Uberlândia, e mail: rfpegoraro@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender o processo de cuidar de um familiar com doença de Parkinson. O aumento do número de pessoas idosas, decorrente de maior expectativa de vida, tem sido acompanhado pelo aumento das doenças relacionadas à diminuição da capacidade funcional, como o Parkinson. Trata-se de pesquisa qualitativa aplicada à saúde, da qual participaram seis familiares (49 a 80 anos) cuidadores de idosos com Parkinson há pelo menos seis meses, que cederam entrevistas a partir da modalidade de história de vida temática. Após análise temática foram identificadas como se tornaram cuidadores, a centralidade do cuidado em um único familiar, dificuldades do cuidado no cotidiano, fragilidade na rede de suporte ao cuidador e importância do suporte espiritual. Os entrevistados assumem o cuidado de modo integral, centralizando as ações necessárias para o bem estar de seu familiar, pouco percebem a sobrecarga, naturalizando sua dedicação e não percebendo seu isolamento. A pesquisa aponta para a necessidade de fortalecimento de ações de saúde voltadas para o apoio a esses familiares.

Palavras-chave: Familiares. Cuidado. Parkinson. Sobrecarga.

Abstract: This study aimed to understand the process of caring for a family member with Parkinson's disease. The increase in the number of elderly people, due to longer life expectancy, has been accompanied by an increase in diseases related to decreased functional capacity, such as Parkinson's. This is a qualitative research applied to health, in which six family members (49 to 80 years old) caregivers of elderly people with Parkinson's for at least six months participated, who gave interviews based on the thematic life history modality. After thematic analysis, they identified how they became caregivers, the centrality of care in a single family member, difficulties in daily care, weakness in the caregiver support network and the importance of spiritual support. Respondents assume the care in a comprehensive way, centralizing the actions necessary for the well-being of their family member, little perceive the burden,

naturalizing their dedication and not realizing their isolation. The research points to the need to strengthen health actions aimed at supporting these family members.

Keywords: Relatives. Care. Parkinson. Burden.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o cuidado exercido por familiares de pessoas com doença de Parkinson. O aumento do número de pessoas idosas, decorrente de maior expectativa de vida, tem sido acompanhado pelo aumento das doenças relacionadas à diminuição da capacidade funcional, como o Parkinson. Trata-se de uma patologia crônica, progressiva, com causa muitas vezes desconhecida, que provoca a perda progressiva da função motora do indivíduo, afetando seus movimentos à medida que causa tremores, lentidão, rigidez muscular e instabilidade postural (NAKABAYASHI et al., 2008; SAITO, 2011), além de sintomas secundários como alterações na fala e na escrita. Esse conjunto de sintomas, à medida que a doença evolui, implica em comprometimentos de ordem física, social, emocional e econômica, podendo resultar na incapacidade funcional do indivíduo (CAMARGO et al., 2004 apud STEIDL; ZIEGLER; FERREIRA, 2007), limitando ou dificultando atividades de vida cotidiana anteriormente realizadas com facilidade.

Com a progressão da doença aumenta-se o risco de quedas em função de alterações no equilíbrio e na marcha, verifica-se uma limitação física progressiva e uma incapacidade funcional mais severa, o que prejudica a qualidade de vida dos indivíduos e torna-se necessário um cuidador para auxiliá-los em algumas de suas tarefas cotidianas. No estágio mais grave, o indivíduo tem movimentos físicos muitas vezes totalmente comprometidos e, portanto, algumas pessoas podem se tornar incapazes de manter um autocuidado, dependendo de um cuidador em tempo integral (SILVA et al., 2010).

Por ser uma doença crônica incurável, o Parkinson também impacta os responsáveis pelos cuidados. Segundo Karsch (2003 apud GURGEL; OLIVEIRA; SALLES, 2012) o papel de cuidador é, em geral, exercido informalmente pelos familiares, e consiste em ação central para manter a vida e saúde do indivíduo. No caso do idoso, a maior parte das pessoas com Parkinson, torna-se importante ressaltar que o envelhecimento por si só está associado à vulnerabilidade ou à fragilidade, as quais justificam vários direitos garantidos pela Constituição brasileira,

a fim de garantir a qualidade de vida dessa faixa etária, garantidos pelo Estatuto do Idoso, que aponta a responsabilidade das famílias, comunidade, sociedade e Poder Público pelo zelo a esses direitos (MORAIS; LIMA; LIMA, 2016).

O cuidado, quando exercido pela família, pode trazer vantagens se comparado ao cuidado institucionalizado, por permitir o convívio social e a manutenção de vínculos afetivos. Por estarem mais vinculados ao idoso enfermo, os familiares mais próximos também vivenciam os aspectos psicológicos relacionados ao adoecer, como revolta, insegurança, tristeza, irritação, medo, o que pode ser muito desgastante e difícil para eles (FERREIRA et al., 2012). É possível que muitos familiares não se sintam preparados para lidar com as dificuldades advindas dessa situação (CÔRREA et al., 2011) ou sem conhecimentos sobre a patologia, seus agravos e as intervenções necessárias. O cuidado pode ser desgastante, pois não se limita ao esforço físico dos familiares em atividades cotidianas que o idoso não consegue mais realizar de modo independente, como tomar banho ou se alimentar. Envolve também a necessidade de lidar com mudanças de temperamento e comportamento decorrentes da doença, as quais podem implicar em nova organização do sistema familiar, gerando conflitos e desavenças entre os familiares. Sendo assim, a família torna-se responsável também por cuidar num sentido mais subjetivo, acolhendo o idoso em suas angústias e buscando sempre seu bem-estar (AREOSA et al., 2014; GURGEL; OLIVEIRA; SALLES, 2012; FERREIRA et al., 2012; PINTO; RÓSEO, 2014; JESUS et al., 2013).

Dependendo do grau de debilitação, a dependência da pessoa doente se torna tão significativa que o cuidador em muitos casos passa a negligenciar seu autocuidado ou outros aspectos de sua vida pessoal em detrimento do cuidado do seu parente enfermo. Em decorrência disso, em termos gerais, a literatura aponta que o papel de cuidar é uma tarefa bastante desgastante que gera sentimentos de tristeza e desamparo nos cuidadores, além de ansiedade e até quadros depressivos oriundos das tensões familiares e sobrecarga de tarefas (GURGEL; OLIVEIRA; SALLES, 2012; FERREIRA et al., 2012; PINTO; RÓSEO, 2014; JESUS et al., 2013).

Frente ao que foi exposto anteriormente, foram elaborados os seguintes problemas de pesquisa: De que modo cuidar de uma pessoa com Parkinson afeta a vida de seus familiares? Qual o sentido atribuído ao cuidado, segundo os familiares que cuidam? Para responder tais perguntas, esse estudo teve como *objetivo* compreender o processo de cuidar de um familiar com doença de Parkinson.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa qualitativa aplicada à saúde, a qual focaliza os fenômenos relacionados ao processo saúde-doença visando entender mais profundamente sentimentos e ideias dos familiares frente a esse processo, assim como, seus modos de se organizar ante as situações geradas por ele (TURATO, 2005).

Participaram seis familiares cuidadores de idosos com Parkinson há pelo menos seis meses, convidados a partir de uma instituição filantrópica que presta atendimento a pessoas com Parkinson e seus familiares, localizada no Estado de Minas Gerais, que oferecia atividades relacionadas à reabilitação com fisioterapia e apoio emocional aos pacientes por meio de grupos terapêuticos.

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado a partir da modalidade de história de vida temática, que permite retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. O interesse é pela narrativa da vida do entrevistado, do modo como reconstrói e interpreta sua experiência ao relatá-la (SPINDOLA; SANTOS, 2003). A história de vida, quando temática, focaliza uma etapa ou determinado setor da experiência vivida em questão (PEREIRA; PEGORARO; RASERA, 2017) e no caso deste estudo, as temáticas abordaram o cuidado prestado pelo entrevistado ao idoso. O roteiro de entrevista foi dividido em três momentos: (1) *Dados sociodemográficos*: questões iniciais envolvendo os dados pessoais, como estado civil, quantidade de filhos, ocupação ou profissão; (2) *História de vida do depoente/participante* (“Conte-me sua história”) relatada livremente; (3) *Questões específicas* sobre a vivência desses familiares na experiência de cuidar do parente idoso enfermo, tais como: o modo como se iniciou essa tarefa de cuidado; como era realizado no momento da entrevista; as mudanças decorrentes na vida do cuidador em função do exercício do cuidado; as dificuldades que encontra, assim como, o suporte que recebe para essa tarefa.

Com relação aos aspectos éticos, destaca-se o respeito pela dignidade humana e pela proteção devida aos participantes da pesquisa. Houve aprovação da pesquisa por um Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP), além de cuidados com a condição de anonimato do participante, assegurado na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Parecer 2.696.657). O contato inicial com os familiares dos pacientes ocorreu após aprovação da pesquisa pelo CEP. Uma pesquisadora dirigiu-se à sede da instituição e realizou o convite na sala de espera

dos acompanhantes informando o tema da pesquisa, o seu objetivo, a necessidade de audiogravação e garantia de anonimato e sigilo de informações. As entrevistas ocorreram na instituição em horário e dia de preferência do familiar. No momento da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue, assinado em duas vias, ficando uma com o depoente e outra com a pesquisadora e depois disso, teve início a entrevista audiogravada.

Para garantir o anonimato do participante, optamos por não informar o nome da instituição por meio da qual os mesmos foram convidados e foram usados nomes fictícios na apresentação dos resultados, como no exemplo: Ana (E1 - 72 anos, esposa). Todos os nomes de profissionais ou familiares mencionados nas entrevistas foram substituídos de forma a preservar a identidade dos participantes.

Após a transcrição literal das entrevistas audiogravadas, efetuou-se análise temática inspirada em Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

(A) Breve Caracterização dos Participantes

Dentre os elementos comuns a todos os cuidadores, destaca-se o fato de todos serem casados, pertencentes a camadas populares, sendo todos com mais de 49 anos (e a maioria era idoso). Do total, dois tinham mais de 49 anos e quatro tinham entre 60 a 80 anos: Ana (E1 - 72 anos, esposa de um homem com Parkinson há cinco anos), Rosa (E2 - 63 anos, esposa de homem com Parkinson há dez anos), Fátima (E3 - 49 anos, filha cuidadora da mãe diagnosticada há 15 anos), Helena (E4 - 49 anos, nora que cuida da sogra há um ano), Alfredo (E5 - 74 anos, esposo), Sebastião (E6 - 65 anos, esposo). Corroborando com outras pesquisas voltadas para os cuidadores, destaca-se nesse estudo a predominância do gênero feminino exercendo os cuidados, o que pode se relacionar à construção histórica e social de que é a mulher que tem que assumir esse papel, tendo em vista a visão naturalizada de que cuidar da casa e da família são funções femininas (ISAAC; FERREIRA; XIMENES, 2018). Para Gutierrez e Minayo (2010), há uma figura socialmente construída de mulher-mãe-cuidadora que se responsabiliza por aqueles que, na família, adoecem e necessitam de atenção. Além da mulher-mãe, esposas, filhas, noras e irmãs são mulheres cuidadoras de doentes no espaço doméstico (Karsch, 2003 apud GUTIERREZ; MINAYO, 2010).

Ao analisar as histórias de vida dos cuidadores destaca-se que a maioria deles nasceu e passou a infância na zona rural vivendo sob condições precárias e trabalhando desde muito cedo para ajudar na manutenção da casa e garantir a subsistência. Durante a mocidade, a mudança para a zona urbana se deu em busca de melhores condições de vida, seguida pelo casamento, por volta dos seus 20 anos. Enquanto as entrevistadas auxiliavam na organização do lar, os rapazes dedicavam-se ao trabalho na roça junto da família. Destaca-se que, no contexto das camadas populares daquela época, os homens eram chamados desde muito cedo a ajudar no orçamento familiar sendo, portanto, levados precocemente à condição de trabalhadores e a assumir esse papel de “provedor” da família (CAMPOS, 2010).

(B) Como se tornaram cuidadores

Na maior parte das entrevistas não se identificou um momento de escolha sobre quem seria o cuidador principal familiar da pessoa com Parkinson. Assumir esse papel esteve mais relacionado a não existir outra pessoa na família com disponibilidade para tal, pela família não ter condições de arcar com um cuidador formal (remunerado) ou pelo fato do entrevistado se sentir na obrigação de exercer essa função, o que na literatura é apontado como a “imposição em ser cuidador” (BAPTISTA et al., 2012). Percebe-se que a família acaba escolhendo ou solicitando que o cuidador seja aquele que, dentre os seus membros, esteja mais apto ou disponível:

Foi necessidade. Porque eu não tenho curso de enfermagem, nem de cuidar de idoso, nem de doente (...) minha menina é professora no (nome da escola) e ela estava dando aula de manhã e à tarde. (Sebastião - E6)

Por conta do meu temperamento. Eu sou uma pessoa muito tranquila, uma pessoa muito calma e, assim, eu já tinha um cuidado excessivo com ela e ela tinha um carisma grande comigo, então ela sempre queira ir pra minha casa, sempre queira meus cuidados. E aí foi com que eles apontaram a mim. (Helena - E4)

Vale destacar que o fato da família escolher ou “nomear” com base nesses critérios não significa que, em todos os casos, o cuidador se sinta preparado para exercer tal função ou satisfeito com tal escolha. O que foi percebido, do contrário, é que em alguns casos, os cuidadores se sentiam inseguros ao realizar a função por não terem devido preparo:

No começo parece que eu tinha mais dificuldade. Eu ficava assim: “Gente, será que está certo eu dando o remédio? Que ela não lembrava mais do remédio... Eu escrevi lá. Então lá para as 8 horas o senhor dá esse

comprimido, depois do almoço é esse. Aí eu fui decorando, né? Então no começo era mais difícil. (Sebastião - E6)

No estudo de Gonçalves et al. (2005), muitas cuidadoras, como nossos entrevistados, relataram que acabaram assumindo esse cuidado mesmo se sentindo despreparadas devido à relação com a outra pessoa, o que as levou a realizar o cuidado como uma forma de retribuir o amor e o carinho existente na relação. Porém, outras pesquisas apontam que essa justificativa pode ser uma tentativa de camuflar o real fato de que o cuidador não teve opção, utilizando-se de uma resposta mais bem aceita socialmente, em contextos nos quais não se tem outra pessoa para auxiliar no cuidado ou condição financeira para arcar com os custos (ALMEIDA et al, 2018).

Para três entrevistados, antes mesmo de assumirem os cuidados necessários em virtude do Parkinson, já havia um vínculo de responsabilidade pelo cuidado desse familiar ou de outras pessoas na família em função de comprometimentos de saúde, ou seja, havia uma história de vida já marcada pelo cuidado. No cuidado a idosos, especialmente esposas e filhas costumam ser as responsáveis na família. Torna-se necessário problematizar este cuidado, pois não se pode inferir que há disponibilidade para tal cuidado por estas mulheres na família sem o amparo de políticas públicas, o que requer pesquisas que busquem entender:

as condições ligadas à estrutura familiar na sociedade e na cultura em que os cuidados devem ser produzidos, tomando em conta que os principais fatores ligados ao cuidador do idoso dependente são as relações de parentesco (cônjuge), as relações de gênero (mulher), a proximidade física (mora junto) e a proximidade afetiva (esposa, mãe e filha) (Gutierrez & Minayo, 2010, p. 1504).

(C) Cuidados necessários: centralizados em uma só pessoa e em tempo integral

Nessa categoria foram agrupadas as falas dos entrevistados que demonstraram como era realizado o cuidado. Em todos os casos tratava-se de um cuidador que ficou responsável por quase todos os encargos com o familiar doente e a quem estavam reservadas as atividades de rotina (alimentação, higiene, medicação), corroborando com os resultados encontrados na revisão de literatura feita por Baptista et al. (2012). A rotina da vida dos cuidadores entrevistados era centrada no cuidado, realizado de acordo com a gravidade do caso, pois quanto mais comprometida a autonomia do enfermo, maiores são as demandas e a complexidade das atividades exercidas pelo cuidador.

Segundo três entrevistados havia centralização do cuidado para si (cuidador principal), ou seja, o cuidado era realizado somente por aquela pessoa específica. Em alguns casos o cuidador considera que outros não estejam tão aptos como ele a exercerem as atividades, o que o faz não delegar funções ou pedir auxílio, o que vai ao encontro com os resultados de Gonçalves et al (2005). São exemplos de tais situações: *“Não tem outra, tem que ser eu. Ele também não aceita não. Se for para ir no banheiro e tomar banho com os filhos, ele não vai.”* (Ana - E1).

Eu é que dava banho, mexia com ela, e não machucava de jeito nenhum. Um que ia mexer nela a primeira vez, já dava hematoma, já. Assim também é ele.
P: Nenhum outro cuidado pode ser o outro, tem que ser você? E: É. (Rosa-E2)

O cuidado era realizado em tempo integral tendo ou não o cuidador apoio de outras pessoas da família para tal. As atividades de cuidado ocorriam desde a hora em que o familiar enfermo acorda até a hora que vai dormir, podendo incluir dar alimento, banho, remédios ou acompanhar em consultas médicas: *“(...) se ela está escovando os dentes direito, da medicação, almoço, banho, levar na atividade [fisioterapia], levar no médico, tudo. Tudo que ela precisa na vida, sou eu que ajudo”* (Fátima - E3).

Percebe-se que, em geral, além do auxílio para as atividades, a necessidade de uma presença constante do cuidador se dá também por questão da segurança, a fim de evitar que o familiar fique sozinho e sofra quedas. Isso pode ser exemplificado pela fala do entrevistado (Alfredo - E5) *“A gente fica com medo, né? Porque se ela cair ela, não levanta. Ai tem que ter uma pessoa junto. Toda vez”*. A exceção de cuidado em tempo integral ocorre apenas no caso de Fátima, que realiza o cuidado de sua mãe, porém não 24 horas por dia pelo fato de não habitarem a mesma casa e a mãe possuir certa autonomia. Apesar disso, pela fala dessa entrevistada é possível perceber que o cuidado é colocado como prioridade em sua rotina e realizado em grande parte do seu dia:

Eu moro a 5 minutos da casa da minha mãe, então sempre vou lá pra ver se está faltando alguma coisa, se tem que comprar alguma coisa. Eu estou sempre por perto. É como se eu fosse a mãe dela mesmo. Sou responsável por todos os cuidados que ela não dá mais conta. (...) Tudo que eu faço, tudo é pensando nela. Se precisar ficar com ela até 2 horas da manhã na casa dela, eu fico. (Fátima - E3)

Esse tempo integral que o cuidador dispense ao cuidado deve ser visto como um ponto de atenção tendo em vista que pesquisas apontam que quanto maior o tempo destinado ao cuidado de pessoas dependentes, maiores os riscos dos

cuidadores apresentarem sintomas depressivos (CANNUSCIO et al., 2004; NOVAIE-WALISER et al., 2004 apud GONÇALVES et al, 2005).

O fato do Parkinson ser uma doença crônica de alto comprometimento impacta não apenas no tempo de cuidado, mas também na forma como esse é realizado, que deve ser adaptado às necessidades do momento das pessoas com Parkinson, inexistindo um modo único ou correto de cuidar (BELLATO et al., 2016). Podemos dizer que há níveis de cuidado, e que, em função da gravidade da doença, de melhoras e pioras no quadro, o cuidado é sempre singular. Dependendo do modo como a pessoa se encontre, mais ou menos dependente, há uma adaptação dos cuidados para atender às necessidades identificadas pelos entrevistados. Quando o comprometimento da pessoa com Parkinson é maior, o cuidador pode ter que assumir funções que antes o idoso conseguia fazer sozinho com facilidade, como se deitar em uma cama, por exemplo:

Para deitar eu tenho que ajudar. Às vezes, ele deita e não dá conta de deitar direito, aí eu tenho que segurar no braço dele para ele deitar e eu acabo de chegar as pernas dele. Isso é todo dia. Para levantar é a mesma coisa. Às vezes para vestir a camisa, calçar um calçado. Isso não é todo dia não, às vezes. Mas, assim, tem época que eu tenho até que dar banho nele. (Rosa - E2)

Já quando o familiar apresenta avanços no tratamento ou que demonstra capacidade para realizar algumas coisas de forma independente, o cuidador atua apenas realizando um auxílio da atividade, não assumindo mais o total controle da situação, como é mostrado, por exemplo, na fala: *“No banho também tem que ajudar ela. Agora ela está até conseguindo tomar banho, mas ainda assim ajudo a vestir roupa. Ela sozinha, ela não faz nada”* (Sebastião - E6)

(D) As dificuldades enfrentadas e a presença de sobrecarga no cuidar

Independente do nível de cuidado necessário, seja complexo ou não, os cuidadores entrevistados, em sua maioria, não perceberam dificuldades no exercício dessa função. Ao perceberem que conseguem desempenhar as ações necessárias para o cuidado, os entrevistados destacam que este não traz dificuldade, tendo em vista que esse cuidado é realizado para alguém que amam, ou seja, não identificam dificuldades no cuidar ou não as destacam, porque na presença de afeto essa doação parece ter muito valor: *“Não tem dificuldade, não. Não acho custoso, não. Para mim é tudo normal. Ela me chama, eu faço. Não acho difícil, não”* (Alfredo - E5). *“No geral*

mesmo...não encontro [dificuldade] não. Eu, pra minha família, eu tiro meu coração para qualquer um deles.” (Ana - E1).

Estudos voltados para o cuidado informal apontam que esse é representado como uma forma altruística de se dedicar à pessoa idosa. Dessa forma, o cuidado está relacionado à imagem do amor incondicional e a realização de todas as atividades necessárias de cuidado implica um sofrimento que já é naturalizado pelo cuidador (HEDLER et al., 2016). Trata-se, portanto, de uma hipótese que justifica o fato dos cuidadores ou terem omitido em seus relatos ou não perceberem as dificuldades/ sofrimento ao realizarem o cuidado. Ainda que as respostas sobre dificuldades no cuidado terem sido negativas, a partir dos relatos e das queixas apresentadas, é possível elencar algumas dificuldades presentes em seu cotidiano, como a sobrecarga física, presente na maioria dos relatos, e exemplificada de maneira diversa pelos cuidadores. Os afazeres domésticos pelos quais os cuidadores se tornaram responsáveis quando o familiar ficou doente foram mencionados: *“Eu que passei a tomar conta de toda a casa, fazer comida, cuidar dos negócios, pagar conta. Era tudo ele [quem resolvia]” (Rosa - E2).*

A sobrecarga, termo derivado do inglês *burden*, configura-se como impacto negativo do ponto de vista físico, psicológico ou emocional, social e financeiro, que pode ser experienciado pela família cuidadora em decorrência do cuidar (GRATÃO et al., 2012). Segundo Barroso, Bandeira e Nascimento (2007), há uma sobrecarga chamada de objetiva que se refere às consequências negativas concretas e observáveis resultantes do cuidado, tais como perdas financeiras, perturbações na rotina, conflitos entre os familiares, tarefas cotidianas, e, a subjetiva, que se refere à percepção do familiar sobre a situação, englobando seu sentimento de estar sofrendo uma sobrecarga. Nesse estudo, as dificuldades foram divididas em sobrecarga física, financeira e emocional. A sobrecarga do tipo subjetiva não foi percebida pelos cuidadores entrevistados.

Tendo em vista que a maior parte dos cuidadores entrevistados eram também idosos, a idade também pode ser considerada um fator significativo para a sobrecarga física, tendo em vista o cansaço gerado pelo acúmulo de afazeres e agravado pela questão da idade: *“Estou cansada. Eu estou esgotada. Eu sou uma pessoa assim, eu não sou de arrumar a casa detalhe por detalhe, não. Mas eu gosto das minhas coisas bem feitas e eu não estou dando conta. A idade chegou..” (Ana - E1)* Em um dos casos a sobrecarga física estava associada às atividades específicas do cuidado que

exigiam esforço físico maior como carregar o peso do familiar ou apoiá-lo: *“A única dificuldade que eu tenho é pelo peso dele para mim (...) ele pra mim é pesado, eu tenho problema na coluna (...) tem dia que ele ajuda ainda mas tem época que você tem que ir no muque mesmo”* (Rosa - E2)

Essa dificuldade vivenciada pelos cuidadores – ainda que não percebida plenamente – e a idade própria desses cuidadores coloca em pauta a necessidade de serviços que também amparem esses familiares. Como apontam Duarte, Berzins e Giacomini (2016, p.458), o cuidado envolve o “cuidar de si mesmo (autocuidado), dos outros, e envolve a pessoa que cuida (o cuidador) assim como a pessoa que é cuidada (a pessoa idosa)”. A fala acima nos alerta para a face menos observada desse cuidado: a atenção para si mesmo.

Parte dos entrevistados em nosso estudo é formada por pessoas idosas, tanto quanto aqueles que recebem seus cuidados em função do Parkinson. Temos, assim, um duplo perfil de idosos: aquele com maior autonomia que realiza o cuidado e aquele mais dependente que é cuidado pelo outro. Tendo em vista a heterogeneidade presente nessa faixa etária que abarca tanto pessoas em pelo vigor físico e mental como pessoas em situações de maior fragilidade, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa prevê que os serviços prestados, que podem incluir a atenção domiciliar ou ambulatorial, a prevenção e promoção de saúde, devem responder às necessidades específicas e se distinguir pela natureza da intensidade dos serviços visando atender a essas variadas demandas (CAMARANO et al., 2004; DUARTE; BERZINS; GIACOMINI, 2016). Para fazer essa distinção, foi implementada uma avaliação funcional individual, em forma de pirâmide, que visa analisar o processo de envelhecimento entendendo suas particularidades e classificar os idosos de acordo com o grau de dependência funcional, tendo como parâmetros: Idosos com alta dependência funcional, idosos com alguma dependência funcional e Idosos Independentes. De acordo com a política, idosos como os cuidadores aqui entrevistados, considerados mais autônomos e independentes, necessitam também de serviços voltados para a promoção de saúde, isto é, precisam também ser cuidados para que tenham maior qualidade de vida. Rompeu-se com a ideia reducionista de que a saúde da pessoa idosa se limita ao controle e prevenção de agravos de doenças crônicas, entendendo a saúde não mais pela presença ou ausência de doença orgânica, mas pela interação entre a saúde física, mental, a independência financeira, a capacidade funcional e o suporte social (RAMOS, 2003).

Apesar do que é delimitado pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016), os cuidados de saúde na cidade em questão não conseguem atender a essa ampla e variada demanda. Ao mapear os dispositivos de cuidado à saúde, destaca-se, por exemplo, a inexistência de um ambulatório de geriatria vinculado à rede do município e a insuficiência de equipes de programas como o Melhor em Casa para atender todos aqueles nos setores da cidade que precisam de cuidados. Os serviços destinados aos idosos no município são voltados mais para atividades físicas e de lazer, porém não conseguem abarcar o perfil de idosos estudados nessa pesquisa. Eles são destinados mais para idosos saudáveis e ativos, não contemplando nem os idosos que são cuidados devido à limitação física e nem os cuidadores haja vista sua indisponibilidade de tempo para participar dessas atividades.

A questão financeira foi uma das queixas que também se fez presente na maioria dos relatos. Tendo em vista que o familiar que recebe o cuidado trata-se de um idoso que tem a saúde comprometida, é a família que, na maioria dos casos, assume a responsabilidade pela administração de sua renda e pela sua subsistência. Em dois casos, a renda da aposentadoria não é suficiente para arcar com todos os gastos relacionados aos cuidados, como é relatado na entrevista: *Está difícil. Não vou te negar não porque não dá, não. Dezesseis comprimidos que ele bebe por dia, os meus, e a comida, a água, a luz, igual o IPTU deu problema... deu problema na aposentadoria dele.* (Helena - E4)

Além das questões relacionadas à parte física e financeira, os entrevistados relataram preocupações, estresse, inseguranças e sofrimentos relacionados à atividade do cuidado do familiar doente, o que pode estar relacionado à sobrecarga emocional. Dentre os sintomas que representam a sobrecarga emocional ou psicológica, a apatia, a tristeza crônica, a depressão e o estresse são os que causam maior impacto na vida do cuidador (BAPTISTA et al., 2012). A partir dos relatos e estudos voltados a esse tema, é possível dizer que a sobrecarga emocional não aparece de maneira isolada, mas sim, pode acontecer em decorrência das sobrecargas física e financeira ou então estar relacionada a elas (BAPTISTA et al., 2012). No caso da primeira entrevistada, por exemplo, o fato de ser responsável por todos os afazeres relacionados ao cuidado, faz com que ela fique em casa o dia todo, o que lhe causa muito sofrimento. Ao relatar suas queixas, a entrevistada fala, em um tom de tristeza: que tem “*é o esgotamento de ficar quieta, ficar presa. Eu não fui feita*

para ficar presa dentro de casa, não, eu fui feita para fazer tudo lá fora. Acabou tudo” (Ana - E1). Outro entrevistado conta que perdeu muito peso desde que assumiu o cuidado, não associando isso apenas à sobrecarga de afazeres, mas também a toda a preocupação que sente pela esposa, de quem cuida: *“Depois que ela ficou doente assim, que eu fiquei tomando conta dela, de tudo, eu emagreci 4 quilos...Eu era mais gordinho. (...) É muita preocupação, né?” (Sebastião - E6)*

As preocupações, em geral, giram em torno da insegurança dos cuidadores em realizar as tarefas visto que nem sempre se sentem preparados para ela, assim como, preocupações relacionadas à saúde e bem-estar do familiar doente. Além dos próprios medos com relação ao prognóstico dessa doença que é degenerativa, a sobrecarga emocional se dá também pelo fato dos cuidadores terem que lidar com o sofrimento do próprio familiar que se encontra doente. Isso pode ser ilustrado no exemplo: *Quando eu estou fazendo as coisas, ela chora muito por ver eu fazer e não dar conta de fazer [...] Eu falo para ela que ela tem que se conformar com a doença. [...] Isso não tem cura, não tem jeito, não. (Alfredo - E5)*

Além dessas questões, percebeu-se em três relatos a dificuldade dos cuidadores para lidarem com as mudanças decorrentes da doença em seu familiar, como a perda de memória, alucinações, mudanças em seu comportamento e temperamento:

Então esses momentos de teimosia, de falta de controle dela que a gente não entende, que mistura o temperamento com a doença que é difícil da gente lidar. (...) Então você tem que acalmar com seus recursos, aí quando seus recursos acabam que você fica querendo meio que estressar com a pessoa. É que você não sabe o que fazer, então você fica meio perdido. E acontece! [...] Eu falo que para uma pessoa só é muito difícil tocar. Eu não sei se vou aguentar, não. E é onde os filhos, às vezes, chegam a por em um asilo. Aí falam que é abandono. Mas não é que é abandono, é para poder não adoecer também. Porque é muito difícil.(Fátima - E3)

O receio de adoecimento pelo cuidador, tendo em vista as dificuldades geradas por alguns sintomas do Parkinson, e os sentimentos contraditórios gerados na relação com a pessoa doente foram destacados pela literatura (GARRIDO; MENEZES, 2004, apud NOVELLI; NITRINI; CARAMELLI, 2010). Ao longo tempo na situação crônica, as exigências de cuidado vão se tornando maiores, podendo esgotar os potenciais da família para lidar continuar a exercer esse cuidado (BELLATO et al., 2016), o que é ilustrado nas falas da cuidadora entrevistada “não ter mais recursos” ou “armas para poder lidar com a situação”.

Além das ações práticas desenvolvidas junto ao familiar, o cuidado também envolve a preocupação, o interesse e a motivação presentes nas ações de ajuda, permeadas por “gestos, palavras e olhares” (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016, p.459) e sustentadas pela responsabilidade e pelo compromisso de quem assumiu o cuidado em família. Como mostrado com o relato da entrevista, a situação da sobrecarga se agrava pelo cuidador se sentir “perdido” e não saber como lidar da melhor forma com a situação ou por não possuir apoio. Esse despreparo que acaba prejudicando a qualidade de vida do cuidador ou a qualidade do cuidado ilustra a falta do apoio formal por parte dos profissionais de saúde que poderiam disponibilizar informações ou orientações e ajudá-los nesse processo de enfrentamento das situações advindas da doença assim como oferecer serviços para acolher esse sofrimento decorrente do exercício do cuidado (GONÇALVES et al., 2005; GRATÃO et al, 2013).

(E) Rede de apoio do cuidador, isolamento social e suporte religioso

Nos relatos destacaram-se a maneira como é composta a rede de apoio do cuidador. Quando perguntados se recebiam ajuda para realizarem o cuidado, a maioria dos cuidadores considerou que não:

Meus irmãos não querem nem saber, nem se questionam "será que a mamãe está precisando de alguma coisa? Alguma ajuda financeira?". Não. É sempre a [Fátima]. Ah, tem que fazer isso? Pede para [Fátima]. Tem que levar nisso, pede para [Fátima]. Tem que comprar isso, ah a [Fátima] compra. É tudo eu. (Fátima - E3)

Estudos mostraram que ao assumir sozinho o cuidado do idoso em casa, o cuidador, manifesta com frequência desconforto e sentimento de solidão por não sentir apoio nem reconhecimento de outros membros da família (LUZARDO; GORINI; SILVA, 2006). Em outros momentos das entrevistas, foi possível perceber que na maior parte dos casos há, sim, familiares que auxiliam no cuidado em determinados momentos, porém, em todos, a ajuda se limita a cuidados mais secundários e esporádicos, como buscar remédios ou levar ao médico, por exemplo. Outro dado importante é que tal apoio ocorre apenas quando o cuidador, no momento, não pode realizar tal atividade e aciona essa ajuda. A rede de apoio até existe, porém a ajuda ocorre somente quando o cuidador solicita, não vem por espontânea vontade dos familiares: “Para pegar remédio na secretaria tem o papel que tem o nome dos meus

filhos se algum dia eu não puder ir, aí eles que vão com ele (...). Se eu falar que eu não tenho dinheiro para remédio, eles me arrumam". (Rosa - E2)

A falta de uma rede de suporte social, assim como as mudanças no estilo de vida do cuidador devido à sobrecarga, pode levar ao isolamento social desse. Ao se envolverem na prestação de cuidados sem preparação prévia e por falta de suporte social suficiente, esses cuidadores, muitas vezes, se veem obrigados a renunciar emprego, convívio social e familiar (SEILMA; LENARDT, 2011 apud ISAAC; FERREIRA; XIMENES, 2018). O distanciamento dos amigos e a falta de participação da família nos cuidados são fatores que agravam a sobrecarga do cuidador por não terem na rede de apoio disponível o suporte suficiente.

Para três entrevistados o suporte proveniente da espiritualidade/ religiosidade foi apontado como fundamental na vida dos cuidadores para poderem enfrentar as dificuldades e lidarem melhor com o sofrimento. Deus, para muitos, surge como aquele com quem podem conversar, com quem tem proximidade, de quem recebem consolo e conforto nos momentos difíceis, e assim, possuem mais recursos para lidar com as situações adversas. Em dois dos casos, devido à solidão que sofrem durante a rotina, a religião seria o único suporte. No caso da primeira entrevistada, que aparenta ter a sobrecarga maior por relatos de cansaço e depressão, Deus é colocado como o único que cuida dela, como a única salvação para todo sofrimento que sente, único recurso: *"Tenho um Deus muito grande na minha vida. Acho que Deus é o maior. Jesus salvou o mundo, ele tem poder, ele vai me curar e eu vou sair dessa". (Ana - E1)* Apesar de se configurar uma importante estratégia de enfrentamento à sobrecarga de cuidado, angústia, estresse e depressão (GAIOLI; FUREGATO; SANTOS, 2012), o suporte religioso não retira a necessidade e importância de um suporte social, afinal, ao dividir com outras pessoas o cuidado e o desgaste decorrente dele seria possível suavizar o impacto provocado pela carga de tarefas (LUZARDO; GORINI; SILVA, 2006).

Tendo em vista a centralidade do cuidado e a consequente sobrecarga ao realizá-lo, na maioria dos casos, a vida do cuidador acaba se limitando ao cuidado do outro, o que o leva a colocar em segundo plano o autocuidado: *"Os meus cuidados de saúde foram totalmente abandonados. É uma visão só para ela nesse ponto. Nisso aí a gente não tem tempo pra cuidar". (Helena - E4).* Percebe-se que o fato da rotina estar voltada para o familiar doente fez com que os cuidadores, em sua maioria,

mudassem seus estilos de vida para se adaptarem a esse novo contexto e abandonando coisas que antes desfrutavam:

Mudou tudo (...) Abandonei a pastoral das crianças, o encontro de casais, a liturgia que eu fazia, o grupo da mãe peregrina. Aí eu abandonei tudo, entreguei e falei, 'não, eu não dou conta, que eu tenho que me dedicar muito para ele'. Mudou tudo na minha vida. Eu não posso passear porque ele não gosta de sair. (Ana - E1)

Rosa (2001) destaca que o ato de cuidar carrega em si o movimento de voltar-se totalmente para o outro, que é cuidado, e pode indicar um alerta e sobre a possibilidade de que o familiar poderia perder-se, adoecer, esquecer de si próprio. Como alertam as autoras Duarte, Berzins e Giacomini (2016) os cuidados realizados dentro do lar são invisíveis à sociedade e na medida que as famílias brasileiras tem seu número de integrantes reduzido, sua capacidade de cuidar (de crianças, de idosos, de doentes) também diminui, o que implica em pensar em políticas de cuidados de longa duração, isto é, “um conjunto de cuidados de saúde, pessoais e de serviços sociais geralmente fornecido no decorrer de um período longo para pessoas com condições crônicas e com limitações funcionais (KÖHLER; WUNDERLICH, 2001, p. 27 apud DUARTE; BERZINS; GIACOMINI, 2016, p.473). Para que tais cuidados de longa duração sejam satisfatórios devem envolver apoio material, instrumental e emocional, oferecido de modo formal (pago) ou informal (na família) (CAMARANO, 2010 apud DUARTE; BERZINS; GIACOMINI, 2016). Logo, a família cuidadora precisa, ela própria, de apoio e proteção tais como “capacitação, descanso, benefício monetário, inclusão no sistema de seguridade social e participação em grupos de apoio, entre outros” (HIRATA, 2012 apud DUARTE; BERZINS; GIACOMINI, 2016, p.474).

O aumento da expectativa de vida no Brasil somado a mudanças na dinâmica familiar tais como a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, por exemplo, tem surtido bastante impacto na disponibilidade dos cuidadores familiares. Em pesquisas aos dados do IBGE, Camarano e Kanso (2011 apud ISAAC; FERREIRA; XIMENES, 2018) fizeram uma previsão de que em 2020 haverá quatro vezes mais pessoas desassistidas por familiares, o que se levanta a necessidade da criação de políticas públicas para sanar esse problema. O que se percebe é que o fato do cuidado dos idosos até hoje ter se dado prioritariamente no âmbito familiar impediu a visibilidade para o problema da sobrecarga que a família estava vivenciando nos

domicílios e, conseqüentemente, não houve uma preocupação política de proteção social para ela (ISAAC; FERREIRA; XIMENES, 2018; AREOSA et al., 2014).

A naturalização de que a experiência de cuidado deve ser realizada pela família tem muitas vezes retirado a responsabilidade do Estado de atuar com serviços e profissionais os quais teriam obrigação ético-legal para tal, resultando dessa forma, na experiência solitária da família em prestar os cuidados e na conseqüente exposição à uma situação de vulnerabilidade e fragilidade (BELLATO et al., 2016). O Estado, ao analisar a redução do custo da assistência hospitalar e o benefício de um cuidado mais humanizado quando realizado pelo familiar no próprio domicílio, deveria reconhecer a importância desses cuidadores familiares e capacitá-los para atuarem de forma mais efetiva (KARSCH, 2003 apud AREOSA et al., 2014).

Considerando os fatos apresentados de que o cuidador está mais suscetível a doenças, estados emocionais negativos e desorganização de sua vida, destaca-se a importância da multiplicação de espaços onde os cuidadores também possam ser cuidados. Muitas vezes, a sobrecarga vivida pelo cuidador familiar pode acarretar problemas sérios que poderiam ter sido evitados houvesse amparo de políticas públicas voltadas ao auxílio teórico-técnico a esses familiares para essa tarefa, assim como suporte psicológico a eles para ajudar a lidar com os fatores estressores advindos da tarefa de cuidar, como momentos de lazer, rodas de conversa, acolhimento e orientação por parte das equipes (ROSA, 2001; AREOSA et al., 2014). Nesse sentido, quando todo esse suporte não ocorre pode se estabelecer um ciclo vicioso, pois esse cuidador, quando adoecido, também necessitará de cuidados de outras pessoas, que caso não tenham os serviços de apoio necessários para lidar com isso, também poderão adoecer (PINTO; RÓSEO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de compreender o processo de cuidar de um familiar com doença de Parkinson, estabelecido para esta pesquisa, foi atingido. Tendo em vista os dados coletados nesse estudo em questão que mostraram a sobrecarga física, financeira e psíquica dos cuidadores familiares de idosos dependentes e um possível adoecimento deles em decorrência disso, torna-se imprescindível que o Estado divida a responsabilidade por esses idosos que demandam cuidados por períodos cada vez mais longos. Consideramos como limites desta pesquisa o acesso a cuidadores familiares vinculados a uma instituição filantrópica, portanto, que contavam com apoio

profissional semanal para seu familiar. Como sugestão para outros estudos, indicamos que sejam ouvidos familiares assistidos por equipes de saúde da família para compreender se tais equipes realizam ações de promoção de saúde destinadas aos cuidadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. P. B.; MENEZES, T. M. O.; FREITAS, A. V. S.; PEDREIRA, L. C.. Características sociais e demográficas de idosos cuidadores e motivos para cuidar da pessoa idosa em domicílio. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, n. 5, 2018. Disponível em: <http://portal.revistas.bvs.br/index.php?search=REME%20rev.%20min.%20enferm&connector=ET&lang=pt>
- AREOSA, S. V. A.; HENZ, L. F.; LAWISCH, D.; AREOSA, R. C. Cuidar de si e do outro: Um estudo sobre os cuidadores de idosos. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 2, p. 482-494, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36231460012>
- BAPTISTA, B. O.; BEUTER, M.; MARGRID, GIRARDON-PERLINI, N. M. O., BRONDONI, C. M., BUDÓ, M. L. D. & SANTOS, N. O. (2012). A sobrecarga do familiar cuidador no âmbito domiciliar: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 33(1), 147-156. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472012000100020>
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. -
- BARROSO, S.M.; BANDEIRA, M.; NASCIMENTO, E. Sobrecarga de familiares de pacientes psiquiátricos atendidos na rede pública. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), v. 34, n. 6, p. 270-277, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000600003>
- BELLATO, R.; ARAÚJO, L. F. S.; DOLINA, J. V.; MUSQUIM, C. A.; CÔRREA, G. H. L. S. T. Experiência familiar de cuidado na situação crônica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. esp, p. 81-88, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000300012>
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro?. In: Camarano, A. A. (Org.) **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.25-73. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arg_06_Cap_01.pdf
- CAMPOS, E. A. **‘Nosso remédio é a palavra’: uma etnografia sobre o modelo terapêutico dos Alcoólicos Anônimos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2010.

CÔRREA, G. H. L. S. T.; BELLATO, R. B.; ARAÚJO, L. F. S.; HILLER, M. Itinerário terapêutico de idosa em sofrimento psíquico e família. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 10, n. 2, p. 274-283, 2011. Disponível em:

<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/10462>.

DUARTE, A. O.; BERZINS, M.A.V.S.; & GIACOMIN, K.C. Política Nacional do idoso: as alcunas da lei e a questão dos cuidadores. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. P. 459-478 Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf>>

FERREIRA, H. P.; MARTINS, L. C.; BRAGA, A. L. F.; GARCIA, M. L. B. O impacto da doença crônica no cuidador. **Rev Bras Clin Med**, v. 10, n. 4, p. 278-284, 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n4/a3045.pdf>

GAIOI, C. C. L. O.; FUREGATO, A. R. F.; SANTOS, J. L. F. Perfil de cuidadores de idosos com doença de Alzheimer associado à resiliência. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 150-157, 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000100017>

GRATÃO, A.C. M.; VENDRÚSCOLO, T. R. P.; TALMELLI, L.F.S.; FIGUEIREDO, L. C.; SANTOS, J. L. F.; RODRIGUES, R. A. P. Sobrecarga e desconforto emocional em cuidadores de idosos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 304-312, 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000200007>

GONÇALVES, A. M.; SENA, R. R.; DIAS, D. G.; QUEIRÓZ, C. M.; DITZ, E.; VIVAS, K. L.; DUARTE, E. D.; LOPES, T. C. Cuidadora domiciliar: por que cuido?. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2005. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/478>

GUERRIERO, I. C. Z. **Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde**. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da USP. 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-20102006-184819/.../GUERRIERO.pdf

GURGEL, D. A.; OLIVEIRA, F. P. A.; SALLES, H. S. A. Cuidador de idoso doente crônico e suas dificuldades. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 2, p. 129-143, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/13110/9639>.

GUTIERREZ, D.M. D.; MINAYO, M.C.S. Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 1497-1508, 2010. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700062>

HEDLER, H. C.; FALEIROS, V.P.; SANTOS, M.J. S.; ALMEIDA, M. A. A. Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 1, p. 143-153, 2016. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100015>

ISAAC, L.; FERREIRA, C. R.; XIMENES, V. S. Cuidar de idosos: um assunto de mulher?. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 1, p.108-125, 2018. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/26832>

JESUS, M. C. P.; MERIGHI, M. A. B.; CALDEIRA, S.; OLIVEIRA, D. M.; SOUTO, R. Q.; PINTO, M. A. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 1081-1088, 2013. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000400026>.

LUZARDO, A. R.; GORINI, M. I. P. C.; SILVA, A. P. S. S. Características de idosos com Doença de Alzheimer e seus cuidadores: uma série de casos em um serviço de neurogeriatria. **Revista Texto Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 587-594, 2006. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000400006>

MORAIS, L. N.; LIMA, J. L. A.; LIMA, C. T. A. Proteção estatal para a pessoa idosa em razão de sua vulnerabilidade. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIX, n. 153, 2016. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17994&revista_caderno=7

NAKABAYASHI, T. I. K.; CHAGAS, M. H. N.; CORRÊA, A. C. L.; TUMAS, V.; LOUREIRO, S. R.; CRIPPA, A. S. Prevalência de depressão na doença de Parkinson. **Rev. Psiquiatr. clín**, v. 35, n. 6, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000600003.

NOVELLI, M. M. P. C.; NITRINI, R.; CARAMELLI, P. Cuidadores de idosos com demência: perfil sociodemográfico e impacto diário. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 139-147, 2010. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rto/article/download/14097/15915/0>.

PEREIRA, E. R.; PEGORARO, R. F.; RASERA, E. F. Life History, Narrative Research and Testimonio: Perspectives in the Biographical Studies. **Cuadernos de Psicología**, v. 19, p. 277-286, 2017.

PINTO, L. C. G. L.; RÓSEO, F. F. C. Envelhecer com saúde: o desafio do cuidar humanizado. **Revista Interfaces da Saúde**, v. 1, n. 1, p. 20-28, 2014. Disponível em <http://fvj.br/revista/wp-content/uploads/2014/08/2.-saude.pdf>.

RAMOS, L. R. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 793-797, 2003. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300011>

ROSA, L. C. S. E afinal, quem cuida dos cuidadores?. **Caderno de Textos da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental**. Ministério da Saúde: Brasília. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/3_conf_mental.pdf

SAITO, T. C. **A doença de Parkinson e seus tratamentos: uma revisão bibliográfica**. Monografia (Especialização em Saúde Coletiva e Saúde da Família), Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Londrina – PR. 2011.

SILVA, F. S.; PABIS, J. V. P. C.; ALENCAR, A. G.; SILVA, K. B.; NAVARRO-PATERNELLA, F. M. Evolução da doença de Parkinson e comprometimento da qualidade de vida. **Rev Neurocienc**, v. 18, n. 4, p. 463-468, 2010. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2010/RN1804/501%20original.pdf>.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev Esc Enferm USP**, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. Disponível em <http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf>

STEIDL, E. M.; ZIEGLER, J. R.; FERREIRA, F. V. Doença de Parkinson: Revisão Bibliográfica. **Disc. Scientia. Série: Ciências da Saúde**, v. 8, n. 1, p. 115-129, 2007. Disponível em <https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumS/article/view/921/865>.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005. Disponível em www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf.

Capítulo 6
CRÍTICA DOS TRÊS
PSICOLOGISMOS: UMA SCOPE
REVIEW SOBRE ABUSOS DA
PSICOLOGIA

Alessandro Vieira dos Reis

CRÍTICA DOS TRÊS PSICOLOGISMOS: UMA SCOPE REVIEW SOBRE ABUSOS DA PSICOLOGIA

Alessandro Vieira dos Reis

Bacharel em Psicologia pela UFSC. Pesquisador em Design. E-mail: alessandrovr@gmail.com

RESUMO: A crítica dos abusos de uma ciência pode ser uma via de acesso privilegiada para estabelecer limites e propriedades de tal disciplina. A definição de Psicologia enquanto ciência é um debate que parece distante do fim. Nesta pesquisa é oferecida uma abordagem diferente para a questão. Para ajudar a definir o que é *próprio da Psicologia* explora-se os territórios dos psicologismos, entendidos como falhas sistemáticas onde a Psicologia toma um espaço que não é o seu. Para realizar esse objetivo foi empreendida uma *scope review* em quatro bases de dados (BVS Psicologia Brasil; PsycNET; SciELO.org; Semantic Scholar). A investigação identificou críticas ao psicologismo tanto internas quanto externas à Psicologia, de pensadores como Husserl, Brentano, Popper, Marcuse, Frankl, Freud, Skinner, etc. Permitiu ainda observar três formas de psicologismo documentadas, chamadas nesta pesquisa de: a) o filosófico, que consiste em reificar vivências da consciência; b) o subjetivista, caracterizado pela interpretação excessiva e patologizante de aspectos íntimos; c) o disciplinar, definível como um reducionismo que gera obstáculos à interdisciplinaridade. Após descrever esses três psicologismos, uma definição de Psicologia baseada na superação dos mesmos é estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologismo; Psicologia; Avaliação Psicológica; Filosofia.

ABSTRACT: *Criticism of the abuses of a science can be a privileged access route to establish limits and properties of such discipline. The definition of psychology as science is a debate that seems far from the end. In this research is offered a different approach to the issue. To help define what is proper to Psychology explores the territories of psychology, understood as systematic failures where Psychology takes a space that is not yours. To accomplish this goal, a scope review was undertaken in four databases (VHL Psicologia Brasil; PsycNET; SciELO.org; Semantic Scholar). The research identified criticisms of psychology both internal and external to psychology, from thinkers such as Husserl, Brentano, Popper, Marcuse, Frankl, Freud, Skinner, etc. It also allowed to observe three documented forms of psychologicalism, called in this research: a) the philosophical, which consists in reify experiences of consciousness; b) the subjectivist, characterized by excessive and pathologizing interpretation of intimate aspects; c) the disciplinary, definable as a reductionism that generates obstacles to interdisciplinarity. After describing these three psychologisms, a definition of Psychology based on their overcoming is established.*

KEYWORDS: *Psychologism; Psychology; Psychological Assessment; Philosophy.*

INTRODUÇÃO

O termo “psicologia” foi criado na metade do século XVIII, pelo cientista alemão Christian Wolff para designar algo distinto da psicologia filosófica antiga e medieval, marcada pela metafísica (KLEMPE, 2020). A Psicologia racional de Wolff influenciou Kant e Wundt ao ponto de ter sido “o grande modelo que serviu de referência para o desenvolvimento de uma psicologia científica na tradição alemã, que atinge seu ponto culminante na segunda metade do século XIX” (ARAUJO, 2020, p. 45). O projeto de uma Psicologia moderna era a emancipação desta da Filosofia especulativa e metafísica, e a chave para isso seria a natureza empírica dos métodos psicológicos, em contraste com a especulação e retórica filosófica. Para tal, o neologismo “*psychologie*”, em alemão, passou a designar o estudo empírico da consciência a partir de suas funções observáveis, tais como a percepção, a memória, etc (VIEIRA; NASCIMENTO; SILVA, 2020).

Algumas décadas depois, em 1879, convencionou-se assumir o surgimento da Psicologia enquanto ciência moderna. O evento tomado como marco histórico para tal foi a fundação do primeiro laboratório de psicofísica experimental, pelo também alemão Wilhelm Wundt (ARAUJO, 2020). Buscou-se criar uma “ciência empírica sobre os fatos da consciência, suas combinações e relações” (WUNDT, 2008, p. 1), que mais tarde evoluiria para um estudo das funções superiores da consciência, como a ética e a cultura (WUNDT, 1916). O caráter experimental da Psicologia teve peso determinante para sua aceitação como ciência moderna. A relação da consciência humana com o mundo, então tido como verdadeiro objeto da Psicologia, pela primeira vez foi entendida como um fenômeno natural, passível de mensuração e manipulação em laboratório. A partir de tal objeto de estudo a Psicologia poderia se desenvolver como ciência moderna, liberta sobretudo da Filosofia antiga e medieval.

Immanuel Kant já criticava a Psicologia, no século XVIII, por sua “ausência de objetividade na definição de seu elemento ou objeto de estudo; ausência de objetividade em seu método de investigação” (ALBARELLO; MOTTA, 2019, p. 196). Tais críticas kantianas ainda são comuns, uma vez que não há consenso hoje sobre o objeto e método de investigação da Psicologia. Contudo, tal indefinição a respeito

da Psicologia não impediu o surgimento de críticas ao psicologismo. Isto é, de psicólogos e psicólogas irem além do escopo *definido* de sua disciplina, encarando fenômenos não-psicológicos como se fossem *autenticamente* da alçada da Psicologia (MARTINELLI, 2018). O que levanta um questionamento: se não há um consenso sobre o escopo da Psicologia, como pode haver críticas sistematizadas à prática de ir além desse escopo? A partir de tal reflexão, esta pesquisa se inspirou na obra “Crítica da Razão Pura” (KANT, 2020), onde o filósofo alemão analisou criticamente a razão para estipular seus limites, e assim definir com mais propriedade as potências racionais no homem e na sociedade (ALMEIDA, 2017). Da mesma forma, a presente pesquisa busca estabelecer definições para a Psicologia a partir da crítica do psicologismo, isto é, de onde começam os elementos para além das fronteiras da Psicologia.

Diante dessa problemática, esta pesquisa teve por objetivo delimitar no que consiste o psicologismo e de que maneira sua compreensão pode ajudar a definir os contornos de uma dita *autêntica Psicologia*. Buscou-se sistematizar saberes sobre o psicologismo em suas diferentes expressões, para com isso, por efeito de contraste, mapear contornos da Psicologia. Tal abordagem, contudo, não pode definir logicamente a ontologia e a epistemologia da Psicologia. Mas pode, seguindo o caminho da exclusão, enumerar territórios nos quais os psicólogos e psicólogas não deveriam edificar suas teorias e práticas.

Para realizar tal objetivo foi empreendida uma *scope review*, procedimento metodológico que consiste em uma revisão de literatura focada em teorias para formação de conceitos preliminares e levantamento de um campo estudo (MUNN et al, 2018). Foram selecionadas publicações onde o psicologismo é exposto em profundidade teórico-explicativa. A *scope review* permitiu identificar a origem e evolução do conceito, bem como sua subdivisão em três formas: filosófico, subjetivista e disciplinar. O relato da pesquisa conclui promovendo a inversão desses três psicologismos, e assim, um entendimento da Psicologia dita *autêntica*.

Cumprе questionar, entretanto, a possibilidade de definir a Psicologia como ciência de maneira aceitável para toda a sua comunidade de interesse. Por essa razão, não faz parte do escopo desta pesquisa estabelecer de uma vez por todas tal definição, mas apenas delimitar, via análise dos psicologismos, onde não é possível encontrá-la.

1 - PSICOLOGISMO COMO ANÁLISE EQUIVOCADA

1.1 - CAMPO E OBJETO DA PSICOLOGIA

Toda ciência possui um objeto próprio de estudo, um conjunto de métodos e de técnicas de investigação que dizem respeito à sua estrutura epistemológica, isto é, como a ciência cria conhecimento (VILLELA; PASSOS, 2021). Tomando tais critérios a respeito da formação do saber científico, pode-se questionar o recorte e objeto da Psicologia, bem como seus procedimentos de pesquisa. Imediatamente alguns desafios epistemológicos surgem. A Psicologia ora é identificada ora no recorte das ciências humanas, ora no recorte das ciências biológicas ou naturais, e ora ainda no recorte das ciências sociais (ROSE, 2008). E ainda, não há um consenso mínimo a respeito de seu objeto de estudo: para uns, é o comportamento (ZILIO, 2019); para outros, a mente (TEIXEIRA, 2020); para outros, a alma (BRAGA, 2019).

No que tange seu aspecto metodológico e técnico, a Psicologia sempre possuiu um caráter *analítico e empírico*. Isto é, foi voltada a dar explicações sobre fenômenos observáveis da consciência, do comportamento, da fala, das patologias, etc (YARKONI; WESTFALL, 2017). Escolas em Psicologia atestam seu caráter analítico até mesmo em seus nomes: duas das mais conhecidas no Brasil são a Psicanálise, (ou *análise* da alma), e a *Análise* do Comportamento.

Dado o caráter analítico da Psicologia, o processo profissional de Avaliação Psicológica foi historicamente determinante para o surgimento e reconhecimento da Psicologia como disciplina autônoma (WECHSLER; HUDET; PRIMI, 2019). Em outras palavras, espera-se que psicólogos e psicólogas sejam capazes de partir de saberes científicos de sua disciplina para analisar e compreender seres humanos de uma maneira peculiar, embasando assim práticas em contexto clínico, organizacional, escolar, etc. A análise rigorosa e criteriosa em Psicologia é essencial, conforme expressa o terceiro princípio fundamental do Código de Ética profissional: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014, p.7).

Como todo processo que envolve saber especializado, a avaliação psicológica oferece desafios, correndo riscos relacionados a diversas falhas possíveis.

1.2 - FALHAS ANALÍTICAS EM PSICOLOGIA

O saber científico, como todo saber, também é passível da influência de vieses da cognição humana (CAMILLERI et al, 2019). Os vieses cognitivos são “tendências ou inclinações de pensamento decorrentes de pré-concepções, de ideias prévias”, e “falhas cognitivas geradas por um pensar tendencioso” (ANDRADE, 2019, p. 519). Tais atalhos do processo de decisão, uma vez tomados, geram respostas por impulso que podem levar a erros de análise. Os vieses cognitivos fazem parte de um campo de estudo do interesse de economistas, psicólogos e diversos outros profissionais interessados no processo de tomada de decisão por seres humanos. Ao invés de partir de modelos abstratos, especulações e simulações, objetiva-se entender como as pessoas efetivamente analisam situações e agem (KAHNEMAN, 2011).

As análises de psicólogos e psicólogas também são influenciadas por vieses cognitivos (LILIENFELD; LYNN, 2019). Em “A Interpretação dos Sonhos”, Freud (2001) já teorizava a respeito do excesso de interpretação, que toma lugar quando esta passa a ser baseada em fantasias do interpretador, e não no princípio analítico de clarear a realidade a escuta atenta do analisando. Dentre os vieses mais comuns em Psicologia estariam: a) o viés de interpretação, que consiste em tomar estímulos ambíguos como algo mais do que devem ser, resultando em análises não amparadas pela realidade (TROTTA et al, 2020); b) o viés de atribuição, que consiste em um esforço exagerado de encontrar motivos psicológicos para acontecimentos (LODETTI, 2019). O primeiro erra por excesso de interpretação; o segundo, por interpretar o que não tem significado psicológico.

Segundo Garrubba, Joseph e Melder (2019), os vieses mais comuns na psicoterapia seriam, nos pacientes, a aversão irracional ao risco e à ambiguidade, expectativas exageradas por resultados, obediência cega, ancoramento (interpretações indevidas de falas, por exemplo), etc; e por parte dos psicoterapeutas, excesso de confiança, viés de disponibilidade (avaliar um paciente a partir de dados recentes na memória a respeito de outros casos), excesso de interpretação, etc. Já em processos de Avaliação Psicológica amparada por testes, os vieses cognitivos mais comuns são aqueles envolvendo background cultural para testes de inteligência, estimação enviesada de valores estatísticos, preconceitos étnicos, etc (REYNOLDS; SUZUKI, 2012).

1.3 - PSICOLOGISMO E FALHAS EM PSICOLOGIA

“Psicologismo”⁸ é comumente empregado, em tom pejorativo, para tratar análises psicológicas que apresentam vieses. Como visto, especialmente excessos de interpretação e erros de atribuição. O termo foi criado por Johann Eduard Erdmann, historiador alemão, no meio do século XIX. Para Erdmann, o psicologismo consistia em uma perspectiva segundo a qual as leis da lógica são subalternas às leis da psicologia (VARGA, 2018). O psicologismo assume que a mente humana é, em última instância, o fundamento do conhecimento e da realidade. Tal visão moderna parece ter um parentesco com filosofias antigas, como a de Protágoras, para o qual “O Homem é a medida de todas as coisas” (MELO; CAMINHA, 2018); e os céticos mais extremados, para os quais todo o saber possível consistia em impressões inconstantes da alma (DURIGON; SOUZA; CORRÊA, 2017).

Em síntese, o erro psicologista consiste em levar a Psicologia às últimas consequências, como *autosuficiente*. Não se trata de incompetência técnica ou inconsistência teórica ao realizar uma análise psicológica. Um profissional de Psicologia pode cometer erros de análise sem ter sido psicologista. Por exemplo, pode interpretar uma fala de forma precipitada. No lugar disso, a falha psicologista é ainda mais grave, pois fundamenta-se em uma visão equivocada da relação da Psicologia com outras ciências e de seu papel na fundamentação do próprio conhecimento científico.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 - DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa relatada neste capítulo é de natureza básica, isto é, trata-se de uma pesquisa teórica, tendo por propósito a sistematização de conhecimentos científicos para futuras aplicações (GIL, 2002). Ainda classificável como exploratório-descritiva, a pesquisa consistiu em explorar o campo do psicologismo para mapear seus principais conceitos (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para isso, aplicou uma abordagem qualitativa, mais adequada ao trabalho investigativo de interpretação e categorização de conceitos (PINTO; CAMPOS; SIQUEIRA, 2018).

⁸ No original em alemão, *psychologismus*.

2.2 - PROCEDIMENTO ADOTADO

O procedimento metodológico adotado foi o de *scope review*. Este pode ser descrito como uma forma de revisão de literatura cujo propósito é mapear rapidamente os conceitos-chave que sustentam uma área de pesquisa e as principais fontes de evidências disponíveis (ARKEY; O'MALLEY, 2005). Esse tipo de revisão é oportuna para identificar evidências em um campo de estudo a fim de clarificar conceitos. Tal procedimento foi escolhido porque melhor combina com o objetivo da pesquisa, que é buscar teorias publicadas sobre psicologismo e estabelecer um entendimento sistemático sobre o objeto de estudo desta pesquisa. Uma *scope review* caracteriza-se por ser uma revisão ampla, com ênfase em conceitos teóricos, que busca clarear conceitos, identificar lacunas, precursor de uma revisão sistemática (MUNN et al., 2018).

2.3 - ETAPAS DA PESQUISA

A execução da *scope review* se deu entre 13 a 24 de setembro de 2021, conforme as seguintes etapas:

Quadro 1 - Etapas da Scope Review realizado

Etapa	Descrição
Questão de pesquisa	Quais críticas ao psicologismo estão presentes dentro e fora da Psicologia?
Protocolo	Termos de busca: "psicologismo" OU "psicologista" OU "reducionismo psicológico" OU "psicologização" OU "psicologizante". Em seguida, uma versão em inglês.
Busca	As buscas foram feitas nas seguintes bases de dados: a) BVS Psicologia Brasil (bvs-psi.org.br); b) APA PsycNet Advanced Search - PsycNET; c) SciELO.org; d) Semantic Scholar. Foram realizadas algumas rodadas de busca, refinando os termos para identificar publicações especializadas sobre alguns temas à medida que estes se mostraram pertinentes para a <i>scope review</i> .

Crítérios de seleção	Numa primeira rodada foram aceitos apenas artigos em periódicos com peer review publicados há 5 anos ou menos. Como isso resultou em apenas 3 estudos do campo da Psicologia, uma segunda rodada de seleção foi realizada, sem restrição de tempo e aceitando também dissertações, teses e outros artigos.
Avaliação dos resultados	Leitura dos títulos e resumos. Qualificação dos resultados.
Extração dos dados	Análise das publicações selecionadas.
Síntese dos estudos	Sistematização dos conceitos-chaves a partir dos dados extraídos e analisados.
Escrita da revisão	Resultados (seção 3) e discussão (seção 4).

Fonte: o autor, baseado no *design* da pesquisa.

A seguir, são apresentados, na seção 3 e 4, respectivamente, os resultados da *scope review* e a discussão a respeito destes a partir das referências levantadas.

3 - RESULTADOS

A *scope review* resultou em um total de 42 artigos. A leitura dos títulos e resumos reduziu o número para 30, distribuídos conforme o Quadro 1:

Quadro 2 - Bases de dados e número de publicações encontradas

Base de dados	Publicações	Áreas
Semantic Scholar	21	Filosofia - 16 Pedagogia - 2 Administração - 2 Psicologia - 1 Política - 1
BVS Psicologia Brasil (bvs-psi.org.br)	3	Psicologia - 2
SciELO.org	3	Filosofia - 4 Psicologia - 1

APA PsycNet Advanced Search - PsycNET	3	Psicologia - 1
TOTAL	30	Filosofia - 20 Psicologia - 5 Pedagogia - 2 Administração - 2 Política - 1

Fonte: o autor, baseado na *scope review* realizada.

A revisão permitiu confirmar que o termo “psicologismo” não possui uma definição consensual, apesar da crítica da psicologização ser “central para a crítica da Psicologia” (DE VOS, 2014, p. 1547). No lugar disso, integra *ao menos* três sentidos identificados na *scope review*. Esses três sentidos têm em comum o fato de verem o fenômeno psicológico onde ele não existe, ou ao menos não de forma preponderante; mas diferem em que contexto se dá essa má interpretação. Os três sentidos de “psicologismo” são: a) filosófico: a Psicologia toma o lugar da Teoria do Conhecimento; b) subjetivista: uma Psicologia internalista e patologizante toma o lugar de toda a Psicologia; c) disciplinar: a Psicologia toma o lugar de outras disciplinas científicas e campos de atuação profissional.

A seguir os três psicologismos identificados nesta pesquisa são explanados a partir das referências resultantes da *scope review*.

3.1 - PSICOLOGISMO FILOSÓFICO

Dos três tipos de psicologismo estipulados, é aquele que possui um maior número de publicações encontradas na *scope review* (20 de 30). Consiste em assumir como um fenômeno psicológico algo que diz respeito ao domínio da Teoria do Conhecimento, envolvendo aspectos ontológicos, epistemológicos e, sobretudo, lógicos (MARTINELLI, 2018). Tal psicologismo pode ser expresso conforme o seguinte raciocínio:

1. A Psicologia estuda as leis do pensamento;
2. A Lógica estuda um subconjunto das leis do pensamento (apenas o pensamento lógico);
3. De 1+2 → A lógica é um subconjunto da Psicologia;
4. Conclusão: A estrutura lógica da realidade é definida pelas leis da mente.

Um exemplo de psicologismo filosófico é citado por Franz Brentano (1974), professor de Husserl e Freud. Fazendo um apelo à imaginação do leitor, Brentano estipula que se existir uma raça alienígena com uma mente inteiramente distinta da humana então esta raça pode ter desenvolvido uma lógica inteiramente diferente, pois a lógica como conhecemos seria apenas uma expressão da forma humana de pensar. A réplica antipsicologista é a de que os alienígenas descobririam os mesmos princípios da realidade, ou seja, as mesmas leis da lógica, que os seres humanos descobriram e provavelmente outros.

O psicologismo filosófico teve seu início com pensadores ingleses como Hume e Mill. No século XVIII o empirista Hume declara que a única realidade admissível era a sensível, o que levaria a um ceticismo radical a respeito da possibilidade do conhecimento (SHARMA, 2020). Portanto, em última instância, apenas as impressões sensoriais na mente humana contariam como fundamento para a ciência. No século XIX, em defesa dessa forma ontológica de psicologismo: Stuart Mill, declara que a lógica é subordinada à Psicologia (SEEBOHM; FØLLESDA; MOHANTY, 1991). Segundo Mill (1863), conhecido como fundador do Utilitarismo, as relações econômicas na sociedade se dão de determinada maneira porque expressam como a mente humana funciona em busca da maximização do prazer e minimização do sofrimento. Em outras palavras, a Economia e a Sociologia se reduzem à Psicologia.

Na segunda metade do século XIX a cena filosófica alemã questionava o psicologismo inglês, dando origem à “querela do psicologismo” (CASTRO, 2018). O debate acirrado entre pensadores psicologistas e anti-psicologistas da Alemanha impactou tanto filósofos da tradição continental, como Husserl, quanto da Analítica, como Frege (SOBER, 1968). Para alguns estudiosos, houve dois subtipos de psicologismo filosófico na Alemanha: a) o idealista, cujo principal expoente é Hegel, que prega que a realidade é em si mesmo mental (DUMMETT, 1973); b) o empirista-naturalista, para o qual tudo é natural, incluindo a mente, e teria Kant (WAXMAN, 2019) e Wundt (CARRARA, 2015) como nomes de destaques. Contudo, não há um acordo entre pesquisadores se Kant (ALMEIDA, 2014) e Hegel (KIRKLAND, 1993) foram de fato psicologistas. Seja como for, a origem da Psicologia Moderna, com Wolff e Wundt (ARAUJO, 2020), foi marcada pelo debate entre psicologistas e antipsicologistas, tendo na berlinda a questão de se a experiência consciente humana era a chave de compreensão da realidade em si.

Essa querela alemã resultou em diversas refutações do psicologismo filosófico por parte de pensadores europeus. O alvo principal das críticas girou em torno do

relativismo: segundo seus críticos o psicologismo levava à impossibilidade de um saber criterioso, objetivo e compartilhável (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007).

O pensador mais famoso por seu combate ao psicologismo filosófico foi Edmund Husserl. Em “Investigações Lógicas” (HUSSERL, 2014) é uma longa série de refutações ao psicologismo filosófico em curso na Alemanha. Para Husserl, a lógica é uma expressão da ontologia, da organização mesma da realidade. A psicologia *autêntica* seria no estudo dos eventos e processos da consciência do sujeito, que não devem ser confundidos com a lógica da realidade: algo na consciência não se torna real por ter sido imaginado e nomeado. A Psicologia, em Husserl, apresenta-se como ciência empírica baseada na experiência, isto é, “de fatos... e de realidades na ordem do mundo uno no tempo e no espaço” (HUSSERL, 1913, p.10).

Franz Brentano, acusado por seu ex-aluno Husserl de ser um psicologista (HILL, 2017), se declarava ele mesmo um antipsicologista (BRITO, 2013). Para Brentano, o psicologismo leva a um perigoso cientificismo, pois presume que a subjetividade consiste apenas no conteúdo da consciência tratável em laboratório, e que esses conteúdos são toda a realidade.

Já Frege preferiu refutar o psicologismo argumentando que a matemática e lógica são precisas, e a Psicologia é vaga. Portanto, as leis da Psicologia não poderiam fundamentar as leis da Lógica:

Tudo é arrastado definitivamente para o domínio da psicologia; desaparece cada vez mais a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, e inclusive os objetos efetivos são tratados psicologicamente como representações. Pois o que é o *efetivo* senão um predicado? E, que são os predicados lógicos senão representações? Assim desemboca tudo no idealismo e, sendo mais consequente, no solipsismo. (FREGE, 1962, p.32)

Segundo Frege, é possível pensar sobre objetos matemáticos, mas isso não torna eles objetos psicológicos (MACHADO, 2007). Em outras palavras, a existência de objetos imaginários na consciência não lhes dá o status de coisas reais, como pensam os psicologistas.

Já Karl Popper ataca o aspecto sócio-cultural do Psicologismo. O autor que ao tornar a psicologia a base fundamental de outras ciências, reduz-se a sociedade à “natureza humana” (POPPER, 1957, p. 84). No livro “A sociedade aberta e seus

inimigos” (POPPER, 1966, p. 178), o psicologismo é descrito como “a condução das ciências sociais a partir de suposições sem fundamentos da Psicologia”. Popper vai além e, no mesmo livro, denuncia o psicologismo como uma doutrina *perigosa* que resulta em irracionalismo, juntamente com o historicismo (a ideia de que seria possível prever e controlar a História), o essencialismo (segundo o qual essências imutáveis definem conceitos), o coletivismo (a identidade do grupo define todos os seus membros) e o relativismo (a rejeição de uma moral objetiva).

Charles Peirce, fundador do Pragmatismo, também professava um antipsicologismo lógico. Contudo, segundo Kasser (1999) Peirce teria cedido a ideias psicologistas em Lógica. A posição dúbia de Peirce a respeito do psicologismo é endossada por Cristalli (2017), que destaca que apesar de ter sido o primeiro grande psicólogo experimental dos EUA, falhou em integrar os resultados de sua ciência com uma filosofia da Psicologia.

Heidegger, em “A Doutrina do Juízo no Psicologismo”, desenvolve a ideia de que o psicologismo é um herdeiro do antropologismo, isto é, redução do homem ao status de coisa que foi realizada pelos estudos de Antropologia Filosófica (CARMO, 2018). Tal atitude de centralidade do sujeito ignoraria a existência objetiva do mundo. Heidegger alerta que o psicologismo reduz o sujeito, pois o toma como elementos empíricos da consciência, tratáveis em laboratório (WALSH; STOBBE, 2020).

O psicologismo filosófico conta com defensores contemporâneos. Tal defesa se observa em linhas de pesquisa das Ciências Cognitivas (OLIVEIRA, 1992) e da Economia Comportamental, acusada de “psicologizar” a Economia, e toda a sociedade, ao trazer para esta o estudo dos vieses decisórios da cognição humana (KAHNEMAN, 2011).

3.2 - PSICOLOGISMO SUBJETIVISTA

Observou-se que nem todo uso do termo “psicologismo” coincide com o do tipo filosófico. Um outro sentido de psicologismo foi chamado de “subjetivista”. Esse tipo pode ser definido como atribuir explicações psicológicas para todo fenômeno humano observável, com ênfase em aspectos internalistas e, quase sempre, patologizantes. O psicologismo subjetivista adota o seguinte raciocínio enviesado:

1. A subjetividade é formada por estados internos, como emoções, intenções, desejos, etc;
2. A subjetividade envolve parte em destaque no fenômeno psicológico;
3. De 1+2 → os estados internos definem o fenômeno psicológico.

Por esse viés, motivações individuais íntimas, de observação difícil ou impossível, são a chave da Psicologia. As explicações subjetivistas desconsideram outros fatores além destes para explicar o fenômeno psicológico. O que leva a análises empobrecidas, uma vez que marcadas pela interpretação excessiva e não baseada em evidências (BALDIZ, 2012).

Um exemplo de psicologismo subjetivista seria considerar a “homofobia internalizada” como sendo resultado apenas de sintomas e problemas pessoais, sem levar em conta fatores sociológicos (SOUSA, 2006). Na perspectiva subjetivista, tudo gira em torno da biografia de um sujeito, quase sempre focando seus estados sintomáticos, patologizantes. Por isso a “psicologização” costuma ser confundida com “somatização” de sintomas (WHITE, 1982).

O subjetivismo pode ter se iniciado como tendência literária. Na obra de Dostoiévski, por exemplo, o autor examina de forma pormenorizada cada disposição da interioridade dos personagens a fim de explicar suas ações (MICKUNAS, 2018). O Presencismo português também caracterizou como uma literatura introspectiva, dedicada a explicações subjetivistas (GAGLIARDI, 2017).

Nietzsche, filósofo que destacou a individualidade, dá sinais de psicologismo subjetivista:

“Que a Psicologia seja novamente reconhecida como a rainha das Ciências, para cujo serviço e preparação existem as demais ciências. Pois a psicologia é, uma vez mais, o caminho para os problemas fundamentais” (NIETZSCHE, 1993, p. 65).

A Psicanálise é costumeiramente acusada de subjetivismo (SANTOS, 1991). Contudo, Freud não teria sido um psicologista-subjetivista:

Resumir a interpretação psicanalítica da arte à história psicosssexual do seu criador parece implicar certo reducionismo psicológico, o que, a nosso ver, Freud nunca fez, já que não se limitou ao exame das motivações psíquicas do artista. (NAKASU, 2010, p. 154).

O teórico marxista Herbert Marcuse alertou que o subjetivismo na Psicanálise era próprio do “psicologismo americano dos anos 50 e 60” (PISANI, 2004, p. 23). Tal processo histórico de subjetivação da Psicanálise teria se dado pela eliminação da crítica social que Freud postulava. Ainda segundo Pisani, Marcuse se refere à “Ego

Psychology”, escola psicanalítica que se originou nos EUA a partir da premissa de que um *ego* fraco era a raiz de todos os males do indivíduo. Para Marcuse e os demais defensores da Teoria Crítica, que combina marxismo e psicanálise, a psicologização do sofrimento não é admissível, uma vez que levaria à alienação de fatores socioeconômicos (DELGADO, 2021).

No campo da Psicologia, dois autores denunciaram abertamente o psicologismo subjetivista. Na psicoterapia, Frankl postulava que nem tudo era resolver problemas internos: também havia questões clínicas questões existenciais orientadas para o mundo externo (LÄNGLE, 1995). Outro autor antissubjetivista foi B. F. Skinner, fundador do Behaviorismo Radical. Skinner prefere falar de *mentalismo*, uma maneira equivocada de interpretar o comportamento humano como sendo criado a partir de um mundo mental interno (ZILIO; CARRARA, 2008). O termo “mentalismo”, curiosamente, também costuma ser usado para definir livros de autoajuda que preconizam, com pouco senso crítico, o otimismo e a força de vontade como suficientes para resolver tanto problemas objetivos quanto subjetivos (CASTELLANO, 2017).

3.3 - PSICOLOGISMO DISCIPLINAR

Um terceiro uso do termo “psicologismo” consiste no que foi chamado nesta pesquisa de “disciplinar”, cuja característica preponderante é ver qualquer objeto de estudo como fundamentalmente psicológico, em detrimento de outras disciplinas. Trata-se de uma forma de reducionismo teórico e profissional, uma vez que lida com qualquer tema a partir dos métodos e técnicas de conhecer da Psicologia. Tal raciocínio enviesado pode ser expresso da seguinte forma:

1. A Psicologia é a ciência mais bem equipada para entender todo comportamento humano;
2. Ciência é uma atividade humana;
3. De 1 + 2, deduz-se que toda ciência é objeto da Psicologia, sendo redutível a ela.

Como exemplo: examinar em profundidade a “vida psicológica” das vacas, personificando-as como se fossem seres humanos (HILL, 2017). O psicologismo disciplinar por vezes é entendido como uma *psicologização* de outras ciências (ROSE, 2008). De forma análoga, pratica-se a *medicalização* em situações clínicas em que apenas a Medicina é levada em conta, em detrimento dos critérios da Psicologia. Mas

ambas, a psychologização e a medicalização, consistem em reducionismos prejudiciais na área da Saúde (VIEIRA; RUSSO, 2019).

Algumas áreas de atuação profissional costumam ser mais frequentemente vítimas do psicologismo disciplinar. Dentre elas destacou-se nesta *scope review* a área da Educação. A “psicologização da educação” consiste em assumir como *questões psicológicas* do aluno e/ou do professor problemas também explicáveis por fatores institucionais, didáticos, socioeconômicos, etc; o que muitas vezes contribuir para reproduzir preconceitos e exclusão social (ZUCOLOTTI, 2018). O psicologismo disciplinar na educação afetaria até mesmo a formação dos professores, reduzindo o senso crítico social a respeito da própria profissão (LARA, 2012).

O Psicologismo disciplinar também aparece nas ciências políticas. Reduzida à Psicologia, a análise política faz seu analista desconsiderar fatores históricos e econômicos da estrutura e jogos de poder na sociedade, assumindo explicações psicologistas para as desigualdades sociais (OSÓRIO, 2011). Na Administração, por vezes o psicologismo disciplinar surge com o nome de “humanização”. Sob tal perspectiva o bem-estar do trabalhador é uma questão estritamente psicológica ou subjetiva, independente das condições objetivas de trabalho (SILVA, 2017). No Direito a “psicologização do cotidiano” leva juízes e advogados a assumirem que problemas sociais, como a violência contra crianças, são explicáveis tão somente por laudos médicos e psicológicos (SCOBERNATTI, 2018). Até mesmo instituições religiosas vêm suas práticas baseadas em fé serem substituídas por psicoterapias e por, na maioria das vezes, autoajuda (SILVEIRA, 2007). No Brasil destaca-se sobretudo a “psicologização do mercado religioso” (GUERRA; LOPES, 2017, p. 711) dentre evangélicos, especialmente na propaganda e marketing para atrair fiéis.

4 - DISCUSSÃO

A seguir consta a discussão dos achados da *scope review*, segmentada pelos tópicos mais relevantes.

4.1 - ESCASSEZ DE RESULTADOS

Destacou-se na pesquisa o número reduzido de publicações recentes sobre psicologismo feitas por psicólogos (5 publicações, de um total 30). O psicologismo parece ser mais criticado sobretudo por filósofos (20 publicações). A *scope review*

pareceu revelar que as falhas interpretativas sistemáticas na Psicologia são um assunto de reduzida importância por pesquisadores da área, apesar da crítica do psicologismo ser central para a crítica da Psicologia (DE VOS, 2014).

Debates sobre a definição da Psicologia, de seu objeto de estudo e seu status científico constam como frequentes na disciplina. Mas se o resultado da presente *scope review* se confirmar em maior escala, as discussões críticas sobre os limites e falhas da Psicologia são menos frequentes.

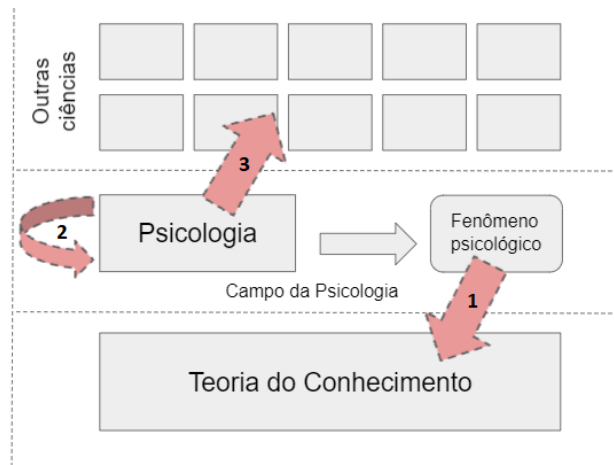
4.2 - O MODELO DE TRÊS PSICOLOGISMOS

O termo “psicologismo” une diferentes vieses próprios da análise psicológica. Em especial, o viés de interpretação (TROTTA et al, 2020) e o viés de atribuição (AMBROS; LODETTI, 2019). A julgar pelo resultado da *scope review*, tal termo e seus derivados, (como “psicologização”, “reducionismo psicológico”, etc,) se referem a um mesmo conceito: abusos da Psicologia em áreas como a Educação (ZUCOLOTTO, 2018; LARA, 2018), Administração (SILVA, 2017), Religião (SILVEIRA, 2007; GUERRA; LOPES, 2017), Política (OSÓRIO, 2011). Abusos esses baseados em falhas lógicas, de natureza filosófica (HUSSERL, 1913; POPPER, 1966), que costumam gerar interpretações subjetivistas e patologizantes (WHITE, 1982).

Partindo do conceito geral de psicologismo como ver Psicologia onde não há Psicologia, torna-se necessário averiguar a possibilidade de conceitos específicos derivados. No caso, os três subtipos mencionados na seção 3: filosófico, subjetivista e disciplinar. Originalmente, observava-se apenas o subtipo filosófico. Era sobre o psicologismo filosófico que Johann Eduard Erdmann (VARGA, 2018) e Husserl (1913) estavam se referindo no século XIX. Os dois outros subtipos, o subjetivista e o disciplinar, parecem ter se desenvolvido juntamente com a evolução histórica da Psicologia como ciência e profissão no século XX e XXI. Isto é, a medida que a Psicologia deixou de ser uma apenas uma restrita ciência de laboratório debatida por filósofos, e se ganhou espaços no mundo da cultura e do trabalho, surgiram também novas formas de psicologismo além do original. Portanto, abordar o psicologismo em três conceitos específicos (o original, ou filosófico; o subjetivista; e o disciplinar), se torna necessário para uma compreensão mais abrangente da Psicologia contemporânea.

Os três psicologismos identificados podem ser sintetizados conforme a Imagem 1:

Imagem 1 - Os três psicologismos



Fonte: o autor.

Na Imagem 1, tem-se: o psicologismo filosófico (1), que consiste na crença de que o objeto da Teoria do Conhecimento é um fenômeno psicológico, e não lógico/ontológico; o psicologismo subjetivista (2), no qual a interpretação psicológica é matéria-prima para si mesma, recursivamente, sem atender para o fenômeno psicológico presente no campo; e o psicologismo disciplinar (3), segundo o qual a Psicologia pode tomar o lugar de outras disciplinas de saber. Ainda na Imagem 1 também se observa que sem os psicologismos a Psicologia sustenta-se em uma Teoria do Conhecimento (logicamente desenvolvida), possui um campo definido e foca aspectos psicológicos da realidade.

As análises psicológicas, como aquelas que fundamentam processos profissionais de avaliação, não devem cometer os erros expressos na Imagem 1, sob pena de conduzirem o analista a erros científicos e/ou técnico-profissionais. Faz parte da ética profissional dos psicólogos e psicólogas o cultivo de cuidados técnicos e éticos para evitar tais erros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

4.3 - SUPERANDO OS TRÊS PSICOLOGISMOS

Esta pesquisa partiu da premissa de que o psicologismo abarcava a síntese das falhas da ciência psicológica. Em outras palavras, falha de objeto de estudo, de método e de aplicação de princípios científicos. E mais ainda: falha da Psicologia em estabelecer limites desejados com outras ciências e com a filosofia, numa reflexão ontológica e epistemológica sobre si mesma. Superar o psicologismo, em suas

diferentes expressões, seria portanto fundamental para a evolução da Psicologia enquanto ciência e profissão.

No que diz respeito ao psicologismo filosófico, sua superação nos convida à reflexão de que a realidade é formada por algo mais que o psiquismo. Construtos psicológicos e transtornos mentais, por exemplo, não passam a existir enquanto coisas reais apenas por terem sido hipotetizados. Tal forma de pensar leva a socialmente perigosas formas de irracionalismo (POPPER, 1966), como preconceitos (ZUCOLOTTI, 2018). Se a Psicologia não estiver fundamentada em uma sólida Teoria do Conhecimento, onde a crítica filosófica está presente, pode ser uma agente promotora de nocivos irracionalismos para a sociedade como um todo.

Já a superação do psicologismo subjetivista envolve a compreensão de que toda análise psicológica precisa ser sustentada por dados da realidade, não caindo assim no viés de confirmação e no excesso de confiança do psicólogo (GARUBBA, JOSEPH; MELDER, 2019). Considerar apenas fatores subjetivos do analista ou do analisando, como motivações íntimas e estados mentais ou emocionais, empobrece a Psicologia do estudo de determinantes objetivos, como condições sócio-históricas (PISIANI, 2004), existenciais (LÄNGLE, 1995) e comportamentais (ZILIO; CARRARA, 2008). Tal reducionismo pode ser visto como uma expressão de outros vieses, como o de enquadramento e ancoragem, segundo o qual um caso pode ser avaliado de forma contaminada por outras avaliações (GARUBBA, JOSEPH; MELDER, 2019). Os fenômenos psicológicos não podem ser reduzidos a determinantes subjetivos, pois o sujeito tem sua consciência em constante relação intencional com o mundo, no tempo e no espaço, mediante princípios ontológicos (HUSSERL, 1913).

E, por fim, a superação do psicologismo disciplinar é uma necessidade da Psicologia como profissão. A interdisciplinaridade é uma condição para a integração com profissionais de outros campos de saber de forma produtora para a sociedade como um todo, sem promover conflitos entre áreas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O psicologismo, em suas diferentes expressões, gera transtornos porque relega a Psicologia à posição de uma disciplina isolada e dada a abusos interpretativos. Análises psicologistas são enviesadas e julgadas como falhas por críticos internos e externos à Psicologia. Talvez a maior inconsistência do

psicologismo esteja em sua própria formulação. Afinal, se tudo é uma questão psicológica, subjetiva e sem lastro lógico, então assumir essas premissas como válidas também consiste apenas em uma questão psicológica, subjetiva e sem lastro lógico. Assim como o cético extremado (para o qual apenas impressões subjetivas são válidas e assim refuta a si mesmo), o psicologista também tende a serrar o galho no qual está sentado.

Contudo, não necessariamente a superação dos três psicologismos apresentados nesta pesquisa leva a uma desejada “psicologia autêntica”. Tal psicologia, se existir, certamente é livre de psicologismos, uma vez que contaria com firmes alicerces na crítica filosófica, respeitaria seus limites metodológicos e estaria bem articulada com outras disciplinas. Mas a refutação dos psicologismos não é logicamente suficiente para o estabelecimento positivo de tal Psicologia.

Entende-se que o objetivo da presente pesquisa foi realizado, uma vez que esta ofereceu uma delimitação do psicologismo e de como sua compreensão pode *ajudar a definir os contornos* da Psicologia. Esta pesquisa pode colaborar sobretudo com a realização de análises psicológicas, uma vez que oferece critérios para eliminação de falhas das mesmas. No que diz respeito às limitações do presente estudo, destaca-se o fato de que foi baseado em uma *scope review*, sendo portanto focado em mapear conceitos de forma preliminar. Outra possível limitação se encontrou na necessidade de expandir o escopo para publicações mais antigas, depois de uma primeira rodada com apenas publicações de até 5 anos se mostrar infrutífera. Contudo, por se tratarem de estudos de Filosofia, com referências diretas a autores como Wolff, Husserl, Nietzsche, etc, essa limitação pode não ter sido tão restritiva.

Constam como sugestões para estudos futuros: a) uma revisão sistemática de literatura sobre psicologismo atual, baseada nos critérios levantados nesta pesquisa, mais abrangente em bases de dados e que gere evidências quantitativas; b) uma sistematização detalhada de como os vieses decisórios afetam o processo profissional de avaliação psicológica; c) uma pesquisa documental e histórica sobre ocorrências de psicologismos em laudos, perícias e demais registros profissionais em Psicologia de domínio público.

REFERÊNCIAS

- ALBARELLO, B.A. Perspectivas epistemológicas da Psicologia: Antecedentes históricos e filosóficos e contribuições para a Psicologia contemporânea. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Águas Claras, v. 2, n. 5, p. 193-208, dez. 2019.
- ALMEIDA, R. D. O problema do Psicologismo na teoria do juízo de Kant. **Kant E-Prints**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 69-84, jun. 2014.
- ALMEIDA, P. J. A razão e suas ideias. **Studia Kantiana**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 123-152, abr. 2017.
- AMBROS, C.; LODETTI, D. Vieses cognitivos na atividade de inteligência: conceitos, categorias e métodos de mitigação. **Revista Brasileira de Inteligência**, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 9-34, dez. 2019.
- ANDRADE, F. S. A tomada da decisão judicial criminal à luz da psicologia. **Rev. Bras. de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 507-540, abr. 2019.
- ARAUJO, S. F. A Ideia de uma Ciência da Alma: Christian Wolff e o surgimento da psicologia científica na Alemanha. **Dois Pontos**, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 44-51, 7 out. 2020. Universidade Federal do Paraná. [dx.doi.org/10.5380/dp.v17i1.74871](https://doi.org/10.5380/dp.v17i1.74871).
- BALDIZ, M. Contra a sobreinterpretação. **Stylus**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 65-72, jun. 2012.
- BRAGA, A. A. **Alma e Psicologia Pré-Científica**: uma reflexão histórico-epistemológica. Curitiba: Appris, 2018. 143 p.
- BRENTANO, F. **Psychology from an Empirical Standpoint**. Londres: Routledge & Kern Paul, 1974. 153 p.
- BRITO, Evandro Oliveira de. O Psicologismo: ou o porquê não sou um psicologista. **Peri: Revista de Filosofia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 169-172, 2013.
- CAMILLERI, A.; ABARNO, D.; BIRD, C.; COXON, A. A risk-based approach to cognitive bias in forensic science. **Science & Justice**, [S.L.], v. 59, n. 5, p. 533-543, set. 2019. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/j.scijus.2019.04.003](https://doi.org/10.1016/j.scijus.2019.04.003).
- CARRARA, K. **Uma ciência sobre “coisa” alguma**: relações funcionais, comportamento e cultura [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 190 p. ISBN 978-85- 7983-657-2.
- CARMO, I.N. O “antipsicologismo” em Husserl e Heidegger: da consciência ao dasein. **Griot: Revista de Filosofia**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 326-336, out. 2021.
- CASTELLANO, M. “Novo Pensamento”: a gênese do culto ao sucesso na literatura de autoajuda. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 16, n. 31, p. 56-67, fev. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2014. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

CRISTALLI, C. Experimental Psychology and the Practice of Logic. **European Journal Of Pragmatism And American Philosophy**, New York, v. 9, n. 1, p. 1-25, ago. 2017.

DE VOS, J. Psychologization. In T. Teo (Ed.), *Encyclopedia of critical psychology* (pp. 1547–1551). New York, NY, USA: Springer. 2014.

DUMMETT, M. **Frege**: philosophy of language. Londres: Duckworth, 1973. 752 p.

DURIGON, D. G.; SOUZA, B.; CORRÊA, A. Ensino de Filosofia: um caminho para sair do ceticismo e relativismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sbeb, 2017. p. 1-23.

FREGE, G. *Grundgesetze der Arithmetik. Begriffsschriftlich abgeleitet*. Zweite unveränderte Auflage; Hildesheim, George Olms, 1962; pp. V-xxvi.

FREUD, S. (1900). **A Interpretação de Sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GARRUBBA, M.; JOSEPH, C.; MELDER, A. **Best practice to identify and prevent cognitive bias in clinical decision-making: Scoping review**. Centre for Clinical Effectiveness, Monash Innovation and Quality, Monash Health, Melbourne, Australia, 2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.

GUERRA, D.; LOPES, J. Religião na idade média: os elos entre o marketing e a mobilidade religiosa no campo religioso brasileiro contemporâneo. **Religare**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 692-713, dez. 2019.

DELGADO, R. H. Enajenación y malestar. Marx y Freud contra la psicologización del sufrimiento: alienation and discontent. marx and freud against the psychologization of suffering. **Teoría y Crítica de La Psicología**, México, v. 15, n. 1, p. 58-73, jun. 2021.

HILL, Heather M.. The Psychology of Cows? A Case of Over-interpretation and Personification. **Animal Behavior And Cognition**, [S.L.], v. 4, n. 4, p. 506-511, 1 nov. 2017. Animal Behavior and Cognition. <http://dx.doi.org/10.26451/abc.04.04.09.2017>.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas**: prolegômenos para uma lógica pura: prolegômenos à lógica pura. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2014. 224 p.

HUSSERL, E. **Ideas relativas a una fenomenologia pura y una filosofia fenomenológica**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986. 241 p.

VILELA, G. B.; PASSOS, R. P. **Metodologia da Pesquisa Científica e bases epistemológicas**. 3. ed. São Paulo: Cpaqv, 2021. 115 p.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Editora Objetiva, 2012. 641 p.

KASSER, J. Peirce's supposed psychologism. **Transactions Of The Charles S. Peirce Society**, [s. l], v. 35, n. 3, p. 501-526, jul. 1999.

KIRKLAND, Frank M.. Hegel's Critique of Psychologism. In: F.M., Kirkland. **Phenomenology: East and West**.: contributions to phenomenology. Dordrecht: Springer, 1993. Cap. 13. p. 219-244.

KLEMPE, S. H. Christian Wolff: the ground zero of modern psychology?. In: KLEMPE, Sven Hroar. **Tracing the Emergence of Psychology, 1520–1750**: a sophisticated intruder to philosophy. New York: Springer, 2020. Cap. 9. p. 163-180.

LÄNGLE, A. Logoterapia y análisis existencial: una determinación conceptual de su lugar. **Existenzanalyse**, Berlin, v. 12, n. 1, p. 5-15, jun. 1995.

LARA, A. F. **No meio do caminho tinha uma pedra**: reducionismos psicológicos na produção de conhecimento científico sobre formação de professores. 2012. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, USP, São Paulo, 2012.

GAGLIARDI, C. Marcos da fortuna crítica de Fernando Pessoa: o tempo cultural presencista. **Revista Estranhar Pessoa**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 12-21, out. 2017.

MACHADO, A. N; Frege, Psicologismo e o problema da linguagem privada. **Barbarói**, . Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 26, p. 55-68, jun. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018. 354 p.

MARTINELLI, A.. As origens do pensamento de Edmund Husserl: do psicologismo à fenomenologia. **Nexos**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 36-45, jun. 2018.

MELO, A. R. P.; CAMINHA, I. O. Sobre Protágoras e Platão: divergências e convergências acerca do fragmento do homem-medida. **Aufklärung**: Journal of Philosophy, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 149-160, 30 set. 2018. Aufklarung Journal of Philosophy. <http://dx.doi.org/10.18012/arf.2016.41007>

MICKUNAS, A. Transcendental ground of intrinsic worth in russian literature. **Investigaciones Fenomenológicas**, Madrid, v. 1, n. 7, p. 477-498, jul. 2018.

MILL, J. S. **What Utilitarianism Is**. 1863. Disponível em: <http://www.rudygarns.com/class/110/lib/exe/fetch.php/mill.utilitarianism.ch2.pdf>
Acesso em: 4 out. 2021.

NAKASU, M. V. P. Além das projeções do artista: a interpretação freudiana circunscrita ao universo da obra. **IDE**, São Paulo, v. 81, n. 34, p. 146-158, dez. 2012.

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**. 5. ed. São Paulo: Editora Schwarcs Ltda, 1993. 112 p.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Lógica e ciência cognitiva: o psicologismo contra-ataca. **Trans/Form/Ação**, [S.L.], v. 15, p. 123-130, dez. 1992. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31731992000100007>

OSORIO, Jorge Mario Flores. Interpelación al discurso psicologista hegemónico. **Teoría y Crítica de La Psicología**, Montevideo, v. 1, n. 1, p. 111-121, jun. 2011.

PINTO, I.F.; CAMPOS, C.J.; SIQUEIRA, C. Investigação Qualitativa. **Acta Portuguesa de Nutrição**. Ano 14. N.1. Lisboa: 2018.

REYNOLDS, C.; SUZUKI, L. A. Bias in Psychological Assessment. **Handbook Of Psychology, Second Edition**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-18, 26 set. 2012. John Wiley & Sons, Inc.. <http://dx.doi.org/10.1002/9781118133880.hop210004>.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 155-164, ago. 2011.

SANTOS, T. C. Psicologismo e mudança social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 77-111, 1991. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73311991000200005>.

SCOBERNATTI, G. **Psicologização e judicialização no sistema de garantir de direitos de crianças e adolescentes**: a armadilha da individualização. 2018. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Ufrgs, Porto Alegre, 2018.

SEEBOHM, T. M.; FØLLESDA, B.; MOHANTY, A. **Phenomenology and the Formal Sciences**. Londres: Springer, 1991. 263 p.

SILVA, E. P. A crítica de Guerreiro Ramos e o Humanismo de Elton Mayo: Uma abordagem comparativa. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2019, Goiânia. **Anais do CONAD**. Goiânia: Conad, 2019. v. 1, p. 188-198.

SHARMA, S.. Empiricism and Skepticism: an overview of hume philosophy. **Journal of Interdisciplinary Cycle Research**, Londres, v. 12, n. 6, p. 104-109, jun. 2020.

SILVEIRA, E. J. S. A cura interior no catolicismo carismático: tecnologias de si e a psicologização da religião. **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 8, n. 12, p. 45-79, jul. 2007.

SOUSA, A. **Homofobia internalizada**: a captura psicologizante de uma noção sociológica crítica e útil. a captura psicologizante de uma noção sociológica crítica e útil. 2016. Disponível em: <https://www.cartapotiguar.com.br/2016/06/16/homofobia-internalizada-a-captura-psicologizante-de-uma-nocao-sociologica-util>. Acesso em: 4 out. 2021.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. **Psychologism**. 2007. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/psychologism/>. Acesso em: 4 out. 2021.

TEIXEIRA, J. F. A Filosofia da Mente no Século XXI. **Revista Ágora Filosofia**, Recife, v. 20, n. 1, p. 81-94, 2020.

VARGAS, P. A. **Early Husserl**. 2018. Disponível em: http://real.mtak.hu/79470/1/Varga_2018_OHHP_OA_REAL. Acesso em: 4 out. 2021.

VIEIRA, E.S.; NASCIMENTO, R.B.; SILVA, M.S. Breve exposição da produção científica brasileira sobre a obra de Wilhelm Wundt. In **Revista Sítio Novo**, v.5, n.1.

Palmas: 2021.

WALSH, J.; LANZINI STOBBE, E. O fato da liberdade: a teoria da vontade livre de Reinhold reconsiderada. *Kant e-Prints*, [S. l.], p. 286–304, 2021. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/kant-e-prints/article/view/1491> Acesso em: 4 out. 2021.

WECHSLER, Solange Muglia; HUTZ, Claudio Simon; PRIMI, Ricardo. O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: avanços históricos e desafios. **Revista Avaliação Psicológica**, [S.L.], v. 18, n. 02, p. 121-128, 15 maio 2019. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>.

WHITE, Geoffrey M.. The role of cultural explanations in ‘somatization’ and ‘psychologization’. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 16, n. 16, p. 1519-1530, jan. 1982. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536\(82\)90067-3](http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536(82)90067-3).

WUNDT, W. **Elements of Folk Psychology**. Londres: George Allen & Unwin, Ltd., 2016. 213 p.

WUNDT, W. **An Introduction to Psychology**. São Francisco: Muller Press, 2008. 216 p.

YARKONI, Tal; WESTFALL, Jacob. Choosing Prediction Over Explanation in Psychology: lessons from machine learning. **Perspectives On Psychological Science**, [S.L.], v. 12, n. 6, p. 1100-1122, 25 ago. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1745691617693393>.

ZILIO, D.; CARRARA, K. Mentalismo e explicação do comportamento: aspectos da crítica behaviorista radical à ciência cognitiva. **Acta Comportamentalia**, México, v. 16, n. 3, p. 399-471, ago. 2008.

ZILIO, D. O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. **Acta Comportamentalia**: Revista Latina de Análisis, México, v. 27, n. 2, p. 233-246, maio 2019.

ZUCOLOTTI, M. P. R. Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 1195-1208, out. 2018.

Biografias
CURRÍCULOS DOS AUTORES

Alessandro Vieira dos Reis

Bacharel em Psicologia pela UFSC. Pesquisador em Ciências de Dados.

Ana Carolina Alves Borges

Psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia, e mail:
anacarolalvesborges@gmail.com

Beatriz Maria Martins

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Glaucia V. Pinheiro. Brida

Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá,
Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

Leonora Vidal Spiller

Mestre em Psicologia pela UFPR, Professora na faculdade de Psicologia na Unoesc
Xanxerê/SC, e-mail: leonora.spiller@unoesc.com.br

Nazaré Goret Pasquali

Advogada, formada pela Unoesc-Chapecó/SC, Acadêmica de Psicologia na Unoesc
Xanxerê/SC, e-mail: nasapas@yahoo.com.br

Renata Fabiana Pegoraro

Doutorado em Psicologia pela USP, Professora da Universidade Federal de
Uberlândia, e mail: rfpegoraro@yahoo.com.br

Resiane Paula da Silveira

(Organizadora)

Graduada em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Formiga, especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Batista de Minas Gerais e especialista Educação Especial também pela Faculdade Batista de Minas Gerais. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela FAVENI. Atualmente é servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Formiga no cargo de Auxiliar de Educação Especial no Centro de Educação Infantil Professor José Jerônimo de Sousa.



ISBN 978-659952338-0



9

786599

523380


Editora
UNIESMERO